



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

INSTITUTO DE ECONOMIA

DENIS GOMES FILHO

**CONQUISTA IMPERIALISTA E HERANÇA MERCANTIL NO
BRASIL: UM ESTUDO SOBRE CAIO PRADO JÚNIOR E O CICLO
INDUSTRIAL (1955-1973)**

CAMPINAS

2020



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

INSTITUTO DE ECONOMIA

Denis Gomes Filho

**CONQUISTA IMPERIALISTA E HERANÇA MERCANTIL NO
BRASIL: UM ESTUDO SOBRE CAIO PRADO JÚNIOR E O CICLO
INDUSTRIAL (1955-1973)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, como parte dos requisitos exigidos para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas, sob orientação do Prof. Dr. Fábio Antonio de Campos.

Campinas

2020

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Economia
Mirian Clavico Alves - CRB 8/8708

G585c Gomes Filho, Denis, 1997-
Conquista imperialista e herança mercantil no Brasil : um estudo sobre Caio Prado Júnior e o ciclo industrial (1955-1973) / Denis Gomes Filho. – Campinas, SP : [s.n.], 2020.

Orientador: Fábio Antonio de Campos.
Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia.

1. Prado Junior, Caio, 1907-1990. 2. Imperialismo - Discussões e debates. 3. História econômica - 1945-. 4. Investimentos estrangeiros. 5. Capitalismo - Brasil. I. Campos, Fábio Antonio de, 1975-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia. III. Título.

Informações adicionais complementares

Título em outro idioma: Imperialist conquest and mercantile heritage in Brazil: a study on Caio Prado Júnior and the industrial cycle (1955-1973)

Palavras-chave em inglês:

Prado Junior, Caio, 1907-1990

Imperialism - Debates and debating

Economic history - 1945-

Investments, Foreign

Capitalism - Brazil

Titulação: Bacharel

Banca examinadora:

Fábio Antonio de Campos [Orientador]

Carlos Alberto Cordovano Vieira

Data de entrega do trabalho definitivo: 17-12-2020

Dedico este trabalho ao meu avô Osmar
Gomes.

Agradecimentos

Inicialmente gostaria de agradecer meus pais, Katia Cristina e Denis Gomes, e a minha irmã, Adele Cristina Gomes, que proporcionaram as condições materiais e afetivas para a realização de minha graduação e desta pesquisa. A minha companheira Giovana Uehara Bezerra por estar sempre ao meu lado, por compartilhar das minhas dificuldades e incertezas durante este trajeto, além de compartilhar momentos de alegria, descontração e companheirismo. Sem o carinho e paciência deles eu jamais teria concretizado essa etapa de minha vida, nem tampouco teria forças para seguir adiante.

De igual forma agradeço ao Instituto de Economia da Unicamp, o conjunto dos professores e funcionários, pelo apoio acadêmico desses últimos cinco anos e pelos seus ensinamentos que permitiram que eu desenvolvesse um pensamento crítico e de acordo com os verdadeiros papéis de um economista. Agradeço ao professor Carlos Alberto Cordovano pelas aulas magistrais, pelos ensinamentos que impactaram substantivamente em minha vida e pela honra de sua participação na banca de avaliação deste trabalho.

Por fim, seria impossível mensurar a gratidão e respeito que tenho por Fábio Antonio de Campos, que para além de seus ensinamentos, demonstrou compreensão e dedicação comigo desde nossas primeiras reuniões, seu apoio intelectual em diversas etapas de minha graduação, até o fim dessa monografia. Considero-o como um grande amigo e mestre.

Resumo

Tendo como destaque as interconexões da obra de Caio Prado Jr com os autores marxistas do debate clássico do Imperialismo, em especial Rudolf Hilferding, Vladimir Lenin e Nicolai Bukhárin, o objetivo desta monografia é mostrar como a obra caiopradiana entende as particularidades da internacionalização do mercado interno brasileiro, em especial no pós-guerra, por meio do investimento direto estrangeiro. Desta forma, buscaremos explicitar as especificidades do imperialismo e dos trustes internacionais e os motivos de seus deslocamentos para a economia brasileira. Em seguida, examinaremos os condicionantes internos da economia brasileira, divididos em dois ciclos. O primeiro ciclo é da implantação da indústria pesada no Governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) que utilizou amplamente a Instrução 113 da Sumoc, momento em que o capital internacional criou capacidade produtiva nova; e o segundo ciclo, o “modelo milagroso de desenvolvimento” de 1968 a 1973, o qual reforçou os nexos imperialistas definido no ciclo anterior através das contrarreformas impostas pelo Golpe de 1964. Em seguida examinaremos como desse modelo de desenvolvimento ao dar considerável favoritismo para o capital internacional, “entreguismo” nas palavras de Caio Prado Jr, acabaram aprofundando nossos problemas essencialmente coloniais: o dilema da dependência externa e o do subdesenvolvimento.

Palavras-chave: Caio Prado Jr. debate clássico do imperialismo. pós-guerra. capital internacional. desenvolvimento capitalista brasileiro.

Abstract

Highlighting the interconnections of Caio Prado Jr's work with the Marxist authors of the classic debate on Imperialism, especially Rudolf Hilferding, Vladimir Lenin and Nicolai Bukhárin, the objective of this monograph is to show how the caiopradian work understands the particularities of the internationalization of the internal market Brazil, especially in the post-war period, through foreign direct investment. In this way, we will seek to explain the specifics of imperialism and international trusts and the reasons for their displacement to the Brazilian economy. Then, we will examine the internal conditions of the Brazilian economy, divided into two cycles. The first cycle is the implantation of heavy industry in the Government of Juscelino Kubitschek (1956-1961), which used Sumoc Instruction 113 extensively, when international capital created new productive capacity; and the second cycle, the "miraculous model of development" from 1968 to 1973, which reinforced the imperialist nexuses defined in the previous cycle through the counter reforms imposed by the 1964 Coup. Then we will examine how this development model gives considerable favoritism to the international capital, "surrender" in the words of Caio Prado Jr, ended up deepening our essentially colonial problems: the dilemma of external dependency and that of underdevelopment.

Keywords: Caio Prado Jr, classic debate of imperialism, post-war, international capital, Brazilian capitalist development.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1 IMPERIALISMO E EXPORTAÇÃO DE CAPITAL PARA CAIO PRADO JR. ...	14
1.1. Introdução.....	14
1.2. Processo de concentração e centralização do capital.	15
1.3. Capital Financeiro para Caio Prado Jr.....	20
1.4. Debate clássico do Imperialismo e Exportação de Capital.	28
1.5. Imperialismo no Pós-Guerra e Investimento direto estrangeiro.....	33
1.6. Conclusão	39
2 IMPERIALISMO E INDÚSTRIA PESADA PARA CAIO PRADO JR.	42
2.1. Introdução	42
2.2. Internacionalização da economia brasileira via industrialização pesada. ...	43
2.3. Imperialismo, Capital Internacional e Implementação da Indústria Pesada no Governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961)	54
2.4. “Modelo de Desenvolvimento” e o Imperialismo.....	68
2.5. Impasses da Industrialização dependente.....	73
2.5. Conclusão	80
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	82
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	84
ANEXOS.....	88

Introdução

Em tempos de largo avanço da desindustrialização como os atuais, resgatar o estudo sobre a formação econômica do Brasil pode funcionar como um instrumento revelador para captar as determinações da paralisia na qual se encontra a economia brasileira. Dito isso, apoiado no conjunto da obra de Caio Prado Jr, veremos como o autor entende que só através da história encontramos a única explicação sólida para a compreensão e os limites do desenvolvimento econômico que o colonialismo e o imperialismo forjaram para o Brasil e, além disso, como o processo de industrialização pesada de 1956 a 1973 ao subordinar-se aos interesses do capital internacional acabou reproduzindo só que em outro patamar nossa dependência e subdesenvolvimento.

Dessa forma, o objetivo dessa pesquisa é investigar que a partir da análise de nossa evolução histórica é possível compreender as principais características e dilemas que impedem a formação de nossa nação. Trata-se então de identificar os elementos teóricos da obra de Caio Prado Jr que nos dê os instrumentos necessários para compreender de que maneira a herança colonial e a posição dependente da economia brasileira comprometem a consolidação de uma economia voltada aos interesses do conjunto de uma nacionalidade e, como a industrialização pesada deixa de ser o meio para alcançar tal objetivo.

Com base nisso, Caio Prado Jr rejeitou análises que partem das especificidades históricas da formação dos países do centro do sistema capitalista, para o autor, o desenvolvimento econômico deve partir da contextualização histórica de nossa formação colonial, isto é, revelar nosso sentindo específico – a direção da economia sempre voltada para a produção de gêneros primários valorizados no mercado externo. Portanto, o desenvolvimento do Brasil teria sido condicionado, de forma cíclica, aos interesses de uma conjuntura internacional instável, isto é, dada uma conjuntura internacional favorável “organiza-se a produção, povoa-se o lugar e explora”, para logo em seguida se desorganizar.

Por esse motivo, o recorte histórico entre 1956 e 1973 e a visão de Caio Prado Jr sobre o período dão a oportunidade de explorar os elementos contraditórios do processo de implantação e consolidação da industrialização por substituição de importação. Nossa hipótese é que para o autor, o processo de industrialização no pós-guerra subordinado aos interesses do capital internacional se comportaria como um ciclo de negócio na economia brasileira. Uma vez que no imediato pós-guerra abriram-se as condições para a redefinição da conquista Imperialista da economia brasileira, dada a diferenciação progressiva do mercado interno brasileiro.

Portanto, na natureza do sistema capitalista internacional vigente e, conseqüentemente, das empresas que foram instaladas na economia brasileira, as quais permitiram relativo progresso que possibilitou à economia brasileira internalizar praticamente toda tecnologia da Segunda Revolução Industrial, gerou uma crença desenvolvimentista que nossas forças produtivas fossem irreversíveis e caminhavam para as dos países capitalistas mais avançados. Contudo, o controle do capital internacional sobre a industrialização brasileira implicou no ressurgimento de relações mercantis, isto é, o progresso aparente não vai além de momentâneas oportunidades mercantis¹. Desse modo, a economia brasileira, embora numa forma mais complexa por conta da industrialização pesada, continuou subdesenvolvida e dependente.

Para a investigação da hipótese levantada, começaremos pelo Capítulo I, sobre o Imperialismo e a exportação de capital para Caio Prado Jr., nosso objetivo será entender como o autor compreende o fenômeno do Imperialismo e a exportação de capital para as economias periféricas, assim como, o processo de maturação dos monopólios capitalistas – fruto da tendência para a concentração e centralização do capital – foi tamanha que sua expansão internacional ocupará vulto e importância para a reprodução capitalista.

¹ Esse conceito pode ser encontrado na obra de Plínio de Arruda Sampaio Jr (1999a), o autor define da seguinte forma: “Ao sintetizar as circunstâncias históricas, externas e internas, que influenciam a formação das expectativas de longo prazo de valorização do capital, esta noção nos permite caracterizar de maneira mais adequada e extrema vulnerabilidade das economias subdesenvolvidas frente às vicissitudes da economia internacional e a influência desestabilizadora desta situação sobre a conjuntura mercantil e as correspondentes formas de organização da produção” (SAMPAIO, 1999a, p. 107).

Desse modo, partiremos de como o autor construiu sua análise sobre o desenvolvimento capitalista com base no legado de Marx e, nesse sentido, como ele entende a formação do capital financeiro. Para o autor, esse estágio do desenvolvimento capitalista alterou a forma da concorrência intercapitalista e a relação entre as nações e, principalmente a função das inversões estrangeiras nos países periféricos e a centralidade que ocuparam como decorrência das dificuldades do próprio desenvolvimento capitalista. Ao nos debruçarmos sobre a leitura de Caio Prado Jr e suas interconexões com o debate clássico do Imperialismo, em especial Hilferding (1985), Lenin (2012) e Bukharin (1984), investigaremos como a transição do século XIX para o século XX implicou em uma nova realidade das inversões estrangeiras e seus impactos no desenvolvimento capitalista do Brasil. A interconexão que pretendemos explicitar é que, na visão do autor, o estudo do papel do capital financeiro é um dos fatores principais para a adequada compreensão do processo de modernização pelo qual o Brasil ingressava à partir da década de 1950. Disto isso, versaremos adiante sobre a influência da exportação de capital e sua relação com a herança colonial brasileira articuladas interpretação caiopradiana sobre nossa formação.

A partir do debate clássico do Imperialismo e da perspectiva histórica de Caio Prado Jr, buscaremos complementar a visão do autor sobre a dinâmica e estratégia do imperialismo no pós-guerra, para assim captar como se dava sua conquista via investimento direto estrangeiro na modalidade de empresas estrangeiras - subsidiárias dos grandes trustes internacionais. Realizada essa etapa, passamos à compreensão da relação do Imperialismo e a indústria pesada para Caio Prado Jr.

No capítulo II, aqui, nossa preocupação é entender como a relação do imperialismo com os países de origem colonial torna-se tarefa imprescindível para compreender o processo de modernização que passava a economia brasileira entre os anos 1955 a 1973, pois conforme alertou Caio Prado Jr., o controle do capital internacional sobre as atividades mais dinâmicas da industrialização reforçou os laços de dependência externa da economia brasileira e acarretaria a completa deformação das condições para a constituição do Brasil-nação.

Apoiada neste percurso, ainda no capítulo II, nosso trabalho defende que a expansão dos grandes conglomerados no pós-guerra via IDE teria impactado diretamente na constituição de um processo de industrialização voltado para os interesses do conjunto da nacionalidade brasileira. O resultado da expansão Imperialista do pós-guerra e o favoritismo dispensado ao capital internacional pelo modelo de desenvolvimento do Governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), ao utilizar amplamente a Instrução 113 da Sumoc, fez com que o capital internacional instrumentalizasse a industrialização por substituição de importações. Com isso, as empresas estrangeiras aqui estabelecidas, cujos vínculos imperialistas se articulam pela reprodução ampliada do capital, frente às instabilidades históricas da economia brasileira, impuseram reformas para redimensionar seu domínio. Ao subordinar-se progressivamente ao domínio imperialista, criaram-se por meio do Golpe de 1964, as condições ideais para a retomada do avanço do modelo de desenvolvimento que teria como sua consumação a consolidação o “Milagre Econômico”.

Por fim, mesmo reconhecendo a industrialização como expressivo avanço da economia brasileira na redução de sua dependência de certos artigos industriais e insumos Caio Prado Jr faz uma advertência de que o processo de industrialização brasileira, alicerçado em precários fundamentos, não superou os dilemas de nosso passado colonial e pelo contrário, o autor pontua que o processo de industrialização brasileira ressalta a importância de nosso setor agroexportador no processo de valorização do capital internacional, expondo ainda mais a possibilidade de reversão desse ciclo industrial.

Capítulo 1: Imperialismo e exportação de capital para Caio Prado Jr.

1.1. Introdução

Segundo Caio Prado Jr. (1942), o longo processo de formação do Brasil é a crescente incompatibilidade entre a dominação imperialista e constituição de uma sociedade e economia organizada voltada para atender e suprir os interesses nacionais, portanto, o principal objetivo para as economias periféricas como o Brasil é imprimir relativa estabilidade ao desenvolvimento capitalista, isto é, constituir uma economia de “força própria”. O caráter subdesenvolvido de nossa formação estaria relacionado ao fato da incapacidade da economia brasileira em romper com nosso passado colonial e, portanto, nossa sociedade seria dominada e controlada pelo o que o procede, e que continuaria mantendo primazia em nossa evolução histórica. (PRADO JR., 2011, p. 26).

Ao analisar a “linha mestra” da evolução histórica brasileira, Caio Prado Jr aponta que nossa formação foi constituída para atender desde o período colonial interesses completamente apartados das reais necessidades nacionais. O grande problema para as economias de formação colonial é a dificuldade de romper com as estruturas econômicas e políticas que mantém nossa formação a mercê dos ritmos e intensidades do capital internacional. Neste sentido, segundo o autor, a sociedade brasileira tem sua história controlada por oportunidades mercantis que surgem no mercado global e, portanto, a evolução histórica brasileira fica a serviço da distribuição do capital internacional e seus interesses pela economia nacional. Por essa razão, o estudo do processo de monopolização da economia, em especial no livro *Esboços dos Fundamentos da Teoria Econômica* de 1957, o autor dedica-se a compreender a nova forma dos países centrais em controlar os problemas inerentes ao desenvolvimento do capitalismo.

Neste sentido, a obra caiopradiana estabelece uma relação com os autores do debate clássico do imperialismo, como Hilferding (1985), Lenin (2012) e Bukharin (1984). Para Caio Prado Jr e esses autores, essa nova forma é a exportação de capital que ganhou considerável destaque e trouxe consigo um novo traço de conquista das economias periféricas e para o período em destaque dessa pesquisa,

o autor desenvolve que a articulação imperialista com os países periféricos se estabelece pelo papel das subsidiárias dos grandes trustes internacionais articulados com o processo de industrialização periférica voltada a explorar as oportunidades de negócio geradas pela ampliação e diferenciação do mercado interno. Por isso, essa pesquisa julgou necessário utilizar autores que avançaram no debate clássico do imperialismo para melhor compreender a forma de articulação do imperialismo no pós-guerra e “completar” a obra caioprodiana. Assim, teremos como destaque a forma que aparece discussão do novo padrão de acumulação que se definiu e o papel da empresa norte-americana pela visão de Magdoff (1978); Panitch e Gindin (2006); Gilpin (1975); Brown (1978) e como Caio Prado Jr entende as repercussões desse processo na economia brasileira.

1.2. Processo de concentração e centralização do capital.

Ao longo de sua obra *História Econômica do Brasil* fica claro a preocupação do Prado Jr. sobre o papel do capital internacional nos diferentes ciclos da história brasileira e a partir dos anos 1950 fica explícito a preocupação do autor em compreender como se relaciona o capital internacional com a fase específica da industrialização pesada. Desta forma, procuraremos entender com base na sua obra a maneira de inserção da economia brasileira e suas relações econômicas com os países no modo de produção capitalista, em especial em seu estágio superior: o Imperialismo. Na verdade, esse é o ponto que deve ser priorizado ao se analisar as relações capitalistas entre os países centrais e os periféricos: “Ora, o capitalismo do séc. XX, que é o nosso, embora conservando as mesmas bases e os caracteres essenciais de seu predecessor do séc. XIX apresenta-se, todavia com diferenças, inclusive estruturais, consideráveis” (PRADO JR., 1957, p.141).

É com essa breve abertura do capítulo 6 que Caio Prado Jr, em “Esboços dos fundamentos da teoria Econômica” (1957), alertou sobre as mudanças no sistema capitalista operadas no final do século XIX. Essas mudanças, para Caio Prado Jr, devem ser consideradas para não se afastar da devida compreensão da realidade dos fatos. A análise de Caio Prado Jr está contida nas formulações marxistas clássicas sobre o imperialismo e portando, o autor tem que a estrutura capitalista do século XX, ao ser analisada, evidenciou-se a considerável concentração e centralização do capital e da atividade produtiva, em outras

palavras, essa nova fase seria marcada por gigantes conglomerados econômicos e financeiros (PRADO JR., 1957, p.141).

Ao dedicar-se à compreensão das particularidades históricas do capitalismo no século XX, a análise de Caio Prado Jr sobre as transformações do sistema capitalista não se assentou na concepção de “obra do acaso”, nem proveio de “circunstâncias anormais ou estranhas ao sistema que lhe teriam imprimido distorções e deformações” (PRADO JR, 1957, p. 142). Pelo contrário, a leitura de Caio Prado Jr decorre de um entendimento específico da obra de Marx e, assim, converge com autores marxistas do debate clássico do Imperialismo. Assim, com base nas categorias gerais deixadas por Marx, foi possível que Caio Prado Jr. e os autores do chamado debate clássico pudessem aprofundar essa premissa. Nas palavras de Brown (1978, p.60): “O imperialismo para os marxistas, tem a ver com as formas capitalistas procurando mais-valias e usando-as através da incorporação de novas áreas da economia mundial ao seu sistema de acumulação”.

A partir dessa fecunda interconexão da obra caiopradiana com os autores do debate clássico, para o autor de *Formação do Brasil Contemporâneo* de 1942, a concentração e centralização do capital no alto grau que se verificava no século XX decorreu das leis de acumulação do sistema capitalista e de seu desenvolvimento e dinâmica. “Essa previsão, como se sabe, foi obra de Marx, que se fundou para fazê-la na natureza íntima dos fatos econômicos essenciais do capitalismo, e na dinâmica que neles se observa.” (PRADO JR, 1957, p. 142). Neste sentido, resgataremos as categoriais mais gerais da obra marxiana que se interconectam com a obra de Caio Prado Jr e veremos que muito mais como uma referência de construção analítica, a obra de Marx significa para Caio Prado Jr o elo que estabelece os laços de dominação entre as economias capitalistas centrais e as periféricas, que estariam conectadas em uma teia da reprodução ampliada do capital.

De uma maneira geral, a concepção caiopradiana se fundamentou no entendimento do sistema capitalista em suas dimensões globais, marcado por forças desiguais de poder econômico e é desse conjunto de relações desiguais que resultaria no imperialismo. Para Caio Prado Jr. as grandes mudanças sofridas no

capitalismo mundial na transição do século XIX para o XX trouxeram impactos substanciais para as economias periféricas.

Partindo da análise da obra marxiana, sua interpretação tem como matriz o lucro capitalista - a razão de ser do modo de produção. Para Marx e para Caio Prado Jr, de uma forma sintética, já que seu aprofundamento não é o objetivo dessa pesquisa, o lucro capitalista é expressão da exploração² do trabalho humano e é o fator básico do processo de concentração capitalista (PRADO JR., 1957, p. 142). A acumulação capitalista traz no seu bojo uma contradição essencial: o antagonismo estrutural entre capital e trabalho, na qual se intensifica a contradição entre socialização da produção de um lado, e a apropriação privada do excedente econômico, do outro. “Reside nisso a grande contradição do sistema capitalista, que não se apoia e fundamenta naquilo que precisamente que lhe dá vida e o faz possível” (PRADO JR, 1957a, p.92). Nas palavras de Marx (2013, p.695):

A força de trabalho é comprada, aqui, não para satisfazer, mediante seu serviço ou produto, às necessidades pessoais do comprador. O objetivo perseguido por este último é a valorização de seu capital, a produção de mercadorias que contenham mais trabalho do que ele paga, ou seja, que contenham uma parcela de valor que nada custa ao comprador e que, ainda assim, realiza-se mediante a venda de mercadorias. A produção de mais-valor, ou criação de excedente, é a lei absoluta desse modo de produção.

Para Caio Prado Jr e Marx, a acumulação capitalista envolve necessariamente a produção de mercadorias cujo valor realizado, deve permitir a reinversão produtiva, mas também permitir a ampliação da escala produtiva. Nas palavras de Marx (2017, p.289):

A contradição, expressa de maneira bem genérica, consiste no fato de que o modo de produção capitalista implica uma tendência ao desenvolvimento das forças produtivas, abstraindo do valor – e do mais-valor nele incorporado – e também das relações sociais no interior das quais se dá a produção capitalista; por outro lado, esse modo de produção tem como objetivo a conservação do valor de capital existente e sua valorização na máxima medida possível (isto é, o incremento cada vez mais acelerado desse valor). A superprodução de capital não significa outra coisa senão a superprodução de meios de produção – meios de trabalho e de subsistência – que podem atuar como capital, isto é, que podem ser empregados para a

² Não cabe a essa pesquisa esmiuçar a interconexão da obra caiopradiana com a de Marx. Segundo Caio Prado Jr (1957a, p.143), ao lado de Marx: “A mais-valia é a margem de valor do produto acima do valor dos meios de subsistência do trabalhador e produtor (...) Assim sendo, como os meios de subsistência são determinados, e os mesmos, qualquer que seja parte do seu tempo que o trabalhador dedica ao comprador de sua força de trabalho e empregador, quanto maior for aquele tempo de trabalho, maior será o excesso do valor produzido com relação ao valor dos meios de subsistência. *Esse excesso também crescerá com a produtividade do trabalho, que quer dizer produção maior num mesmo tempo (Grifo nosso).*”

exploração do trabalho em dado grau de exploração, uma vez que a queda desse grau de exploração abaixo de certo ponto provoca perturbações e paralisações do processo de produção capitalista, crises e destruição do capital. (MARX, 2017, p. 295)

Portanto, com base em sua leitura de Marx³, o autor parte da apreensão de como se produz e reproduz as relações capitalistas: de um lado capitalistas determinados a revolucionar consecutivamente a base técnica da acumulação, e de outro, os trabalhadores destinados a serem explorados (Marx, 2012, p. 50). “Essa tendência para o desequilíbrio se observa facilmente neste fato conhecido e sempre recorrente no curso de toda a história do capitalismo, e que é a superprodução.” (PRADO JR, C., 1957, p.93).

É o processo cíclico em que o capital se inverte para produzir mais-valia ou lucro, e este último por sua vez se agrega ao capital primitivo que o originou a fim de formar com ele um novo capital acrescido que se reinverte e reproduz assim o ciclo, é isso que constitui essencialmente a dinâmica do sistema capitalista. (PRADO JR., 1957, p.88)

Desse movimento elementar e progressivo, o próprio desenvolvimento do capitalismo cria suas próprias contradições. Para Marx e Caio Prado Jr a procura pelo sobrelucro⁴ é a força motriz que impulsiona os capitalistas à procura de inovação⁵ na capacidade produtiva que conserve a valorização do capital, já que estão sob a pena de serem arruinados pela concorrência. Em outras palavras, é que

³ Segundo Marx, a produção capitalista, em sua lógica de reprodução ampliada, além de produzir mercadorias e mais-valor, produz e reproduz as relações capitalistas em seu conjunto: de um lado, os capitalistas incrustados na lógica de concorrência; de outro, os assalariados expostos à contínua exploração do trabalho. Em face do aprofundamento da relação capital/trabalho, a dinâmica se estabelece, então, por apresentar ao mesmo tempo a concorrência intercapitalista que exacerba a concentração e centralização de capital -, por uma crescente socialização da produção -, a um estágio de superprodução; de outro, por um acirramento da luta de classes, cuja necessidade de expansão em busca de mais-valor se revela pela fúria do capital em manter o ritmo acelerado de valorização a qualquer preço. A concorrência intercapitalista e o aumento da exploração do trabalho humano são dessa forma peças fundamentais que integram e dão vida a engrenagem do sistema, mas que só se movem aprofundando a contradição máxima do capital que é negar aquilo que lhe dá valor, ou seja, a força de trabalho. (Campos, 2015, p. 12)

⁴ Há de se destacar que a visão da obra caiopradiana não reflete uma visão monolítica na interação entre lucro e progresso técnico. Segundo Caio Prado Jr (1957, p. 147): “Não se pretende com isso, afirmar que é somente o lucro capitalista que condiciona e estimula o desenvolvimento da ciência. Mesmo no regime capitalista, há outros fatores em jogo. Mas o essencial é nele, o lucro que move o sistema e arrasta consigo o conjunto da vida coletiva enquadrada naquele sistema”.

⁵ O interesse de Caio Prado Jr (1957, p. 145) sobre o progresso tecnológico pode parecer marginal em sua obra, porém para o autor: “ desligando-se o progresso científico observado no curso do desenvolvimento capitalista, das condições materiais e objetivas desse desenvolvimento, chega-se naturalmente à falsa e perigosa conclusão de que o desenvolvimento do capitalismo é produto de uma causa exterior cuja presença e ação não depende desse desenvolvimento, e existe ou não independentemente da evolução capitalista, do dinamismo do sistema.

para os capitalistas se manterem competitivos é necessário aumentar sua composição orgânica⁶. Nas palavras de Maurice Dobb (1973, p. 199-201):

A razão capital constante/capital variável constituía a composição orgânica do capital (...). Marx considerava o aumento da razão entre o capital constante e o capital variável, e de modo particular entre o capital fixo e o trabalho assalariado, como um efeito das inovações técnicas, que contribuem assim para a descida da taxa de lucro implicada por uma dada taxa da mais-valia.

No capitalismo em sua fase concorrencial, o progresso tecnológico constituiu o mais poderoso fator de ampliação do lucro; “(...) à intensificação da acumulação capitalista proveniente do lucro e através da qual o capital se vai ampliando e concentrando nas proporções exigidas pelas grandes inversões em equipamentos que o progresso tecnológico requer” (PRADO JR., 1957, p.148). A progressiva concentração de capitais, resultante da acumulação individual dos capitalistas, produziu necessidades crescentes de um “(...) volume mínimo de capital individual requerido para conduzir um negócio sob condições normais”. (MARX, 2013, p.702).

A produção industrial ao constituir-se em níveis mais elevados – produto da concentração e centralização – não terá mais como alavanca central a diferença de produtividade, portanto, não será o fator decisivo para proporcionar consideráveis sobrelucros. (PRADO JR., 1957, p.150). Em outras palavras, Caio Prado Jr resume da seguinte forma:

Em suma verifica-se de um lado que com o desenvolvimento econômico, o progresso tecnológico deixa de constituir nos mais elevados níveis da indústria (precisamente naqueles onde se situam as empresas com maiores exigências pretensões aos sobrelucros) um fator decisivo no sentido de estabelecer acentuadas diferenças de produtividade e, portanto, de sobre lucro para as empresas melhor situadas. O alto nível tecnológico continua, escusado acrescentá-lo, como condição necessária para a percepção de grandes lucros, mesmo de lucros apenas e até simples equilíbrio financeiro da produção. Mas já não é mais, como no passado, condição suficiente de sobrelucros. (PRADO JR., 1957, p.150-151).

Ou seja, o aparelhamento e desenvolvimento tecnológico⁷ não asseguram por completo as condições de geração de sobrelucro, além disso, a atividade produtiva

⁷ Caio Prado Jr (1957, p. 143) coloca da seguinte forma: “Cada inovação tecnológica introduzida numa empresa ou grupo de empresas, aumenta a produtividade delas com relação às demais; e lhes proporciona com isso um sobrelucro que incita as outras a acompanhá-las – incitamento tanto mais poderoso que está em jogo o próprio lucro normal e o equilíbrio financeiro das empresas retardatárias que ou adotam a inovação, ou mais cedo ou

impulsionada pela concentração e centralização deixou de apresentar uma remuneração crescente. A dificuldade do sistema se resolverá pela centralização de capitais conduzida pelas finanças. “A centralização complementa a obra da acumulação, colocando os capitalistas industriais em condições de ampliar a escala de suas operações”. (Marx, 2013, p.703). Prado Jr (1957, p.153) resumiu o resultado do processo da seguinte forma:

(...) verifica-se que a concentração da produção, perdendo embora seu estímulo originário que fora o progresso tecnológico introduzido com o propósito de incrementar a produtividade e fazer jus com isso ao sobrelucro, encontra em novas circunstâncias um outro estímulo ainda mais poderoso e de maior alcance: será o objetivo de domínio do mercado que se impõe pelas novas contingências criadas a todos aqueles que pretendem sobreviver, assegurando-lhes através da manipulação e imposição de preços, um mínimo de estabilidade e usufruto pacífico daquele para que existem, a saber, o lucro capitalista.

O constante movimento da acumulação impõe ao processo de concentração da produção sua insuficiência para a realização do “(...) vulto das inversões requeridas no nível tecnológico atingido”. (PRADO JR., 1957, p. 148). Assim, de forma resumida, o próprio desenvolvimento capitalista cria suas contradições da reprodução do capital. Isso coloca como desafio permanente à reprodução do capital, que tem como contrapartida sua expansão para além de suas fronteiras. Caio Prado Jr analisou que a partir da dinâmica intrínseca da acumulação capitalista, o capitalismo “(...) tem na expansão econômica internacional um fator contrariante na tendência à queda da taxa de lucro” (Campos, 2015, p. 12), que se desdobra para as economias periféricas.

(...) a expansão do comércio exterior, que na infância do modo de produção capitalista constituía a base deste último, converteu-se, no curso de seu progresso, em seu próprio produto, por meio da necessidade interna desse modo de produção, de sua necessidade de um mercado cada vez mais ampliado. (MARX, 2017, p.276)

1.3. Capital Financeiro para Caio Prado Jr

Antes de entenderemos a expansão do capitalismo para além de suas fronteiras na sua fase Imperialista e mais especificamente no pós-guerra, nós pontuaremos que a partir de um determinado estágio de concentração e

mais tarde serão eliminadas. A adoção generalizada da inovação técnica vai progressivamente suprimindo o sobrelucro; e determinando ao mesmo tempo, como de fato determina, outras condições iguais, a tendência à baixa geral da taxa de lucros, constituirá forte estímulo para os capitalistas mais empreendedores procurarem introduzir novos progressos tecnológicos e obterem com isso vantagens relativas de produtividade que lhes proporcionem novos sobrelucros”

centralização do capital, a forma de concorrência do sistema capitalista se transformou. “Essa transformação da concorrência em monopólio constitui um dos fenômenos mais importantes – para não dizer o mais importante – da economia do capitalismo moderno” (LENIN, 2013, p. 39). Essa nova situação, na qual “(...) o simples fato do tamanho da empresa já não significava maior produtividade” (Prado Jr., 1957, p. 149), e, portanto, o progresso tecnológico já não assegurava, por si só, a margem⁸ de sobrelucros.

“As consequências do fato são de monta, porque representam transformações profundas de natureza econômica, com importantes reflexos políticos” (Prado Jr., 1957, p. 155). Dito isso, é importante situar historicamente esse movimento em que o novo capitalismo substituiu definitivamente o velho (Lenin, 2012, p. 42). Nas palavras de Lenin (2012, p. 44)

Assim, o resumo da história dos monopólios é o seguinte: 1) de 1860 a 1870, o grau superior, o ápice de desenvolvimento da livre concorrência. Os monopólios não constituem mais do que germes imperceptíveis; 2) depois da crise de 1873, longo período de desenvolvimento dos cartéis, que ainda constituem apenas uma exceção, ainda não são sólidos, representando somente um fenômeno passageiro; 3) auge e fins do século XIX e crise de 1900 a 1903: os cartéis passam a ser uma das bases de toda a vida econômica. O capitalismo transformou-se em imperialismo.

A intensificação das contradições geradas pela reprodução do sistema capitalista não é conveniente para as grandes empresas com suas imensas inversões, desta maneira, se infere que, “ao chegar a um determinado grau do seu desenvolvimento, a concentração por si mesma, por assim dizer, conduz diretamente ao monopólio, visto que é muito mais fácil para umas quantas dezenas de empresas gigantescas chegarem a um acordo entre si (...)” (Lenin, 2012, p. 39)⁹.

Por isso o regime de concorrência se mostrara cada vez mais inconveniente. Muito favorável às grandes empresas enquanto se tratava de eliminar concorrentes fracos e sem grande resistência, a concorrência perderá todo atrativo quando leva à guerra de preços com rivais de forças equivalentes. Mesmo os vencedores nessas guerras não sairão delas com mais vitórias de Pirro. Preferível em muitos casos evita-las, e não chegar a extremos prejudiciais a todas as partes, através de entendimento, acordos, combinações. Dessas Combinações surgem os cartéis, que logo vão dando

⁸ Não se pode confundir que para Caio Prado Jr (1957, p. 150), o progresso tecnológico perderá a centralidade, porém continua sendo um fator decisivo, ou melhor, necessário. “O alto nível tecnológico continua, escusado acrescentá-lo, como condição necessária para a percepção de grandes lucros, mesmo de lucros apenas a até simples equilíbrio financeiro da produção. Mas já não é mais, como no passado, condição suficiente de sobrelucros.”

⁹ Lenin (2012) cita ao longo de sua obra exemplos dos graus de concentração e centralização da produção.

lugar a formas mais estáveis de agrupamento e união de empresas, daí resultam os trustes. As diferentes empresas, já por si sós muito grandes, consolidam-se em blocos e se fundem em organismos imensos que assim aparelhados com o poder lhes dá sua dimensão descomunal (...). (PRADO JR., 1957, p. 152)

Esta nova conformação da economia, porém, não eliminou a concorrência capitalista, sua aparência transformou-se. “Não que a concorrência desapareça ou tenda a desaparecer na economia monopolista contemporânea, e com isso também as lutas econômicas, anarquia da produção, o desperdício e destruição de riquezas (...).” (Prado Jr., 1957, p. 161). Ademais, a contradição intrínseca ao funcionamento do sistema capitalista não foi suprimida, e mesmo foram agravadas, intensificando as instabilidades. Nas palavras de Lenin (2012, p. 47-48):

O capitalismo, em seu estágio imperialista conduz praticamente à socialização integral da produção (...). A produção passa a ser social, mas sua apropriação continua a ser privada. Os meios sociais de produção continuam a ser propriedade privada de um reduzido número de indivíduos. Mantém-se o quadro geral da livre concorrencial formalmente reconhecida, e o jugo de uns quantos monopolistas sobre o resto da produção torna-se cem vezes mais pesado, mais sensível, mais insuportável.

Dito isso, na fase do capitalismo monopolista vários capitais podiam se aglutinar¹⁰ na forma de trustes, tornando-se tendência na medida em que evita¹¹ a insegurança da concorrência. Introduzia-se uma mudança no sistema capitalista e na forma de concorrência que alterou consideravelmente sua estrutura e funcionamento. (PRADO JR., 1957, p.148)¹². Resumindo nas palavras de Caio Prado Jr:

Verifica-se que a concentração da produção, perdendo seu estímulo originário que fora o progresso tecnológico, instrumento garantidor do sobrelucro no capitalismo concorrencial. Neste momento, os monopólios

¹⁰ Mostraremos a partir de Hilferding as transformações operadas pelas sociedades anônimas. (HILFERDING, 1982).

¹¹ A pesquisa tem como objetivo afastar-se das teorias que apontam para uma transição gradual e pacifista da concorrência capitalista. Como afirma Caio Prado Jr (1957, p.162): “ Lenin já deu conta devida desses revisionistas. Mais recentemente, a teoria do supertruste foi retomada pelos economistas ortodoxos que não levam em mínima conta a tremenda exacerbação da concorrência entre estas verdadeiras potências internacionais em que se tornaram os trustes nos últimos decênios deslocando aquela concorrência até mesmo para o terreno das relações políticas internacionais, inclusive da guerra. Ninguém ignora o papel proeminente que tiveram os interesses financeiros dos trustes nas duas grandes guerras do século atual, bem como em outros menores. E assim, se a concorrencial capitalista tem hoje um caráter diferente da do século. XIX, nem por isso é menos viva, o que mostra que a economia capitalista não é capaz de se encaminhar por suas próprias forças e pelos estímulos que nela predominam, para o ordenamento e a pacificação gerais.”

¹² A monopolização da economia capitalista, para Lenin (2013), é intrínseca ao sistema capitalista, e, portanto, não decorre por um desvio protecionista. Nas palavras do autor (2013, p. 41), o protecionismo “(...) somente acelerou a concentração e a constituição de associações monopolistas patronais, cartéis, sindicatos etc. É de extraordinária importância notar que no país do livre comércio, a Inglaterra, a concentração também conduz ao monopólio ainda que um pouco mais tarde e talvez com outra forma”.

garantem seu novo estímulo pelo domínio do mercado. (PRADO JR, C, 1957, p.153).

O ponto central dessa transformação para Caio Prado Jr, e que mais diretamente se conecta a concentração da atividade produtiva e da ação econômica, é a transferência do capitalismo concorrencial, no qual a atividade econômica e dirigente da produção estava dispersa por uma infinidade de indivíduos, se transfere “para as mãos de um punhado de magnatas que passam a deter o controle praticamente total dos setores fundamentais da economia; não apenas nacionais, mas em muitos casos, e nos essências, também da internacional” (PRADO JR, 1957a, p. 155).

De modo a comprovar a centralidade dos prognósticos contidos, em especial no *O capital*, e certamente dialogando com a obra de Hilferding (1985), Caio Prado Jr avançou na elucidação da interpretação da exportação de capital para a periferia. O fundamental dessa interconexão é que Caio Prado Jr notou uma mudança profunda na emigração de capitais a partir da consolidação do capital financeiro.

A partir desse quadro, o autor procurou desvendar como uma parte de países capitalistas avançados através de sua projeção internacional envolveram de forma cada vez mais acentuada as economias periféricas. E é esse ponto que será priorizado na discussão dessa pesquisa. Para o autor as condições para o desenvolvimento das economias periféricas são completamente diferentes das do século XIX. Com isso, de acordo com Caio Prado Jr., o padrão de desenvolvimento das economias periféricas inseridas nas relações imperialistas do século XX não contam com investimentos que logo se integram organicamente ao país receptor.

Entre o capitalismo liberal e ainda largamente descentralizado do século passado, e o sistema trustificado de nossos dias, vai uma grande diferença no que respeita os países menos desenvolvidos, como se observa particularmente bem no tipo de inversões internacionais de uma e de outra época. Assim, os capitais europeus aplicados nos Estados Unidos durante o século passado, e que tiveram considerável papel no desenvolvimento daquele país, foram sobretudo de dois tipos que se faz hoje cada vez mais escassos. Tratava-se então, ou de capitais individuais levados por seus titulares europeus que com eles emigravam para os Estados Unidos; ou, então, de capitais levantados na Europa e aplicados no financiamento de empreendimentos nacionais norte-americanos. No primeiro caso, o capital se fazia desse logo norte-americano e se integrava por completo na economia do país em que se aplicava. No caso do financiamento, a remuneração e os serviços do capital estrangeiro se achavam de uma vez por todos determinados, como na hipótese de empréstimos ou quando ocorria participação direta (no caso de os titulares europeus do capital tornarem acionistas ou por outros títulos participantes das empresas norte-

americana), o controle do negócio e, portanto, das obrigações financeiras deles, (a remuneração do capital) se conservava em mãos norte-americana. O empreendimento, em suma, era e se conservava essencialmente norte-americano e integrado por completo na economia nacional do país. (PRADO JR., 1957a, p. 199-200)

Desta forma, para Caio Prado Jr. a exportação de capital resguarda características do estágio específico do capitalismo em que se assenta. Portanto, os capitais que viriam para as economias periféricas no estágio do imperialismo não poderiam ser confundidos com simples transferência de capital.

A sociedade anônima e a organização desenvolvida de crédito fomentam a exportação de capital e, nisso, modificam o caráter do mesmo, ao possibilitar a emigração do capital independentemente do empresário, permanecendo, portanto, a propriedade por mais tempo ou permanentemente no país exportador e sendo dificuldade a nacionalização do capital (HILFERDING, 1985, p. 296).

No bojo dessas transformações, para Caio Prado Jr encontra-se a centralização de capital que se desenrolou a partir do fim do século XIX¹³. No capitalismo monopolista, como se sabe, o montante necessário para possibilitar o investimento foi disponibilizado para os industriais através do sistema bancário. Hilferding analisou em profundidade, no capítulo V de *O capital Financeiro*, a formação e desenvolvimento do sistema de crédito destinado a atender as necessidades do desenvolvimento industrial. Segundo Hilferding:

“A expansão da empresa também deixa, ao mesmo tempo, de depender dos excedentes de produção da própria empresa e permite rápidas expansões, frequentemente aos saltos, em tempos de conjuntura mais favorável, sujeitas a demandas intensas e imediatas de capital. Essa demanda repentina de capital só pode ser satisfeita pelo grande volume de capital concentrado nos bancos. Só eles são capazes de levantá-lo sem abalar o mercado monetário (...) vê-se, por aí, que a própria técnica desenvolvida pelo banco gera as tendências que tanto resultam na concentração bancária, quanto na concentração industrial, sendo que esta representa, no entanto, a causa última da concentração bancária.” (HILFERDING, 1985, p.99).

Para Hilferding (1985, p. 85-86), o sistema de crédito tornou-se uma poderosa arma na concorrência industrial, já que ele permitiu a aquisição de novos

¹³ “A princípio serão os bancos que se incumbem da tarefa. Através deles se emitem e lançam à subscrição pública títulos de participação, de diversas modalidades, nas empresas produtoras: ações de vários tipos, debêntures. Esses títulos como que duplicam o capital originário; ou antes, fazem-no figurar sob dois aspectos, pois enquanto o resultado líquido da subscrição e venda dos títulos é posto à disposição das empresas produtoras e investido na produção, os títulos emitidos passam a ter vida própria e circularem como valores em si independentemente da atividade produtiva a que deu origem sua emissão. Eles se fazem objeto de negócios próprios e específicos que só indiretamente se relacionam com a atividade produtiva, como se dá em particular com as transações da Bolsa. São tais negócios que constituem a finança, papel e função de grande relevo em todo processo subsequente de concentração e consolidação da atividade produtiva.” (Prado Jr., 1957, p. 154).

meios de produção¹⁴. A enorme centralização que se operou na transição do século XIX para o XX, portanto, só pode ser explicada pelas condições objetivas, concretas, produto do estágio das forças produtivas, e é isso que essa monografia tentou esboçar até aqui. Nas palavras de Caio Prado Jr:

(...)A dificuldade se resolverá pela centralização dos capitais, isto é, pela reunião de muitos capitais individuais em unidades maiores. O instrumento jurídico para isso serão como se sabe as Companhias ou Sociedades Anônimas que abrirão caminho para uma expansão indefinida do processo de centralização de capitais e de concentração das atividades produtivas. E introduzia-se com isso no sistema capitalista uma nova feição que logo assumiria papel de primeiro plano: a finança, que distinta do capitalismo industrial ligado diretamente à produção, seria o instrumento econômico através de que se realiza a centralização e agregação de capitais, e que terá por objeto próprio a simples manipulação desses capitais. O capitalismo iniciava-se na grande transformação, referida no princípio deste capítulo e que lhe alteraria consideravelmente a estrutura e o funcionamento. (PRADO JR., 1957, p.148-149)

O capital financeiro se constituiu à medida que o sistema bancário ia se desenvolvendo e centralizando progressivamente o excedente que não era reinvestido pelos empresários, seus lucros se redirecionavam para os bancos. Além disso, no capitalismo monopolista os bancos transitaram de simples intermediários para agentes decisivos no destino da empresa. Nas palavras de Hilferding (1985, p. 93)

O capital monetário que os bancos fornecem aos capitalistas industriais pode ser empregado na ampliação da produção de duas maneiras: pode haver necessidade de capital monetário para ser transformado em capital circulante ou então em capital fixo. A distinção é importante por causa da diversidade de retorno. O capital monetário que é adiantado para a aquisição do capital circulante volta sob a mesma forma, ou seja, depois de completado o período de rotação, seu valor reproduz completamente e se transforma de novo em capital monetário. Com o adiantamento que visa a transformação do capital monetário em fixo, a situação é outra. Aí o dinheiro retorna apenas paulatinamente durante uma série mais longa de períodos de rotação e permanece preso durante esse tempo. A diversidade de retorno condiciona dessa maneira a diversidade da forma de imobilidade na empresa capitalista e com isso participa do destino dessa empresa. Essa participação é tanto mais firme quanto mais capital bancário entra como fixo na empresa.

¹⁴ Lenin (2013, p. 55) chama atenção para a centralidade dos bancos nesse processo de monopolização. Nas palavras do autor: “À medida que os bancos se desenvolvem e se concentram num número reduzido de estabelecimentos, eles convertem-se, de modestos intermediários que eram, em monopolistas onipotentes que dispõem de quase todo o capital-dinheiro do conjunto dos capitalistas e de pequenos patrões, bem como da maior parte dos meios de produção e das fontes de matérias-primas de um ou de muitos países. Esta transformação dos numerosos intermediários modernos num punhado de monopolistas constitui um dos processos mais fundamentais da transformação da transformação do capitalismo em imperialismo capitalista, e por isso devemos deter-nos, em primeiro lugar, na concentração bancária.

Os bancos ao centralizarem o capital de vários capitalistas acabaram por intensificar a interdependência entre o capital industrial e o capital bancário, aumentando também o controle do segundo sobre o primeiro. Os problemas decorrentes dessa união contraditória são resumidos por Hilferding (1985, p. 219):

A dependência da indústria com relação aos bancos é, portanto, consequência das relações de propriedade. Uma porção cada vez maior do capital da indústria não pertencente à indústria que o aplica. Dispõe do capital somente mediante o banco, que perante eles representa o proprietário. Por outro lado, o banco deve imobilizar uma parte cada vez maior de seus capitais. Torna-se, assim, em proporções cada vez maiores, um capitalista industrial. Como de capital financeiro o capital bancário, portanto, o capital em forma de dinheiro que, desse modo, é na realidade transformado em capital industrial, mantém sempre a forma de dinheiro ante os proprietários, é aplicado por eles em forma de capital monetário – de capital rendoso – e sempre pode ser retirado por eles em forma de dinheiro. Mas, na verdade, a maior parte do capital investido dessa forma nos bancos é transformado em capital industrial, produtivo (meios de produção e força de trabalho) e imobilizado no processo de produção. Uma parte cada vez maior do capital empregado na indústria é capital financeiro, capital à disposição dos bancos e, pelos industriais. O capital financeiro desenvolveu-se com o desenvolvimento da sociedade anônima e alcança o seu apogeu com a monopolização da indústria. O rendimento industrial ganha um caráter seguro e contínuo; com isso, a possibilidade de investimento de capital bancário na indústria ganha extensão cada vez maior. Mas o banco dispõe do capital bancário, e os proprietários majoritários das ações bancárias dispõem do domínio sobre o banco. É evidente que, com a crescente concentração da propriedade, os proprietários do capital fictício, que dá o poder aos bancos, e os proprietários do capital que dá o poder à indústria são cada vez mais as mesmas pessoas.

Dito isso, outra transformação importante apontada por Hilferding no novo capitalismo do século XX é a existência das sociedades anônimas¹⁵. Nesta nova fase do capitalismo monopolista, os capitalistas podiam investir nas empresas comprando títulos que lhes davam direitos sobre um rendimento futuro, essa nova configuração lhes dava maior flexibilidade, já que a qualquer instante podiam vender seus títulos (Hilferding, 1985, p. 112). Nesta contínua criação de lucros adicionais proporcionados pela ampliação das sociedades anônimas, “nos parece que Hilferding está sugerindo que o lucro do fundador¹⁶ também passa a ser uma nova

¹⁵ “Papel especial desempenhou, neste sentido, o sistema de sociedades anônimas – que facilitou o investimento de capital na produção e fez surgir empresas de amplitude sem precedentes.” (Bukharin, 1984, p. 59)

¹⁶ Mesmo que não seja o objetivo dessa pesquisa aprofundar as formas de acumulação derivadas das sociedades anônimas, é importante sintetizar para o leitor a centralidade das categorias “O lucro do fundador” e “Lucros Diferenciais” conforme colocados por Hilferding (1985). No artigo publicado por Campos e Sabadini (2014) encontra-se uma síntese que não simplifica a complexidade de ambas as categorias. Dito isso, para Campos e Sabadini (Ibid, p. 7) o lucro do fundador “(...) proporcionará ganhos adicionais no momento de abertura de seu capital, bem como na emissão de novas ações, tornando-se assim, lucros adicionais. A venda de ações pode ser usada para a ampliação da produção, como consequente geração de mais-valia, pela via da

fonte de acumulação que foi buscada, e continua sendo, como forma de expansão imperialista pelo mundo (...)” (CAMPOS; SABADINI, 2014, p. 7).

A partir destes elementos, as indicações de Hilferding nos fornecem subsídios para acrescentar ao debate o fato que nas novas políticas de avanço imperialista, pela via dos lucros de fundador e lucros diferenciais, as estratégias do capital ultrapassam as fronteiras econômicas territoriais e se materializam e desmaterializam sob formas cada vez mais mistificadas de expropriação. A natureza dialética do capital se manifesta, assim, por caminhos diferenciados, mas mantém a contradição fundamental entre produção social de apropriação privada da riqueza. (CAMPOS; SABADINI, 2014, p. 12)

Ficou evidente a preocupação de Caio Prado Jr em investigar, a partir das leis gerais do funcionamento do sistema capitalista estabelecidos pela obra marxiana e dos autores do debate clássico do imperialismo como Lenin (2013), Hilferding (1985) e Bukharin (1985), as principais características dessa nova fase do capitalismo. Neste sentido, esse ponto da pesquisa procurou tratar sinteticamente a origem do problema antes do surgimento do imperialismo, na qual a concorrência capitalista e a busca pelo sobrelucro com fim em si mesmo é responsável pelo processo cumulativo de concentração e centralização, levando a superprodução de capital.

Tudo isso modifica singularmente os termos do problema que se propõe ao capitalismo nos seus projetos expansionistas. Deixemos, todavia, de lado, os aspectos mais políticos que estritamente econômicos do assunto, e vejamos como se apresentam nas condições atuais do sistema capitalista as perspectivas de expansão dele pelas áreas menos desenvolvidas: quais são as implicações propriamente econômicas dessa expansão? Em outras palavras, quais as circunstâncias de natureza econômica em que ela se deverá realizar? Abordamos aqui um ponto que diz respeito diretamente ao Brasil, que se situa precisamente naquela área subdesenvolvida do mundo atual. Teremos assim ocasião de considerar os caracteres fundamentais da economia brasileira, bem como de nossa política econômica. (PRADO JR., 1957, p. 190)

transformação do capital monetário em capital produtivo e, ao mesmo tempo, estas ações, após a sua emissão primária entrarão no processo especulativo dos movimentos nas bolsas de valores (...). Suas conexões ultrapassam, portanto, as fronteiras da produção capitalista, já que os ganhos dos fundadores, com a transformação do capitalista em proprietário-acionista, funcionam também como nova forma de concentração e centralização da riqueza representada pela expansão do capital fictício nos territórios econômicos, sendo também um *novo estímulo à expansão imperialista (grifo nosso)*”. Já os lucros diferenciais, para Campos e Sabadini (Ibid, p. 9-10): “(...) referem-se os ganhos advindos da compra e venda de papéis no jogo especulativo dos mercados financeiros. (...) seriam mais um fator de busca incessante do capital por novas formas de acumulação (...). Forma essa contraditória é verdade, pois se a fonte de riqueza capitalista se baseia e se funda no domínio e na exploração da força de trabalho, esses lucros diferenciais são insustentáveis por natureza, no sentido de não permitirem uma reprodução ampliada do capital em termos de sua totalidade. (...) Sua autonomização ganhou contornos fetichistas mais complexos, estéreis, na essência, mas com alto grau de valorização fictícia da riqueza, na aparência.”

A partir dessa fecunda análise de Caio Prado Jr sobre as características mais gerais do capital financeiro que se constituiu na transição do século XIX para o XX, nossa preocupação no próximo ponto dessa pesquisa é entender a exportação de capital do centro para a periferia capitalista e como essas formas eram uma forma de controle exercido pelos grupos financeiros internacionais.

1.4. Debate clássico do Imperialismo e Exportação de Capital.

As reflexões anteriores foram importantes para qualificar a visão de Caio Prado Jr sobre o processo de transformação do sistema capitalista na transição do século. O que se propõe nesse ponto da pesquisa é entender como o Brasil se insere nesse capitalismo, onde “o Brasil não será mais que um dos elos da grande corrente que envolve o universo e mantém ligados todos os povos numa única estrutura, que tem por centro diretor os grupos controladores do capital financeiro internacional.” (PRADO JR., 2008, p. 288). No exame do capitalismo mundial como nos mostraram os autores (PRADO JR., 1957; LENIN, 2012; HILFERDING, 1985; BUKHARIN, 1984): “seu traço essencial era a condição monopolista como resultante de uma fase superior do capitalismo em que tinha no capital financeiro, resultado da junção cartelizada entre indústrias e bancos, o elemento básico para o aprofundamento da acumulação” (CAMPOS, 2015, p. 11).

Neste sentido, a teoria do imperialismo se desenvolve com base nessa condição intrínseca do funcionamento do modo de produção capitalista e que tem pela expansão econômica um fator contrariante na tendência à queda da taxa de lucro (CAMPOS, 2015, p. 11). Nas palavras de Brown (1978, p. 53):

Marx não desenvolveu uma teoria do imperialismo, mas todas as teorias marxistas do imperialismo têm se baseado nessa única seção relativa às tendências contrária à taxa decrescente de lucro, pois Marx esperava que os capitalistas tentassem todas essas formas de escape, mutuamente autocontraditórias, como algumas possam ser.

Assim, o “imperialismo, para os marxistas, tem a ver com as firmas capitalistas procurando mais-valias e usando-as através da incorporação de novas áreas da economia mundial ao seu sistema de acumulação” (BROWN, 1978, p. 60). Para Brown, a essência do problema pode ser resumida da seguinte forma:

O problema então, para qualquer capitalista, é que a mais-valia gerada tem sempre de ser aumentada, para que ele se mantenha na luta competitiva;

mas as condições gerais para tal processo tornaram ainda mais improvável que isso aconteça, já que a taxa de lucro tende a declinar com relações capital-trabalho mais elevadas. Alguns capitalistas sobreviverão através do estabelecimento de posições monopolísticas, de inovações que reduzem os custos e da abertura de novos mercados; mas tais medidas estão sempre sujeitas à contestação de outros. Para os capitalistas de um país como um todo, existem similarmente possibilidades de estabelecer posições de monopólio no mercado mundial, mas, uma vez mais, estas sempre sujeitas à contestação. A concorrência em escala mundial força os capitalistas, em toda parte, a procurarem mais-valia adicional a fim de capitalizar os lucros que já obtiveram. (BROWN, 1978, p. 49)

Como visto nos pontos anteriores, “o imperialismo surgiu como desenvolvimento e continuação direta das características fundamentais do capitalismo em geral” (Lenin, 2012, p. 123), ou melhor, o imperialismo surgiu do excedente¹⁷ de capital que se acumulou nos países industriais mais avançados levou-os para a busca de novas oportunidades lucrativas no exterior. Para efeito de elucidação desse expressivo aumento na exportação de capital, na obra de Brown (1978, p. 158):

O processo [exportação de capital], além do mais, continuou depois da passagem do século, com a adesão de outros países europeus, de tal forma que uma estimativa recente mostrou que todos os investimentos externos europeus aumentaram em cerca de seis para quarenta e quatro bilhões de dólares, entre 1874 e 1914. Aproximadamente três quartos eram britânicos, no primeiro ano e 40% no último ano, a França e a Alemanha, respondiam, então, por 10% e 12,5%, respectivamente, e os Países Baixos, a Suíça, a Bélgica e os EUA pela maior parte do restante.

Em outras palavras, para Bukharin, a expansão da economia mundial na transição do século XIX para o XX foi provocada pelo intenso¹⁸ desenvolvimento das forças produtivas do capitalismo (Bukharin, 1984, p. 27). Ao lado de Bukharin, nas palavras de Lenin (2012, p. 108):

Os capitalistas não partilham o mundo levados por uma particular perversidade, mas porque o grau de concentração a que se chegou os

¹⁷ “Enquanto o capitalismo for capitalismo, o excedente de capital não é consagrado à elevação do nível de vida das massas do país, pois isso significaria a diminuição dos lucros dos capitalistas, mas ao aumento desses lucros através da exportação de capitais para o estrangeiro, para os países atrasados”. (Lenin, 2012, p. 94)

¹⁸ “Como todos nós sabemos, foi nessa época que o telefone e o telégrafo sem fio, o fonógrafo e o cinema, o automóvel e o avião passaram a fazer parte do cenário da vida moderna, sem falar na familiarização das pessoas com a ciência por meio de produtos como o aspirador de pó (1908) e o único medicamento universal jamais inventado, a aspirina (1899). Tampouco devemos esquecer a mais benéfica de todas as máquinas do período, cuja contribuição para a emancipação humana foi imediatamente reconhecida: a modesta bicicleta. Apesar de tudo, antes de saudarmos essa safra impressionante de inovações como uma “segunda revolução industrial”, não devemos esquecer só retrospectivamente elas são consideradas como tal. Para o século XIX, a *principal revolução industrial* (grifo nosso), consistia na atualização da primeira revolução industrial, através do aperfeiçoamento da tecnologia do vapor e do ferro: aço e as turbinas. As indústrias tecnologicamente revolucionárias, baseadas na eletricidade, na química e no motor de combustão, começaram certamente a ter um papel de destaque, em particular nas novas econômicas dinâmicas.” (Hobsbawn, 2015, p. 86)

obriga a seguir esse caminho para obterem lucros; e repartem-no “segundo o capital”, “segundo a forma”; qualquer outro processo de partilha é impossível no sistema de produção mercantil e no capitalismo.

Ou seja, na medida em que a vida econômica e as forças produtivas se desenvolvem, acelera-se a internacionalização da economia. Consequentemente, “por diferentes canais, os capitais de uma esfera nacional transbordam para outras esferas, cresce a interpenetração dos capitais nacionais, internacionaliza-se o capital” (BUKHARIN, 1984, p. 38)¹⁹.

Há de chamar-se atenção para o fato que, para Bukharin, ao lado da internacionalização do capital, produziu ao mesmo tempo a nacionalização do capital²⁰ (BUKHARIN, 1984, p. 72). Os processos de concentração e centralização do capital estimularam-se reciprocamente, fazendo surgir uma “transformação de toda economia nacional numa gigantesca empresa combinada sob a égide dos magnatas das finanças e do Estado capitalista: uma economia que monopoliza o mercado mundial e torna-se necessária a produção organizada (...)” (BUKHARIN, 1984, p. 67).

Dado a brevidade dessa pesquisa e os objetivos propostos, não será possível esmiuçar as políticas²¹ que aceleraram o processo de “nacionalização do capital”, porém, queremos dar destaque para o fato que a concorrência dentro das fronteiras nacionais progressivamente se intensificou e acabou por projetar-se nos espaços periféricos, fazendo das economias periféricas espaço para a valorização do capital financeiro (PRADO JR., 2008, p. 277-278).

Dito isso, ao destacarmos que o desenvolvimento do capital financeiro resultou na sua própria exportação e que acabou transformando o próprio

¹⁹ Lenin (2012, p. 99) no mesmo sentido: “Mas, sob o capitalismo, o mercado interno está inevitavelmente vinculado ao externo. Há muito que o capitalismo criou um mercado mundial. E, à medida que aumentava a exportação de capitais e se ampliavam, sob todas as formas, as relações com o estrangeiro e com as colônias, assim como as “esferas de influência” das maiores associações monopolistas, a marcha “natural” das coisas levou a um acordo universal entre elas, à constituição de cartéis internacionais.”

²⁰ Por nacionalização do capital, Bukharin (1984, p. 72) define: “(...) isto é, a criação de corpos econômicos homogêneos, encerrados nas fronteiras nacionais e refratários uns aos outros – é igualmente estimulado pelas transformações ocorrentes nas três grandes esferas da economia mundial: a esfera dos mercados, a esferas das matérias-primas e a esfera de investimento de capitais”.

²¹ Para efeito de elucidação, destaca-se o protecionismo, que criava uma vantagem competitiva às empresas nacionais. Ao lado do protecionismo, destaca-se o papel da política aduaneira, que auxiliava o escoamento da produção ao mercado externo. Bukharin (1984, p. 68-69)

funcionamento do sistema capitalista como um todo²², nossa abordagem seguinte se centrará em entender essa transformação. A exportação de capital tornou-se instrumento essencial do sistema capitalista, dado sua necessidade intrínseca de valorização constante e, portanto, de expansão, desta forma, a “articulação imperialista é o que sustenta e dá organicidade a esse processo” (CAMPOS; SABADINI, 2014, p. 19). Assim, as políticas imperialistas eram uma forma específica de lidar com a necessidade de exportação de capital, como nos mostrou Hilferding (1985, p. 296), a mobilidade²³ do capital na busca por valorização ocorre:

Entendemos por exportação de capital a exportação do valor destinado a gerar mais-valia no exterior. Nisso, é essencial que a mais-valia fique à disposição do capital interno. Se, por exemplo, um capitalista alemão emigra para o Canadá com o seu capital, produz ali e não retorna mais a seu país, isto significa prejuízo para o capital alemão, isto é, desnacionalização do capital; não se trata de exportação, mas de mera transferência de capital. Essa transferência constitui uma diminuição do capital nacional e crescimento do estrangeiro. Somente se pode falar de exportação de capital quando o capital empregado no exterior permanece à disposição do país investidor e quando os capitalistas nacionais podem dispor da mais-valia produzida por este capital no estrangeiro. Este capital forma então uma partida no “balanço da dívida ativa” nacional, a mais valia anualmente vencível no balanço de pagamentos. Portanto, a exportação de capital reduz a quantidade nacional de capital e aumenta a renda nacional pela mais-valia produzida.

Essas reflexões foram fundamentais para a análise de Caio Prado Jr sobre a exportação de capital na fase “clássica”²⁴ imperialista. Para o autor, as inversões

²² Segundo Campos e Sabadini, com base em Hilferding, definem esse momento como *unidade*. Nas palavras dos autores (2015, p.19): “[a unidade], torna-se importante entendê-la como reflexo da socialização da produção, que ao arremessar capitais individuais em uma mesma esfera de valorização, centraliza o controle de diferentes formas de capitais (...)”. “(...) Eclode assim uma extraordinária estrutura de exploração capitalista, que ao desvincular de formas pretéritas de organização – tais como: indústrias familiares organizadas em uma única figura do proprietário e do gestor, ou mesmo inúmeras Bolsas provinciais incapazes de concentrar a riqueza para valorizar além de sua circunscrição. – delineia a fisionomia do que será o moderno capitalismo”. Campos e Sabadini (2014, p. 20).

²³ “Ao mostrar capital financeiro impõe uma cisão entre propriedade do capital e os meios de produção, Hilferding integra as partes que compõem a dinâmica do capital financeiro, revelando que para agirem livremente necessitam de crescentes graus de flexibilidade, mutabilidade e permeabilidade, resultado de sua “liquefação”. E aqui se imprime o movimento de busca incessante do capital financeiro por formas cada vez mais reificadas de valorização (...)”. Campos e Sabadini (2014 p. 21-22)

²⁴ Como o objetivo desta pesquisa é historicizar o imperialismo na quadra histórica do pós-guerra observou que é primordial sumarizar as principais categorias de análise do imperialismo clássico, mesmo que apenas elas não sejam suficientes para desvendar o período dessa pesquisa. Dito isso, seguimos a síntese feita por Campos (2015, p. 14): “1) Centradas sobretudo na relação capital/trabalho, a concorrência intercapitalista constitui-se no dinamismo que impulsiona as contradições capitalistas, se colocando por meio da ampliação internacional dos mercados internos num estágio superior; 2) Mais do que uma resposta episódica e contrariante à tendencial queda na taxa de lucro, a exportação de capital torna-se desde a “fase superior do capitalismo” a forma usual de reproduzir os interesses concretos de valorização capitalista; 3) Em face a uma interpenetração de interesses e estratégias de acumulação, as diferentes modalidades de capitais explorados são múltiplas dimensões de um todo articulado em nome da valorização capitalista; 4) Mesmo que a economia mundial alinhe estas teias que interligam os fluxos e estoques de diferentes capitais, ela não se resolve por um conluio capitalista garantidor da harmonia dos interesses capitalista ou caudatários de um “concerto de nações”, mas no seu contrário, visto que

estrangeiras na economia brasileira nesta fase histórica não poderiam ser enquadradas como simples inversões de capital, na visão do autor, o capital internacional nesta fase tendem a exercer pressões sobre o desenvolvimento do país receptor. Por isso, para Caio Prado Jr é necessário desvendar os interesses do fluxo dos investimentos diretos que convergiam para a periferia e suas especificidades no estágio Imperialista do pós-guerra. Como mostra Caio Prado Jr:

A evolução para o capitalismo financeiro que se processa no correr do séc. XIX que chega à maturação na sua última parte *modificará* (grifo nosso) essas relações primárias e muito elementares entre as grandes nações capitalistas e os demais povos do universo. Substituiu-se o simples objetivo de vender produtos industriais, a ampla expansão do capital financeiro que, sob todas as modalidades, procurará explorar em seu proveito as diferentes atividades econômicas do universo, A economia mundial evolui para um vasto sistema dominado pelo capital financeiro e disputado pelos vários grupos nacionais que repartem entre si aquele capital. (Esse sistema em que se enquadrará o Brasil, como todos os demais países e povos, servirá o capital financeiro (ou antes, os diferentes grupos que o detêm) de muitas formas, todas, aliás, ligadas e articuladas entre si: 1º) Permitirá a participação dele em todas as atividades econômicas mundiais, facultando-lhe em maior ou menor proporção a margem de lucros que oferecem; 2º) Abrirá mercados para a indústria nacional respectiva, permitindo sua expansão sem prejuízo da exploração da mais-valia interna; 3º) Porá à disposição desta indústria as matérias-primas de que necessita, e cuja produção se espalha fora de suas fronteiras nacionais. (PRADO JR., 2008, p. 271)

Caio Prado Jr chama atenção para o fato que o produto da luta entre os monopólios nacionais no plano internacional é o domínio dos territórios periféricos, isto é, a crescente valorização e a necessidade de exportação de capital para assegurá-la, se configura uma “política de conquista” orquestrada e sustentada pelo Estado (CAMPOS; SABADINI, 2014, p. 22). Para além de a expansão imperialista estar relacionada com a dinâmica intrínseca e contraditória do sistema capitalista; o domínio nesta fase do capitalismo é uma arma na concorrência, “(...) a posse de colônias, por si só traz aos monopólios garantia completa de êxito contra todas as contingências da luta com o adversário (...)” (LENIN, 2012, p. 116).

exacerba a rivalidade imperialista; 5) A rivalidade imperialista sempre se reproduz por uma junção entre concorrência intercapitalista e inter estatais que se traduzem em rivalidades nacionais, visto que a escala de um vasto conjunto de países sustenta o acesso internacional, tanto de fornecedores descentralizados internacionalmente, quanto de mercados para bens de produção e de consumo, além de investimento produtivos forma do mercado de origem; 6) Tendo o espaço internacional sido construído para a reprodução da valorização capitalista de forma permanente, a liberdade de ir e vir do capital representada pelos fluxos financeiros, só poderá ser garantida pelo exercício de sua mobilidade, mesmo que seja necessário o uso da violência militar, a imposição de um padrão monetário, as dominações cultura e política, ou de qualquer natureza estatal para a defesa do espaço imperial privado, rivalizando-se nas diversas oportunidades de lucro.”

É assim através da projeção internacional do capital orientado e dirigido pelos centros do sistema, que são as grandes potências capitalistas, é por aí que se realiza a dominação sobre países periféricos do nosso tipo que os coloca na posição de dependência e subordinação (...). (PRADO JR., 1955, p. 85)

Em suma, a exportação de capital era uma maneira do sistema imperialista, longe de ser episódica, tornou-se constitutiva a acumulação nos diversos tempos do imperialismo (Brown, 1974, p. 185); na era do capital financeiro, a exportação de capital para a periferia resguarda uma forma de dominação e conquista desses territórios, de modo a transformá-los em regiões seguras para as inversões dos trustes. Porém, há de se destacar que o imperialismo na transição do século XIX para o XX guarda seus determinantes históricos, já no período delimitado por essa pesquisa é necessário “atualizar” esses novos determinantes da expansão imperialista.

1.5. Imperialismo no Pós-Guerra e Investimento direto estrangeiro.

Como vimos até aqui, os autores do debate clássico do imperialismo a partir da contradição intrínseca do modo de produção capitalista investigaram a necessidade vital de expansão econômica, isto é, o caráter expansionista desses trustes faz parte de sua natureza íntima e é condição de sua sobrevivência (PRADO JR., 2008, p. 325). Tendo como referência essa característica mais geral da expansão imperialista, veremos nessa parte da pesquisa os determinantes dessa expansão no pós-guerra, portanto, por um lado, de uma forma mais geral veremos como se constituiu o novo padrão mundial de acumulação, como desdobramento da economia norte-americana, e por outro lado, o papel que suas empresas ocupam neste processo. Por ordem da brevidade dessa pesquisa, não poderemos contemplar outra dimensão dessa fase de expansão imperialista que se conecta ao fato das relações geopolíticas de combate ao avanço da influência da União Soviética. Dito isso, temos como suposto como indicado por Campos (2015, p. 15):

Assim, qualquer análise que queira estabelecer os parâmetros essenciais da expansão imperialista no imediato pós-Segunda Guerra tem que se ater, por um lado, ao novo padrão mundial de acumulação como um desdobramento da hegemonia norte-americana e do papel de sua grande empresa. Por outro lado, as relações geopolíticas que compreendem as forças capitalistas e a periferia, bem como a influência da União Soviética na escolha do tempo de manejo defensivo da ordem capitalista, apresentam-se como a linha mestra de uma possível reflexão.

Neste sentido, Caio Prado Jr (1957, 2008) diante de apreender as transformações ocorridas na economia brasileira no pós-guerra traçou as características essenciais do capitalismo monopolista, mesmo que não em profundidade, ou seja, a obra caiopradiana mesmo que nos dê o sentido geral da forma de expansão e conquista dessa época do capitalismo mundial, o autor não desenvolveu com profundidade as características mais particulares do padrão de acumulação que se maturou no pós-guerra.

Com base nisso, verifica-se na obra caiopradiana que o ponto nevrálgico da discussão em torno do imperialismo no pós-guerra passa pelo estabelecimento dos empreendimentos desses trustes imperialistas no Brasil através do investimento direto estrangeiro, portanto, essas inversões deveriam ser analisadas fora do disfarce que apresentam. Para isso, esta pesquisa entende que a definição do padrão de acumulação que se desenvolve tem como forma de expressão principal o investimento direto estrangeiro e é central para compreender sua repercussão na economia brasileira. Nas palavras do autor:

Tais empreendimentos, seja qual for o rótulo ou disfarce com que se apresentam, não passam na realidade de apêndices e extensões dos grandes trustes internacionais; e como tal, nada mais significam que elementos e fatores de expansão deles e seus negócios. Não se pode assim considera-los como simples “cooperadores” e impulsionadores do desenvolvimento econômico brasileiro, prontos a cederem o lugar ou pelos menos se retraírem logo que iniciativas nacionais estiverem em condições de promoverem, por si sós, o desenvolvimento econômico do país. Pelo contrário, eles se erguerão sempre como obstáculos e essas iniciativas que são concorrentes que precisam ser eliminados (...). O capitalismo de nossos dias, que é o capitalismo em sua mais elevada fase de desenvolvimento, é algo bem distinto do capitalismo clássico (...). O moderno capitalismo não se caracteriza mais pela simples aplicação e inversão produtiva de uma certa disponibilidade de valores que constituiria o capital do empreendimento. O moderno lucro capitalista (que, ao contrário do passado, se apresenta hoje nas operações e finanças dos trustes com mil formas e disfarce que vão desde a remuneração de diretores e gerentes até os proventos derivados de manipulações financeiras), o lucro capitalista na atualidade é função muito menos da soma de capital originário e legítimo com que se constituiu a empresa, que da extensão que ela atinge e da proporção de poder aquisitivo da massa consumidora que o empreendimento *consegue lançar seu domínio* (PRADO JR., 2008, p. 325, grifo nosso).

Para compreender as principais formas de como os trustes lançam seu domínio para as economias periféricas, em especial o caso brasileiro, e de certa forma ampliar a apreensão caiopradiana da forma de conquista imperialista no pós-guerra, temos como referência a obra de Magdoff (1978, p. 24):

A diferença estrutural que distingue o novo do velho imperialismo é a substituição de uma economia, na qual muitas firmas competiam, por outra, na qual compete um punhado de corporações gigantescas, em cada indústria. Além disso, durante esse período o avanço da tecnologia de transportes e comunicações e o desafio à Inglaterra, lançado pelas novas nações industriais, trouxeram ao palco imperialista mais dois figurantes: a intensificação da lista competitiva na real mundial e *maturação* [grifo nosso] de um sistema realmente internacional. Nessas circunstâncias, a competição entre grupos e de corporações gigantescas e seus governos tem lugar em todo o globo: nos mercados das nações avançadas, do mesmo modo que nos das nações semi-industrializadas pelo poder, bem como pelo controle colonial e informas das regiões economicamente atrasadas, é somente uma fase dessa guerra econômica e apenas um atributo do novo imperialismo.

Para Magdoff (1978), o processo de maturação do imperialismo no pós-guerra por um lado se conecta ao desenvolvimento e aplicação direta da ciência nos processos produtivos e do desenvolvimento financeiro (Magdoff, 1978, p. 24), e por outro lado, pelo recrudescimento das disputas internacionais, pelo controle formal ou informal das regiões economicamente atrasadas (Magdoff, 1978, p. 20). Nas palavras do autor:

A urgência de domínio é intrínseca ao negócio. No mundo dos negócios, avultam os riscos. Competição interna e externa, rápidas mudanças tecnológicas, de pressões, para só mencionar, algumas, são ameaças, não só para a taxa de lucros com para o próprio investimento de capital. (MAGDOFF, 1978, p. 33)

Há de se chamar atenção que a obra de Caio Prado Jr. (2008, p. 346) capta o fato da centralidade da economia norte-americana no padrão de acumulação capitalista que se definiu e os resultados desse recrudescimento na disputa concorrencial, nas palavras do autor:

No imediato pós-guerra, a economia capitalista, e particularmente os Estados Unidos, que dão as palavras da ordem do sistema, conheceram uma fase de forte crescimento graças sobretudo ao estímulo dos negócios proporcionado, de um lado, pela folgada situação financeira em que se encontravam os Estados Unidos – a par de larga liquidez resultante do financiamento da guerra e das restrições ao consumo no correr dela, e conseqüente explosão da demanda fortemente contida no correr das hostilidades pro efeito daquelas mesmas restrições. Doutra parte, impulsionaram os negócios a considerável tarefa de reconstrução da Europa devastada e reorganização da vida convulsionada do continente.

Como bem mostrou Caio Prado Jr. na citação anterior e ao lado dessa interpretação vemos na obra de Gilpin (1975) que a centralidade da economia americana no pós-guerra foi crucial para a reconstrução da economia europeia e,

além disso, o investimento direto estrangeiro norte-americano organizou o capitalismo mundial, assim como facilitou a influência norte-americana pelo globo.

Dito isso, para dar destaque à centralidade dos EUA e seu papel na “nova rede internacional de relações econômicas e políticas” (Magdoff, 1978, p.40), trataremos de um ponto importante da economia mundial, já que essa centralidade pode ser evidente dentre várias formas, mas há de se destacar que a economia dos EUA afirmou-se claramente como exportador de capital, como pode ser visto na seguinte tabela:

Tabela 1 – Investimentos no estrangeiro dos principais países exportadores de Capital (porcentagem)

	1914	1930	1960
EUA	6,3	35,3	59,1
Reino Unido	50,3	43,8	24,5
França	22,2	8,4	4,7
Alemanha	17,3	2,6	1,1
Países Baixos	3,1	5,5	4,2
Suécia	0,3	1,3	0,9
Canadá	0,5	3,1	5,5
Total	100	100	100

Fonte: Magdoff (1972).

A principal contribuição da obra de Magdoff (1978) para essa pesquisa e o elemento que o aproxima da obra caipradiana se relaciona ao fato de o autor historicizar a forma de dominação imperialista no pós-guerra. Esse “novo” imperialismo resultou, sobretudo, pela “concentração do poder econômico em corporações e instituições financeiras gigantes, com a consequente internacionalização do capital” (Magdoff, 1978, p. 33). A necessidade do domínio e controle que projetaram a concorrência imperialista nas economias periféricas torna efetiva a segurança dessas corporações na luta pela sobrevivência, dentre as quais se destaca a exportação de capitais. O “investimento externo é um método especialmente eficaz para o desenvolvimento e proteção dos mercados externos” (Magdoff, 1978, p. 36). A conquista e expansão do espaço de valorização pelas gigantescas corporações exige um programa de investimento direto que “torna-se cada vez mais frequente na era da corporação gigantesca” (MAGDOFF, 1978, p.

37). Com base na obra de Magdoff (1978), Campos (2015, p. 16) sintetizou da seguinte forma:

O fiador dessa ordem imperial em expansão foram os EUA, mostrando-se como principal articulador econômico, político e militar diante da possível ampliação do socialismo no mundo ocidental. (...) A particularidade da hegemonia norte-americana se inscreveu na forma que organizou e estabeleceu o poder naquilo que o autor denominou de “rede imperialista”. O padrão de domínio norte-americano se consubstanciou por antigas e novas estratégias, dentre as quais se destacou a força militar que percorreu o mundo, permitindo principalmente auxílio a governos contrarrevolucionários; o poder de impor compensações monetárias por meio do dólar; o controle dos órgãos multilaterais que ditavam as normas do espaço de acumulação; bem como, a difusão de valores políticos e culturais tipicamente capitalistas; mas, sobretudo, o papel de disseminar assimetricamente o padrão de consumo, internacionalizando mercados por meio de suas empresas multinacionais.

Nessas condições descritas temos uma economia mundial completamente diversa da encontrada no século XIX. Como mostrou Panitch e Gindin (2006, p. 30):

O dinamismo do capitalismo estadunidense e seu atrativo mundial combinado com a linguagem universalista de sua ideologia democrático-liberal falam-nos de uma capacidade para gerenciar um império informal que vai muito mais além da que possuía a Grã-Bretanha no século XIX. Ainda mais, graças à expansão da corporação multinacional, com investimento estrangeiro direto na produção e serviços, o império informal ia demonstrar uma capacidade de penetração muito maior que outras formações sociais precedentes.

Pois bem, com base nessa argumentação mais geral desses autores podemos “completar” a visão da obra caiopradiana. Para Caio Prado Jr. os impactos dessas inversões na economia brasileira se concentram naqueles setores considerados estratégicos para o desenvolvimento econômico e assim, começamos por definir as características dessas inversões que se dirigiam para a economia brasileira na quadra histórica dessa pesquisa e seus determinantes internos serão mais bem explorados na segunda parte desse estudo. A síntese desse período é que:

(...). A expansão da grande empresa americana via IDE e seu confronto no espaço europeu com as empresas congêneres constituíram a um só tempo a cooperação da “rede imperialista” em que o Estado norte-americano manteve sua força de aglutinação em nome da causa capitalista, mas também se converteu em seu oposto, visto que a rivalidade que emanou pelo confronto entre as empresas multinacionais nesta quadra recolocou o estágio imperialista em intensas disputas concorrências. (CAMPOS, 2015, p. 17)

O principal resultado da expansão das empresas multinacionais norte-americanas por meio do IDE para as economias europeias produziu, por um lado, o fortalecimento dos interesses entre uma espécie de “cooperação transnacional”, e por outro lado, recolocou a concorrência imperialista em outro patamar (CAMPOS, 2015, p. 19)²⁵. Em outras palavras do mesmo autor só que em outra obra:

Uma vez recuperadas as forças produtivas europeias, as estratégias de suas empresas seguiram o caminho norte-americano, exportando plataformas de produção para a periferia e, no final para os próprios EUA. Esse movimento trouxe o fortalecimento das empresas multinacionais europeias, que agora impunham ao rival uma superioridade tecnológica e administrativa (...). Esse processo também ampliou a reprodução do capital para além do centro capitalista, onde parte da periferia foi atingida pela expansão da internacionalização produtiva. (CAMPOS, 2009, p. 13)

O processo de trustificação da econômica, o domínio e controle de capital que se verifica no imediato pós-guerra, altera completamente o caráter das inversões internacionais. As inversões imperialistas que se verificará seguiram umbilicalmente interligadas aos interesses dos conglomerados internacionais, e se ligaram a atividades de especialidade da empresa e sem correspondência exata com as necessidades do país receptor (PRADO JR., 1957, p. 201).

Nessas circunstâncias de completa transformação na essência das inversões, o investimento direto estrangeiro é uma modalidade central da penetração dos trustes internacionais nas economias periféricas. Tendo isso como destaque, Caio Prado Jr (1957, p. 203) argumenta que:

Nessas condições, as inversões estrangeiras do tipo que analisamos constituem muito menos um fator de progresso real – o progresso aparente que proporcionam não vai geralmente além da superfície e exterioridade – que de perturbações destruidora, a prazo mais ou menos breve, dos eventuais e momentâneos benefícios produzidos.

Em suma, como dito anteriormente, o núcleo da argumentação da obra caiopradiana é que a inversão estrangeira na economia brasileira é “um expediente oportunista dos grandes trustes internacionais para tirar proveito de conjunturas mercantis circunstanciais” (SAMPAIO, Jr., 1999a, p. 119). Caio Prado Jr resume os impactos do capital financeiro nas economias periféricas:

²⁵ A propósito desse movimento, ver em Campos (2009, p. 12): “Esse movimento trouxe o fortalecimento das empresas multinacionais europeias, que agora impunham ao rival uma superioridade tecnológica e administrativa. Tal recuperação esteve relacionada às próprias condições intrínseca da concorrência oligopolística, mas concatenada ao processo de reorganização produtiva patrocinada por um planejamento similar ao norte-americano.”

(...) É que tais empreendimentos, constituindo parcelas por si insignificantes de um todo que se centraliza muito longe de cada país em que se realizam, têm interesses de natureza essencialmente internacional, e resultam unicamente de uma política de vendas orientada por diretrizes comerciais imediatistas. Assim sendo, os empreendimentos dos trustes internacionais não se relacionam, ou só por coincidência se relacionam com as necessidades reais e próprias dos países subdesenvolvidos em que atuam. E através da ação deles, que é poderosa graças aos avultados recursos de que dispõem, bem como do largo prestígio que em geral desfrutam alguns setores da economia dos países subdesenvolvidos – aqueles que interessam a política de vendas dos trustes- tendem a se hipertrofiar em prejuízo e à custa de outros de muito maior significação para aqueles países. (PRADO JR., 1957, p. 208)

Uma vez tratada as principais características do capitalismo mundial no imediato pós-guerra pela obra caiopradiana, fica claro que a preocupação central do autor, principalmente na sua obra de 1957, é definir a importância do traço mercantil na formação econômica do Brasil e mais, como que para o autor o traço mercantil se sobrepõe ao capital industrial no nexo imperialista entre os grandes trustes internacionais e o mercado interno brasileiro. Fica claro então, portanto, que para o autor o nosso passado colonial é um elemento estratégico nesse momento histórico, na verdade, o elemento colonial é em certa medida, o que permite o truste internacional se fixar na periferia capitalista. O autor resume sua concepção da seguinte forma:

O Brasil, como os demais povos de sua categoria, não conta senão como massa inerte de manobra, não é senão parcela insignificante num todo imenso em que se dilui e desaparece. A sua vida econômica não é função de fatores internos, de interesses e necessidade da população que nele habita; mas de contingências da luta de monopólios e grupos financeiros internacionais concorrentes. O que conta nele são braços que podem ser mobilizados para o trabalho, as possibilidades naturais que seu solo encerra, o consumidor potencial que nele existe e que, eventualmente, uma campanha publicitária bem dirigida pode captar. (PRADO JR., 2008, p. 279).

1.6. Conclusão

A interconexão da obra caiopradiana com os autores marxistas se concentra na análise das leis gerais de acumulação capitalista com o intuito de explicitar suas principais contradições, ou seja, para esses autores o próprio desenvolvimento do sistema capitalista engendrou sua forma superior imperialista. Essa transformação, para Caio Prado Jr., é central para compreender a forma particular em que as economias subdesenvolvidas do século XX se inserem no desenvolvimento

capitalista. Nossa formação, ocorrência de um consumo internacional dos eventuais gêneros produzidos por nossa economia, será a condição precípua para transição da economia brasileira para o domínio do imperialismo. Isto é, os componentes de nossa formação, de nossa nacionalidade, tanto os econômicos e sociais, derivam de condições determinadas pelo mercado externo (Prado Jr., 2002, p. 139).

Dito isso, na fase do imperialismo, na qual, o desenvolvimento capitalista eram ainda maiores, implicando como bem mostrou Caio Prado Jr. em uma maior necessidade de expansão do capital financeiro para as economias periféricas e, portanto, era necessário que existissem formas de domínios sobre esses territórios já que era um recurso importante na concorrência econômica.

Assim, na fase do capital financeiro a exportação de capital ocupa considerável relevo, como bem previu Marx (2017). Como visto, a exportação de capital resguarda uma nova forma de captação da mais-valia gerada nos internos das economias periféricas. A conclusão de Caio Prado Jr. é que a relação do compromisso dos trustes internacionais com o processo de industrialização por substituição de importações por um lado, estava ligado ao fato dos mesmos tirarem proveito de negócios aqui definidos por uma expansão do mercado interno brasileiro decorrente de um longo processo de diferenciação de nossa economia, e por outro, por uma mudança na forma de conquista das economias periféricas, já que antes os trustes procuravam vender suas mercadorias para essas, já nesta fase a estratégia era ampliar suas formas de negócio das atividades econômicas do Brasil.

De uma forma geral, pode-se perceber que a posição de Caio Prado Jr sobre as inversões imperialistas, nos anos 1950, em primeiro lugar, se inspira na análise marxista clássica do imperialista, isto se pode ver com mais ênfase nas obras *História Econômica do Brasil* de 1945 e *Esboços dos Fundamentos da Teoria Econômica* de 1957, nas quais o autor ressalva a importância das mudanças históricas no capitalismo mundial que teriam mudado radicalmente a estrutura da exportação de capital e do controle centralizado do capital financeiro sobre os recursos e tecnologias, além de mostrar sua visão crítica do caráter contraditório da internacionalização dos mercados internos dos países periféricos.

Em segundo lugar, é que Caio Prado Jr não faz uma aplicação imediata desses conceitos do imperialismo na realidade brasileira, isto é, Caio Prado Jr se destaca por desenvolver uma análise particular dos efeitos dos investimentos imperialistas na realidade econômica. Portanto, a obra caiopradiana ao apontar o processo de deformação provocada pela industrialização liderada pelos trustes internacionais, sustentou sua concepção inscrita na sua concepção do longo processo de formação da nação, isto é, o autor traduz o debate clássico do imperialismo dentro de sua reflexão sobre a formação histórica do Brasil.

Por fim, nossa intenção foi cortejar visões de autores que procuraram historicizar a dinâmica imperialista do pós-guerra a fim de estabelecer uma conexão com a obra de Caio Prado Jr. Neste sentido procuramos compreender a historicidade do padrão de acumulação que se define neste momento, isto é, a exportação de capital na forma das transnacionais voltado a internacionalização dos mercados periféricos. Desta forma, o passo seguinte será examinar, com mais cuidado, os argumentos apresentados por Caio Prado Jr. sobre o processo de internacionalização, ou seja, nosso objetivo do próximo capítulo é resgatar a mediação caiopradiana entre a estratégia de acumulação e a forma de concorrência capitalista dos trustes imperialistas.

Capítulo 2: Imperialismo e indústria pesada para Caio Prado Jr.

2.1. Introdução

Partindo da compreensão de nossa formação histórica, nosso objetivo aqui é mostrar a partir de Caio Prado Jr. o processo de internacionalização da economia brasileira, sobretudo, a partir da entrada maciça dos empreendimentos imperialistas na segunda metade dos anos 1950 que aprofundou o capitalismo brasileiro dependente e subdesenvolvido. Para tanto, a análise se concentrará em entender a articulação dos condicionantes internos e externos na fase de implantação e desenvolvimento da industrialização pesada brasileira (1956-1973).

O resgate da centralidade da obra de Caio Prado Jr é importante para classificar o papel da economia brasileira frente aos interesses do capital internacional. Isso coloca, por sua vez, o fenômeno da internacionalização do mercado interno brasileiro no pós-guerra articulado com o padrão de acumulação e com as especificidades históricas da economia brasileira. Em síntese, veremos nos demais autores como complementam a visão de Caio Prado Jr de que a indústria pesada aprimorou a dominação imperialista da economia brasileira, reproduzindo as velhas relações mercantis que fazem referência a nossa origem colonial de dependência e subdesenvolvimento.

Desse modo, veremos como nossa característica histórica se ressignifica no processo de industrialização pesada e quais os motivos da vinda dos capitais internacionais para Brasil de Kubistchek (1956-61). Dito isso, analisaremos que o IDE que se dirigiu para a economia brasileira veio com o objetivo de criar mercados para as empresas transnacionais. Discorreremos que para o autor a penetração dos capitais estrangeiros – simbolizado pela Instrução 113 da Sumoc – ainda que tenham contribuído para o desenvolvimento da indústria pesada brasileira, acabariam por reforçar o caráter dependente da economia brasileira.

Com isso, as empresas estrangeiras aqui estabelecidas, cujos vínculos imperialistas se articulam pela reprodução ampliada do capital, frente às instabilidades históricas da economia brasileira, impuseram reformas para redimensionar seu domínio. Ao subordinar-se progressivamente ao domínio

imperialista, criaram-se através do Golpe de 1964, as condições ideais para a retomada do avanço do modelo de desenvolvimento que teria como sua consumação a consolidação do “milagroso” modelo. Por fim, veremos que para Caio Prado Jr., a realização da dominação dos trustes internacionais em meados dos anos 50 e sua consolidação pelo Golpe de 1964 marcou o aprofundamento da subordinação da economia brasileira aos interesses do capital internacional. A partir desse entendimento, veremos que de acordo com Caio Prado Jr, o novo modelo de desenvolvimento da economia brasileira, pela perda dos mecanismos internos, neste momento, portanto, instrumentalizado de acordo com os interesses dos trustes internacionais, coloca seus próprios limites históricos.

2.2. Internacionalização da economia brasileira via industrialização pesada.

Já apresentada à linha geral trilhada por Caio Prado Júnior em *Esboços dos Fundamentos da Teoria Econômica* de 1957, é necessário compreender a importância dessa obra para o estudo da particularidade da teoria econômica na realidade brasileira. Neste sentido, será feita uma exposição dos determinantes de como e quais foram os impactos da maturação e recrudescimento da disputa imperialista do pós-guerra na economia brasileira. Veremos então como Caio Prado Jr chega à conclusão que para o Brasil é necessário compreender seus fundamentos econômicos em função da histórica de dependência em relação ao mercado externo e quais atividades aqui desenvolvidas se submetem ao cálculo oportunista do capital internacional na rentabilidade desses negócios. (...) é um tal fornecimento para o exterior que promove o crescimento do país, determina os seus padrões de riqueza, e, pois, o consumo e mercado interno que por seu turno estimularão atividades produtivas voltadas para esse mesmo mercado interno (PRADO JR, 2002, p. 140)

A questão crucial vista até aqui é que a disputa da economia mundial, para Caio Prado Jr., é completamente assimétrica em decorrência do alto grau de concentração e centralização do capital nas economias centrais. Para o autor, essa é a chave explicativa para encontrar as respostas para os problemas contemporâneos da economia brasileira, já que a realidade encontrada pelos países periféricos é completamente diferente daquela encontrada pelos países

desenvolvidos e, portanto, surge a necessidade de se compreender que o fluxo de investimento direto estrangeiro é completamente distinto daquele que se realizou no século XIX²⁶.

O autor abordou os dilemas do pós-guerra e, de forma original, trouxe o debate do uso indevido de teorias econômicas formuladas para os países desenvolvidos e então utilizadas em países periféricos cujas necessidades são completamente diferentes em relação aos primeiros. Essa crítica é diretamente para os economistas ortodoxos, contudo, para o autor não escapam dessa abordagem os keynesianos e os marxistas esquemáticos²⁷. Essas teorias, segundo o autor, tinham dificuldades de compreender as particularidades das economias periféricas. Esses modelos descolados da realidade nacional não compreendiam as particularidades e a natureza de um país dependente, de origem colonial e, portanto, não captam e não conseguem formular suas reais necessidades. Essa reflexão pode ser encontrada sumarizada na seguinte passagem:

É certo que aqueles economistas mascaram muitas vezes essa situação do Brasil e dos demais países de seu tipo com a denominação, sem mais, de “subdesenvolvidos”; expressão ambígua, pois não se define exatamente em que consiste um tal subdesenvolvimento; e sobretudo não se vai às causas dele, que se encontram precisamente na posição periférica e situação de dependência e subordinação em que aqueles países considerados subdesenvolvido se encontram. (PRADO JR., 1955, p. 83)

²⁶ Esse tema já foi abordado no capítulo anterior, porém, há de se consolidar que para o autor o momento na qual se realiza a industrialização brasileira é essencialmente diferente daquele encontrado no século XIX pelos países de capitalismo tardio. “O que nesse assunto tem iludido e ainda ilude muitos economistas é a equiparação sumária e injustificada que fazem entre os países subdesenvolvidos da atualidade e as áreas e setores por onde se expandiu e onde se estruturou o capitalismo nascente em sua primeira fase de evolução. Refiro-me e particularmente à Europa, aos Estados Unidos e aos domínios britânicos no curso do século passado, onde a introdução em larga escala e ritmo acelerado da técnica industrial não somente proporcionou, mas ainda impôs um processo contínuo e ininterrupto de inversões, que criava ele próprio as condições para essa continuidade; e que foi por isso ganhando permanentemente em vulto e ritmo de crescimento. Trata-se aí, todavia de uma fase preliminar de estruturação do sistema capitalista em que a difusão e expansão se foi realizando homogeneamente, isto é, englobando sucessivamente novas áreas e setores que desde logo se organizavam de maneira análoga à dos centros originários de onde partira a expansão. As diferentes partes e o conjunto se amparavam assim e se estimulavam reciprocamente e o capitalismo com seu corolário tecnológico se introduziu assim e uniformemente se generalizou por todas aquelas partes.” (Prado Jr., 1957a, p. 198).

²⁷ Mais diretamente aos marxistas Caio Prado Jr coloca que: “Esse conjunto de fatores contribuiu para consolidar não apenas concepções falsas e em inteira discordância, muitas vezes, com os fatos reais, mais ainda impôs, como referimos, uma certa maneira de considerar os fatos econômico, social e políticos que dele dá conta inteiramente deformada. Isto é, não parte da consideração e análise daqueles fatos como realmente eles se apresentam, a fim de os interpretar e determinar a sua dialética, isto é, a sua dinâmica e projeção futura, com o que se elaborará a teoria revolucionária. Caminha-se em sentido precisamente contrário, a saber, admite-se a priori essa teoria, e procura-se ainda nela encaixar os fatos, por mais que eles deformem nessa arbitrária e singular manipulação. Essa deformação, contudo, é inteiramente desconsidera, e não provoca maior estranheza e espécie, porque tem a justifica-la os prestígios dos modelos que a teoria produz e refere, a saber, os textos clássicos do marxismo e os exemplos históricos dos países socialistas. (Prado Jr., 1966, p. 30-31)

A reflexão sobre o processo de expansão das inversões externas e sua ligação com o processo de industrialização pesada brasileira ocupa uma posição privilegiada no pensar de Caio Prado Jr. e de outros autores da década de 1950 a 1970 que também são críticos ao controle externo que o capital internacional impõe. Nesse sentido, o investimento direto estrangeiro realizado nos países subdesenvolvidos ocupou papel de destaque para aquela geração, contudo, a reflexão de Caio Prado Jr. sobre o desenvolvimento econômico entre os anos de 1955-1973 se coloca em um grupo crítico ao capital internacional. Para Caio Prado Jr., o capital internacional entra na economia brasileira para explorar oportunidades de negócio aqui constituídas pela expansão e diferenciação de nosso mercado interno. Nas palavras do autor:

(...) Os monopólios, como bons negociantes, à cata de quaisquer oportunidades de novos negócios que relativamente abundavam, e, de imediato, muito bons, nas áreas do Terceiro Mundo semivirgem ainda no progresso capitalista mais recente, em que quase tudo, no nível desse progresso, estava por fazer ou introduzir. E oferecendo por isso boas perspectivas em que se associavam, de um lado, à ânsia de uma relativamente escassa, mas, em conjunto, apreciável minoria de consumidores potenciais melhor aquinhoados e aspirantes sedentos dos padrões da sociedade do consumo norte-americana e europeia (é o que os economistas chamam de “efeito demonstração”). De outro lado a presença naquele Terceiro-Mundo de abundante disponibilidade de mão de obra de baixo custo e sem as impertinentes exigências – ou liberdade de exprimi-las – que tornavam tão incômodas e onerosas as relações de trabalho no mundo do capitalismo desenvolvido. Tais são os fatores que impulsionarão o afluxo de iniciativas, capitais (a “poupança externa”, como dizem os economistas) e a tecnologia dos grandes centros para os países de nossa categoria, imprimindo-lhes o momentâneo surto de que tivemos no Brasil (...). (PRADO JR., 2008, p. 347-348).

Nesta passagem fica claro que para o autor não se pode considerar as inversões desses grandes trustes internacionais como meramente “poupanças externas” destinadas a contribuir como o desenvolvimento das forças produtivas da economia brasileira. Essa interpretação da obra caiopradiana difere da apresentada pelo pensamento da CEPAL. O núcleo da preocupação da CEPAL com as inversões externas se concentrava na escassez de poupança para o investimento e, portanto, poderia ser compensada com o capital internacional. Prebisch (2000, p. 77), como grande pensador e formulador do pensamento cepalino resume: “além da poupança atual, seria possível que investimento estrangeiro bem encaminhado contribuísse para o aumento imediato da produtividade por trabalhador”.

Para Caio Prado Jr., as inversões estrangeiras na economia brasileira não poderiam ser enquadradas como simplesmente transferência de poupança entre as nações. Segundo o autor, a estratégia de internacionalização dos mercados internos pelos trustes imperialistas é explicada em partes por esses subsequentes estrangulamentos externos das economias periféricas, pelas tarifas alfandegárias e outros impedimentos das mercadorias a serem importadas. Na visão do autor, a entrada do capital internacional via trustes internacionais se liga muito mais ao fato de ser uma estratégia de ampliação de vendas desses empreendimentos. Isso se comprova, segundo autor, em razão de os trustes iniciarem sua penetração com agências comerciais vendedoras de seus produtos que pouco têm, ou não têm, relação com o desenvolvimento do país (PRADO JR., 1957).

O processo de transferência do capital internacional para a economia brasileira tinha como objetivo monopolizar seus mercados e os processos produtivos e, como consequência, segundo o autor, ampliava o desequilíbrio estrutural do balanço de pagamentos. Isso se deu uma vez que as mercadorias antes importadas passaram a ser produzidas no mercado interno brasileiro e a remuneração dessa produção é a realização do capital internacional investido no país.

Desta forma, a entrada progressiva do capital internacional implica em obrigações crescentes para remessas de lucros e juros ao exterior para a economia brasileira e em uma maior vulnerabilidade dos movimentos de retiradas abruptas das inversões, especialmente quando se leva em consideração a estreita conexão dos trustes internacionais com o sistema financeiro internacional. Para Caio Prado Jr, então, as inversões imperialistas são explicadas nos seguintes termos:

A inversão do capital não seguirá outra norma que a do interesse comercial imediato do truste, e se fará em atividades da especialidade da empresa e sem consideração a outras circunstâncias ligadas à estrutura e mesmo conjuntura do país em que se realiza, e ditadas pelas verdadeiras necessidades dele no momento. O truste, com seus largos recursos e poderio econômico, suprirá aquelas circunstâncias que num caso ordinário teriam de ser levadas em conta e orientaram as inversões, ajustando-as de maneira conveniente aos interesses do país. (PRADO JR., 1957a, p. 201)

Ao destacarmos a concepção caiopradiana sobre as diferenças essenciais entre as inversões do século XIX para a fase do capitalismo maduro, e tendo como suposto a “padronização dos modelos produtivos e de consumo por meio do IDE

norte-americano e a recuperação econômica das outras economias centrais” (Campos, 2009, p. 20), o que pretendemos a seguir, é olhar o fenômeno da internacionalização pela perspectiva interna e externa da economia brasileira, isto é, quais são os condicionantes e como eles se articulam mutuamente.

A sequência histórica²⁸ do movimento de expansão da economia norte-americana através de suas empresas transnacionais para a economia europeia e em seguida, a expansão das empresas europeias para as economias subdesenvolvidas é mostrado por Fajnzylber (1971a), que também analisa a industrialização pesada vinculada ao processo de internacionalização do mercado interno brasileiro.

Para o autor, o dinamismo da industrialização brasileira está atrelado diretamente ao papel ocupado pelas empresas transnacionais e, além disso, a tecnologia empregada por essas empresas é proveniente da transferência dos países desenvolvidos (FAJNZYLBER, 1971b, p. 270). É a partir desse processo, como bem observou Fajnzylber (1971a, p. 190), de desaceleração econômica norte-americana frente às economias europeias e japonesas, as quais inclusive foram recuperadas pelos próprios fluxos de investimento norte-americanos, que se expandiu a busca de mercados periféricos. Caio Prado Jr também observa esse fenômeno²⁹ e escreve:

A indústria europeia já se refez da destruição provocada pela última guerra, e em muitos casos já superou mesmo os índices pré-bélicos. Ao mesmo tempo a crescente normalização das relações internacionais e o progressivo afastamento do perigo de guerra reduzirão fortemente, como já está reduzindo os gastos com armamentos e equipamentos bélicos. Estão-se assim fechando

²⁸ Essa questão aparece de forma seminal em Hymer (1983), o autor coloca da seguinte forma: “Esta dialética desempenhou um papel importante na expansão de pós-guerra das empresas norte-americanas em países estrangeiros. Os gigantes norte-americanos que eram ou se tornaram multinacionais possuíam numerosas vantagens de organização, tecnologia, acesso ao capital e diferenciação de produtos. Através da exportação, podiam abastecer a alguns mercados estrangeiros. Beneficiando-se de certa proteção para seus segredos em virtude da grande distância entre a produção e o consumo. Mas logo a recuperação da Europa e do Japão lhes impôs um desafio, pois começaram a defrontar-se com muitas empresas estrangeiras que utilizam sua tecnologia e seus métodos, ou que lhes introduziam melhoramentos. Podiam ver frustrada sua própria expansão pela formação de novos capitais em outros países e descobriam que suas vantagens durariam pouco se não se lançassem ao investimento no estrangeiro para preservá-las” (Hymer, 1983, p. 101).

²⁹ Uma outra explicação que aprofunda a compreensão deste fenômeno pode ser encontrada em Brown (1978, p. 209); “Uma explicação seria que a expansão da economia alemã e japonesa era orientada para a exportação com o crescimento e consumo interno sendo deliberadamente contido. A destruição de instalações industriais durante a guerra nesses países e as restrições à sua despesa com armamentos, no princípio da década de 1950, deram às suas indústrias reconstruídas uma vantagem competitiva no mercado mundial, especialmente nos bens de capital, que lhes proporcionou um grande superávit de exportação.”

importantes escoadouros para a indústria pesadas europeias e norte-americanas num momento em que elas se expandem fortemente e necessita expandir-se a fim de absorver a mão-de-obra disponível e não gerar o problema do desemprego. Para onde se voltará ela, num futuro próximo, se não para os países do nosso tipo que se estão industrializando e que se farão por isso, em escala crescente, mercado para a produção europeia e norte-americana de equipamentos industriais? (PRADO JR., 1955, p. 91)

Caio Prado Jr. analisou a industrialização brasileira como resultado de uma associação do movimento internacional imperialista pela busca de mercados via trustes internacionais com uma estratégia de desenvolvimento adotada pelo Governo brasileiro. Na sua visão, o que estaria se redefinindo era a dependência e o controle do capital internacional sob o processo de industrialização. Nestes termos, a industrialização significaria a ausência do desenvolvimento independente e por sua vez, o impedimento da acumulação voltada ao serviço da sociedade nacional, dilema que se reproduz pela dependência da reprodução ampliada do capital (SAMPAIO JR., 1999a). Muito diferente é esse processo para Fajnzylber (1971b, p. 254), na visão do autor é possível que os problemas da industrialização substitutiva de importações fossem contornados, e que na verdade as empresas transnacionais poderiam ser essenciais para dinamizar a exportação de produtos industrializados³⁰.

Essa realidade para Caio Prado Jr. não se coloca como opção, dada a natureza do capital internacional, cujo modelo de desenvolvimento aqui adotado, principalmente a partir do Governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), implica que os trustes internacionais controlariam a industrialização brasileira ao dominarem os setores mais estratégicos, moldando o mercado interno às suas próprias estratégias de valorização.

Como vimos, o deslocamento das filiais dos trustes para as economias periféricas, por um lado, era central para a “defesa de suas posições estratégicas e à consolidação de mercados que já eram explorados comercialmente” (Campos,

³⁰ O elo que interconecta a obra de Caio Prado Jr. (1966) e Fernando Fajnzylber (1971a) é o fato que o desenvolvimento das forças produtivas da economia brasileira através das inversões estrangeiras realizadas pelos trustes internacionais, por um lado, é instrumento de controle das economias periféricas e por outro, é instável, isto é, os trustes ao penetrarem na economia brasileira e se destinarem a atender o mercado interno geram novas obrigações financeiras no balanço de pagamentos e diminui a capacidade da economia brasileira em realizar os capitais.

2009, p. 21)³¹, e por outro, “(...) se conduzem muito menos pelas condições próprias do lugar onde pretendem operar, que pela necessidade de ampliarem indefinidamente a venda de seus produtos específicos(...)” (PRADO JR., 1957a, p. 201).

A posição econômica que todas essas indústrias subsidiárias ocupam é singular. De um lado, não passam efetivamente, muitas vezes, de pouco mais que simples agências comerciais destinadas a preparar para o consumo de artigos mais ou menos elaborados no estrangeiro. Mas em certos casos adquirem relativa e mesmo completa autonomia, suprimindo com fabricação própria a maior parte de sua produção. E assim, mesmo quando filiais de indústrias estrangeiras, começam a funcionar, no terreno da produção, como entidades autônomas e ligadas apenas financeiramente com suas matrizes. Foi essa aliás a evolução verificada, porque o problema dos transportes, o obstáculo das tarifas alfandegárias, os riscos das oscilações cambiais, e sobretudo a mão de obra mais barata e a necessidade de se adaptarem melhor as condições específicas do mercado brasileiro, levam as empresas estrangeiras por esse caminho (PRADO JR., 2008, p. 267-268).

Neste sentido, ainda sobre o processo de internacionalização dos mercados periféricos, como se expressou pela industrialização pesada e como essas estruturas não se conectam às reais necessidades do país receptor, na mesma linha da obra caiopradiana, Hymer (1983) aponta que a empresa multinacional é uma forma particular de disputa capitalista. Para Hymer (1983), a ampliação das áreas de influência e controle dos mercados periféricos permite a realização de sobrelucros, por meio da venda de produtos, que esses próprios trustes irão induzir. No conjunto, para o autor, as multinacionais representam para os países periféricos a perda de autonomia nacional (HYMER, 1983, p. 111). Como bem resumiu Campos (2015, p. 21):

(...) Uma vez que tanto a gestão macroeconômica, especialmente no que tange câmbio, política fiscal e política monetária, quanto à legislação específica para investimentos internacionais, ficavam reféns da lógica de valorização. A ação era traçada do vértice das estruturas industriais multinacionais que tomavam decisões sempre em termos relativos, mediante amplo leque de países potenciais a remunerar suas apostas. Desse modo, o IDE tornou-se um alvo preciso, isto é, uma arma do amplo arsenal imperialista que garantiu a posição oligopolista nos mercados internos integrados.

Ao lado de Hymer (1983), outra contribuição relevante é a de Michalet C. (1983). Para Michalet é importante entender que a valorização do capital passou a

³¹ Ainda na obra de Campos (2009, p. 22): “As filiais estrangeiras migraram, dessa forma, para regiões com levados potenciais de formação de valor, difundido as relações produtivas do capitalismo originário, sem abrir mão, entretanto, de decisões estratégicas responsáveis pela realização desse mesmo valor.

ocorrer de forma descentralizada, esta mudança veio em resposta à superacumulação de capital e foi resultado de um processo lento de formação e desenvolvimento dos grandes trustes internacionais e de suas decisões estratégicas (MICHALET, 1983, p. 126).

Ainda de acordo com Michalet (1983) é importante situar que no pós-guerra se consolida o momento quando se passa à “economia mundial”; na visão do autor, esse momento é marcado pela dilatação do espaço de valorização, ou seja, diante da superacumulação de capital a estratégia comercial dos trustes internacionais ganhou expressão (MICHALET, 1983, p. 175). Como bem resumiu Paul Baran (1986), autor fundamental para explicar o imperialismo no pós-guerra, pode-se entender que o principal efeito da “(...) empresa estrangeira sobre o desenvolvimento dos países subdesenvolvidos é o de fortalecer o predomínio do capitalismo comercial; o de retardar e, muitas vezes, de impedir sua transformação em capitalismo industrial” (BARAN, 1986, p. 177).

Ainda segundo Baran (1986, p. 198), a constituição do capitalismo monopolista e principalmente no pós-guerra trouxe um novo fator para a disputa intercapitalista: torna-se interessante para a grande empresa monopolista voltar seus interesses para o mercado externo. Isso decorre, na visão do autor, pelo grande volume de capital acumulado nos países centrais que estão disponíveis para novas inversões, com o intuito de consolidar as posições monopolistas nos mercados subdesenvolvidos. Portanto, o desenvolvimento capitalista que assim surge nos países subdesenvolvidos é, segundo o próprio autor, totalmente deformado, em decorrência do próprio passado colonial desses países e da utilização do excedente econômico destes países pelos trustes internacionais, que não são utilizados para a reprodução do capital nos países periféricos.

Para Baran (1986, p. 67), o desenvolvimento econômico de um país depende da geração de um excedente econômico e, sobretudo, o destino e a forma que o país se apropria ele. Na visão do autor, a empresa estrangeira ao exercer controle e pressão sobre o Balanço de Pagamentos das economias periféricas, isto é, os resultados do capital internacional na economia periférica e sua necessidade de realização via remessa de lucros impõe uma tendência de exportação do

excedente para os países avançados. Em síntese, o que se pode entender do autor é que o problema dos mecanismos de dominação dos países avançados não se revela apenas no âmbito da geração do excedente, mas principalmente em relação à sua utilização e quem o controla.

A busca por novas oportunidades de negócios resultou no deslocamento da produção na forma de filiais desses trustes, isto é, a grande empresa monopolista é o novo agente do imperialismo (BARAN, 1986, P. 30; BROWN, 1978, p. 190). Este modelo de dominação e conquista do mercado interno representou por um lado a transferência do lugar de criação de valor, e por outro, também a sua realização (Michalet, 1983). A conexão entre a grande empresa moderna e o imperialismo também pode ser vista pela “necessidade de controlar as fontes de matérias-primas e mercados a fim de proteger sua posição dominante e assegurar seus investimentos” (MAGDOFF, 1978, p. 21). Conforme ressaltou Caio Prado Jr., essas inversões “se reduzem ao estabelecimento no Brasil de filiais e empresas subsidiárias de grandes empreendimentos internacionais com sedes nos centros do capitalismo contemporâneo” (PRADO JR., 1957b, p. 17). Já nas palavras de Michalet (1983, p. 101), esse momento pode ser caracterizado da seguinte maneira:

Tal movimento coincide com a transferência do lugar da formação do valor, do centro capitalista desenvolvido para as regiões menos desenvolvidas. Diferentemente da economia internacionalizada, em que predominava a transferência de mais-valia, a economia mundial se caracteriza pela criação descentralizada do valor (...).

As características fundamentais que compõe o nexo entre capital internacional e a forma específica de dominação imperialista, para Caio Prado Jr. e para os autores que procuraram historicizar o imperialismo no pós-guerra, se constituem basicamente em três eixos principais: 1-) Pela baixa organicidade do capital internacional com o espaço econômico nacional da periferia, tanto pela sua forma de penetração, quanto sua forma de acumulação e realização. Isto é, os trustes imperialistas quando se deslocam para a economia brasileira, mantêm estreita ligação com o centro financeiro de sua origem e impõe suas necessidades de valorização para a economia periférica. 2-) A baixa ou nenhuma compatibilidade dos interesses do capital internacional em relação aos reais objetivos nacionais. 3-) A dependência externa, em relação ao fluxo contínuo de capital internacional, devido

a permanente necessidade de remuneração desses capitais em moeda de curso internacional (dólares) para que os lucros possam destinar-se para o local de origem.

Antes de mostrarmos os condicionantes internos e as implicações de uma industrialização pesada controlada pelos interesses do capital internacional, é necessário darmos um passo atrás e delimitarmos os determinantes gerais da escolha dessa região³². Com base na Tabela 2 é possível observar que a América Latina concentrou 75% do destino dos investimentos direto estrangeiro. A escolha dessa região como destino do capital internacional se explica pelas organizações monopolistas terem na América Latina uma área de importante defesa de suas posições estratégicas competitivas, como acesso a matérias primas importantes na concorrência intercapitalista (Magdoff, 1978) e a consolidação dessa região como mercados explorados comercialmente (FAJNZYLBBER, 1971).

Já do ponto de vista particular do Brasil, por ser um país de mercado interno relevante e por apresentar uma concentração de renda³³ expressiva, possibilitou as condições ideais para as expectativas de valorização dos trustes internacionais e por esse motivo, percebe-se na Tabela 3 a expressiva entrada de investimento direto estrangeiro entre 1946 a 1960. (CAMPOS, 2009, 2015).

Tabela 2 – Estoque Mundial de Investimento Direto Estrangeiro (1967- US\$ Milhões)

Destino	Origem			
	Total	EUA	Europa	Japão e outros
América Latina	18.449,3	11.776,6	6.268,0	404,7
África	6.591,1	1.371,2	5.206,1	13,6
Ásia	4.991,5	1.776,5	3.018,6	196,4
Oriente Médio	3.102,7	1.779,0	1.238,7	85,0
Países subdesenvolvidos	33.134,5	16.703,9	15.731,5	699,7
Países desenvolvidos	72.129,5	39.860,7	23.768,5	8.500,3
Total	105.264,0	56.564,6	39.500,0	9.200,0

Fonte: Sourrouille (1984).

³² “(...) O capital que se investe aqui em empresas subsidiárias, continuando organicamente ligado ao centro financeiro de que provem” (Prado Jr., 1957b, p. 15).

³³ Ver em Furtado (1969, 1982).

Por fim, como bem analisado por Caio Prado Jr, o desenvolvimento da economia brasileira via fluxo dos capitais internacionais se associava muito mais ao fato dos trustes internacionais controlarem o ritmo e intensidade da industrialização brasileira do que a economia brasileira instrumentalizar os trustes internacionais para promover uma relativa autonomia nacional.

Portanto, o investimento direto estrangeiro no pós-guerra, se comportou como um componente estratégico nessa etapa de acumulação capitalista transnacional. Ao fluírem para as economias subdesenvolvidas, eles não funcionavam como aliados ao processo de desenvolvimento do capitalismo periférico, mas sim, como conquistadores de novas áreas e exploração, garantindo local para escoamento dos reinvestimentos e de controle do mercado interno (PRADO JR., 2008, p. 356). Neste caminho, no próximo item de nossa pesquisa, procuraremos compreender quais foram os determinantes “internos” para a implantação e desenvolvimento dos trustes internacionais na economia brasileira na quadra histórica demarcada por essa pesquisa.

Tabela 3 – Investimento Direto Estrangeiro na América Latina (US\$ milhões preços correntes)

Países	1946-50	1951-55	1956-60	Total Geral
Argentina	-113,8	15,8	828,8	730,8
Bolívia	0,2	3,6	66,2	70,0
Brasil	219,6	350,0	743,0	1.312,6
Colômbia	98,9	12,2	18,7	129,8
Costa Rica	20,9	7,4	15,9	44,2
Chile	41,5	93,9	208,3	343,7
Equador	27,2	19,2	29,6	76,0
El Salvador	0,2	-0,1	0,6	0,7
Guatemala	12,0	-2,0	71,8	81,8
Haiti	4,7	21,1	2,1	27,9
Honduras	24,9	41,4	-12,0	54,3
México	176,9	439,4	423,5	1.039,8
Nicarágua	5,5	9,0	10,3	24,8
Panamá	29,2	27,4	78,9	135,5
Paraguai	9,2	2,2	10,4	21,8
Peru	23,0	170,2	179,2	372,4
República Dominicana	4,4	9,1	20,3	33,8
Uruguai	68,0	40,0	20,0	128,0
Venezuela	1.026,4	366,7	1.550,8	2.943,9
Cuba	9,4	89,0	263,0	361,4
Total	1.688,3	1.715,5	4.529,4	7.933,2

Fonte: Nações Unidas (1964, apud Campos, 2015, p. 25)

2.3. Imperialismo, Capital Internacional e Implementação da Indústria Pesada no Governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961)

Frente ao acirramento da competição internacional entre a economia norte-americana e os países reconstruídos da guerra, colocou-se como imperativo a necessidade de extroversão dos grandes trustes internacionais para as economias periféricas, em especial para a América Latina³⁴ (CAMPOS, 2009, 2015, 2016). Ao mesmo tempo, a industrialização que se constituiu no Brasil – atrelada principalmente ao impulso das exportações de gêneros primários ao longo da Segunda Guerra Mundial – não conseguiu ser suficientemente capaz de cobrir o aumento das importações necessárias para o avanço da industrialização (FURTADO, 1982).

É de suma importância pontuar que, para Caio Prado Jr, o Brasil desenvolveu e consolidou uma indústria relativamente complexa³⁵ durante as décadas de 1930 e 1950, porém, “seus fundamentos são precários” (PRADO JR., 2002, p. 116). Na interpretação deste autor, apesar dessas condições instáveis, a industrialização até o fim da Segunda-Guerra Mundial avançava de maneira espontânea reforçando a crise de nosso sistema colonial.

No caso da instabilidade do processo de industrialização, Caio Prado apontou que se ligava por um lado, pela incapacidade de a economia brasileira dar continuidade na importação de maquinarias e de insumos indústrias, e por outro lado, ao aumento da demanda de produtos de consumo duráveis (automóveis, telefone, geladeira e etc)³⁶. Nas palavras de Caio Prado Jr:

³⁴ A atratividade da economia brasileira frente as outras economias periféricas se dão por “uma concentração de renda e demográfica em grandes cidades, certas estruturas urbana, financeira e comercial relativamente consolidada, bem como a constituição de um mercado de trabalho urbano. Com estratos de média e alta renda, o país respondia por maior parte das exigências do capitalismo monopolista na periferia.” (Campos, 2016, p. 17)

³⁵ “Devemos ter em mente esse quadro de fundo no estudo da industrialização brasileira. (...) O impulso principal originou-se nas próprias forças econômicas, como decorrência das tensões criadas pela crise do comércio exterior.” (Furtado, 1982, p. 23)

³⁶ Como bem mostrou Celso Furtado (1982, p. 27): “Daí que a economia se haja fragmentado em mercados com reduzida comunicação: de um lado está a massa da população, cujo poder de compra médio permanece praticamente estagnado; de outro está a minoria privilegiada com latos padrões de consumo em rápida diversificação. Esse tipo de estrutura é comum a outros países subdesenvolvidos em fase de industrialização relativamente avançada, mas provavelmente em nenhuma parte apresenta características tão acentuadas como no Brasil”.

O processo de industrialização se veio realizando, sobretudo, como vimos, como simples substitutivo de importações tornadas impossíveis em consequência do desequilíbrio das contas externas do país. Ora, essas importações, particularmente no que se refere às manufaturas, se destinavam, sobretudo a atender, direta ou indiretamente, as necessidades do mercado consumidor relativamente restrito de uma minoria que nas condições do Brasil se pode considerar econômica e socialmente privilegiada, e do qual se achava praticamente excluída, por força de seus ínfimos padrões, a grande maioria e massa da população (PRADO JR., 2002, p. 120).

É neste cenário que o tema da necessidade e da utilidade do capital internacional no Brasil tornou-se importante e, por esse motivo, escolhemos o início da quadra histórica desta pesquisa no ano de 1955, tendo como marco a Instrução 113 da Superintendência da Moeda e do Crédito (posteriormente SUMOC) editada no dia 17 de janeiro de 1955³⁷.

A instrução 113 da Sumoc foi um instrumento utilizado para “estimular e fomentar o afluxo de capitais alienígenas considerados necessários no processo atualmente em curso de industrialização e progresso tecnológico do Brasil” (PRADO JR., 1957b, p. 15). Não se pode deixar de pontuar que, segundo Caio Prado Jr, não seria suficiente apenas criar condições administrativas, regulatórias ou legislativas se o cenário da economia mundial no pós-1955 não melhorasse. O que ocorre é a conjugação desses fatores, ou seja, se consolida a maturação da competição internacional e ao mesmo tempo, a economia brasileira cria condições para acomodar esses investimentos³⁸.

³⁷ É importante destacar a como a Instrução 113 da Sumoc foi um determinante inquestionável para a entrada dos empreendimentos imperialistas frente as dificuldades no Balanço de Pagamento da economia brasileira. Neste sentido, Campos (2017, p.118) coloca da seguinte forma: “A facilidade das empresas estrangeiras para investir sem cobertura cambial, desde que estivessem associadas ao capital nacional, busca resolver o problema no desnível das diferentes paridades cambiais, uma vez que seriam prejudicadas, caso tivessem que internalizar primeiro os capitais líquidos pelo câmbio oficial, para depois importar pela terceira categoria. As empresas nacionais, sem participação com o IDE, teriam que dispor de cambiais par importar pela terceira categoria.

³⁸ Segundo dados apresentados por Caputo e Melo (2009, apud Campos, 2017, p. 103): “Para o IDE via instrução 113 em particular, Caputo e Melo (2009) mostrou que ele foi originado entre 1955 e 1963 pela Europa Ocidental em 45,7% (Alemanha 18,7%), seguido pelos Estados Unidos em 43,5% e outros 10,8%. Para um total de 497700000 dólares de IDE 38,1% foi destinado à indústria automobilística, reboques e carrocerias; 23% foram para o setor químico, máquinas e equipamentos; 6,2% para plásticos e borracha; 5,1% em máquinas, aparelhos e materiais elétricos; e o restante foram 27.6%. As principais filiais estrangeiras que usufruíram da Instrução 113 foram Willys-Overland

do Brasil S. A. Indústria e Comércio (27 970 000 dólares, 14.8% do total); General Motors do Brasil S. A. (25 020 000 dólares, 13.2% do total); Ford Motor do Brasil S. A. (22 420 000 dólares, 11.8% do total); Volkswagen do Brasil Indústria e Comércio de Automóveis S. A. (14 320 000 dólares, 7.6% do total); Robert Bosch do Brasil Indústria e Comércio de Acessórios para Motores e Chassis Ltda. (12 990 000 dólares, 6.9% do total); Mercedes Benz do Brasil S. A. (12 780 000 dólares, 6.7% do total), e a Indústria Nacional de Locomotivas INL Ltda. (11 500 000 dólares, 6.1% do total). De modo geral, podemos observar elevados

Dessa conjugação (que pode ser visto no Gráfico 1) de fatores internos e externos criou-se uma conjuntura mercantil favorável, mesmo que cíclica³⁹ na economia brasileira. Como bem demonstrou Caio Prado Jr. (2008, p. 314):

Coincide aliás essa acentuação ao favoritismo dispensado aos empreendimentos estrangeiros pela política econômica do governo brasileiro (coincidência que, por certo, nada tem de fortuito ...) com o revigoramento da ação imperialista por força, de um lado, das circunstâncias gerais derivadas da intensificação do processo de trustificação da economia capitalista contemporânea (o que a impele para novas conquistas em países como o Brasil), e doutro lado, pela final recuperação econômica dos imperialistas europeus, até então ainda sofrendo as consequências devastadoras da guerra. O efeito no Brasil dessa conjugação de fatores, internos e externos, será de estimular fortemente as inversões estrangeiras não somente em empreendimentos nacionais já existentes. Será aliás essa associação o caminho adotado por muitos industriais brasileiros, e entre, os maiores e principais, para eludirem a posição desfavorável em que os colocara a Instrução N°113 (...)

Para Caio Prado Jr., a Instrução 113 da Sumoc⁴⁰ não significou apenas um instrumento jurídico de incentivo às inversões, mas representou um claro favorecimento do capital internacional em detrimento do nacional. Isto é, para o

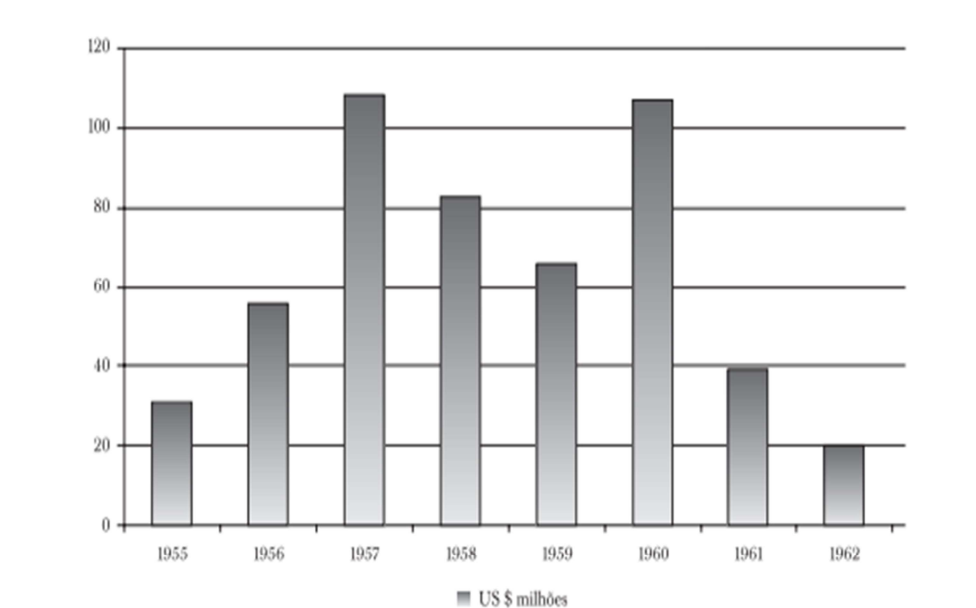
valores entre 1957 e 1960 nos fluxos de investimentos externos licenciados exclusivamente pela Instrução 113, registrando mais de 100 000 000 de dólares em alguns anos da série

³⁹ Caio Prado Jr. traduz os movimentos de expansão e retração da vida material na expressão "ciclo". O autor define da seguinte forma: "Uma conjuntura internacional favorável a um produto qualquer que o país é capaz de fornecer, impulsiona o funcionamento dele, e dá a impressão ilusória de riqueza e prosperidade. Mas basta que aquela conjuntura se desloque, ou se esgotem os recursos naturais para o fim específico a que se destina a organização assim montada, para que a produção decline e tenda a se aniquilar, tornando impossível a manutenção da vida e das atividades que alimentava. Em cada um dos casos em que se organizou um ramo da produção brasileira (açúcar, ouro e diamante, algodão, café borracha, cacau e tantos outros de menor expressão), não se teve em vista outra coisa que a oportunidade especulativa momentânea que se apresentava. Por isso, imediatamente, se mobilizavam os elementos necessários: povoa-se, ou se repovoa uma certa área do território mais conveniente, com dirigentes e trabalhadores da empresa que assim se instala -verdadeira turma de trabalho -, e dessa forma se organiza a produção. Não se irá muito além disso, nem as condições em que se dispôs tal organização o permitem. E continuar-se até o esgotamento final ou dos recursos naturais disponíveis, ou da conjuntura econômica favorável. Depois é a estagnação e o declínio das atividades. E o que sobra da população que não puder emigrar em busca de outras aventuras semelhantes passa a vegetar sem ter em que se aplicar a obter meios reguladores e adequados de subsistência." (Prado Jr., 1966, p.247). De nossa parte, procuramos utilizar essa categoria de análise no momento de constituição da indústria pesada brasileira com finalidade de amarrar a dinâmica externa do padrão de acumulação capitalista do pós-guerra à dinâmica de conquista do mercado interno brasileiro pelo capital internacional.

⁴⁰ Caio Prado Jr. identificou que a Instrução N° 113 da Sumoc teria significado uma ruptura com o modo de desenvolvimento do segundo Vargas: "Tudo indicava que o processo da industrialização continuaria desenvolvimento sob liderança nacional. Isso era tanto mais de esperar que são sempre os primeiros passos os mais difíceis, e se os empreendimentos nacionais tinham conseguido dar esses primeiros passos, não seria depois de atingida a maturidade que iriam necessitar de tutores. A completa inversão da situação, ultimamente verifica, o domínio absoluto que o imperialismo adquiriu no campo das atividades industriais, se deve, sobretudo aos consideráveis favores com que os empreendimentos estrangeiros foram beneficiados pela administração brasileira. E assim se procedeu sob o pretexto de que o Brasil necessitava da técnica (o 'Know how', com que se diz hoje) e do capital alienígenas" (Prado Jr., 1962, p. 8-9).

autor resultaria em uma nova forma de exploração imperialista mais complexa e menos evidente (PRADO JR., 1959, p. 5). Os empreendimentos estrangeiros ao associarem-se aos capitais nacionais lhes facilitou a tarefa de penetrarem na economia brasileira (PRADO JR., 2008, p. 315). Além disso, os trustes internacionais passaram a assumir um papel importante na dinâmica da economia brasileira.

Gráfico 1 – Investimento Direto Estrangeiro no Brasil Licenciados na Forma da Instrução 113



Fonte: Graeff (1981, p. 136 apud Campos, 2017, p.104)

O significado do favorecimento da entrada dos trustes internacionais na economia brasileira produziu um impulso industrial considerável, chamado de “50 anos em 5” que por outro lado fez-se condições atrativas para as indústrias nacionais se associarem ao capital internacional. Campos (2017, p. 119) explica:

Isso porque, graças ao IDE, o capital privado acional seria atendido pela ampliação do parque industrial, no qual as possibilidades de crescer sob o efeito dinâmico que o oligopólio externo criaria eram imprescindíveis para sua existência. Essa associação com a empresa estrangeira possibilitou, em companhia de certas frações de classe, setores estatais e do exército, a constituição de uma espécie de “complexo multinacional”.

Mesmo que alguns industriais se rebelassem contra o privilégio dado ao capital internacional via Instrução 113 da Sumoc, Caio Prado Jr. aponta que “nada

impediu as disposições da Instrução 113 da Sumoc se mantivessem em vigor” (Prado Jr., 2008, p. 314), e, além disso, não impediu também que a internacionalização avançasse por meio da Lei 3.244 de 14 de agosto de 1957, que previa a “Reforma das Tarifas de Alfândegas”, na qual o governo de Juscelino Kubitschek⁴¹ alterou as disposições do regime cambial, de exportações e importações⁴². Para o autor, o apoio e favoritismo dispensado ao capital internacional demonstrou a natureza dependente⁴³ da política econômica brasileira em manter seus laços com os interesses imperialistas e com sua histórica subordinação herdada do colonialismo. Caio Prado Jr. chama atenção para isso na seguinte passagem da obra *História Econômica do Brasil*:

Em face dessa situação e do grave desequilíbrio de nossas contas externas, a política oficial, em invés de extrair da experiência a devida lição que mostrava de forma tão patente a necessidade de resguardar a economia do país contra os azares da liberdade comercial sem freios e procurar o necessário equilíbrio dela pelo rigoroso disciplinamento do comércio exterior, em vez disso, lança novamente mão do velho arsenal colonialista, procurando a solução do problema no estímulo ao afluxo de capitais estrangeiros (...). (PRADO JR., 2008, p. 313)

Desta combinação, entre facilidades para a entrada do capital internacional e a forma que os trustes internacionais buscavam instalar suas subsidiárias, produziu uma industrialização específica na visão de Caio Prado Jr. A visão do autor não nega o fato que dessa “entrada de capitais estrangeiros e sua aplicação nas atividades econômicas brasileiras, estimulará sem dúvida a formação de novos capitais” (Prado Jr., 1958 p. 39), porém, o que não se pode deixar por confundir é que esses capitais são internacionais como suas matrizes geradoras. Na tabela 4 pode-se ver os resultados dessa conjugação dos fatores internos e externos e, em consequência, o avanço da industrialização nos anos 1955-1961.

⁴¹ “A categoria geral era destinada às importações de produtos sem similar nacional, ao passo que a especial se aplicava à proteção daqueles bens produzidos internamente, com restrição direta de cambiais. Foi criado igualmente o estatuto do similar nacional, segundo o qual o setor ou indústria que fossem considerados maduros gozariam de proteção especial a partir do registro no Conselho de Política Aduaneira (em diante CPA). Por meio do agrupamento de membros do BNDE, CACEX e SUMOC, o órgão conhecido como CPA teria a função de alterar as taxas das novas tarifas conforme os limites fixados pela Lei de Tarifas como ficou conhecida a 3.244, bem como impor amplos poderes aos setores considerados essenciais à industrialização pesada, em que o setor de bens de consumo duráveis, majoritariamente estrangeiro, exerceria preponderantemente esse direito.” (Campos, 2017, p. 119-120)

⁴² “O que traduz o sentimento e a convicção dos homens de negócio brasileiros de que o concurso imperialista concorre direta ou indiretamente para a ampliação e os maiores benefícios de seus empreendimentos e atividade. E assim é realmente, ou tem sido.” (Prado Jr., 1966, p. 119)

⁴³ “O conceito de dependência externa para Fernandes (1975; 1981, 2006) tem um sentido preciso, isto é, a apropriação pelas economias e centrais dos excedentes gerados em espaços periféricos” (Fernandes apud Campos, 2016, p. 14).

Ao analisar esses dados da Tabela 4 é possível dizer que o Plano de Metas (1956-1961) alcançou consideráveis resultados, principalmente no aumento da produção industrial e na taxa de investimento. Segundo Faro e Silva (2002, p. 85), entre 1956 e 1961, considerando o setor industrial, a média de crescimento da indústria de bens de consumo foi de 23,9%a.a., a de bens de capital foi de 26,4%a.a e a de bens intermediários foi de 12,1%a.a.

Tabela 4 – Taxa de variação do PIB, da Indústria e do Investimento entre 1955 e 1961

Ano	PIB	Indústria	Investimento
1955	8,8%	11,1%	13,5%
1956	2,9%	5,5%	14,5%
1957	7,7%	5,4%	15,0%
1958	10,8%	16,8%	17,0%
1959	9,8%	12,9%	18,0%
1960	9,4%	10,6%	15,7%
1961	8,6%	11,1%	13,1%
Média	8,2%	10,4%	15,3%

Fonte: Adaptação. IPEADa, a partir de dados do IBGE. In: Rodrigues, 2006, p.30

Ainda na obra de Faro e Silva (2002, p. 88), analisando os setores em que se concentraram o investimento direto estrangeiro sem cobertura cambial, pode-se verificar que a Indústria de Transformação teve maior participação e dentre tais setores, o setor automobilístico foi o maior beneficiário da Instrução N°113 da Sumoc. Esse setor no Plano de Metas teria assumido o papel de destaque do desenvolvimento e modernidade do período. De acordo com os autores, o setor automobilístico foi um dos que mais recebeu apoio no governo de Juscelino Kubitschek, já em 1960 a capacidade total instalada para o setor superou em 17,2% da meta fixada pelo Grupo Executivo da Indústria Automobilística (GEIA)⁴⁴.

É importante destacar então, de onde veio e para quais setores foram aplicados esses investimentos. Segundo Caputo e Melo (2009, p.6) entre 1955 e 1963, o primeiro foi os Estados Unidos da América, com 46,5% do total, e em

⁴⁴ Pode-se encontrar um estudo detalhado da origem e setores das quais o investimento direto estrangeiro via Instrução N°113 da Sumoc na obra de Caputo e Melo (2009, p. 15): as principais empresas que entraram no Brasil através da Instrução N°113 da Sumoc foram a *Wilys Overland* Overland do Brasil S/A – Indústria e Comércio (US\$ 27,97 milhões); *General Motor* do Brasil S.A. (US\$ 25,02 milhões); *Ford Motor* do Brasil S/A. (US\$ 22,42 milhões); e etc.

segundo, a Europa Ocidental com investimento de 43,5% do total. Ambos juntos representaram 90% do investimento total. Já os setores que concentraram a totalidade desses investimentos diretos estrangeiros sem cobertura cambial entre 1955 e 1963 foram: o setor de Indústrias de Transformação, com 97,7% do total, em seguida o setor de Indústria Extrativas, com 1,9%. Tais valores podem ser observados na Tabela 5:

Tabela 5 – Participação do IDE por setor da Economia (%) entre 1956 e 1963

Setor da Economia	%
Indústria de Transformação	97,69
Indústria Extrativas	1,87
Não Identificado	0,18
Atividades Imobiliárias, Aluguéis e Serviços Prestados às empresas	0,13
Transporte, Armazenagem e comunicações	0,12
Agricultura, Pecuária, Silvicultura e Exploração Florestal	0,01
Total	100

Fonte: Adaptado dos Boletins da SUMOC de vários anos (1955 a 1964). In Caputo e Melo (2009, p. 8)

Contudo, como alertou Caio Prado Jr. esse volume de investimento estrangeiro não se integrou de maneira orgânica com a produção nacional, visto que houve em sua essência um caráter internacional e ademais, para o autor de *Formação do Brasil Contemporâneo*, essa industrialização era uma forma de exploração do capital internacional via um ciclo conjuntural mercantil da economia brasileira, ligado sobretudo pelo aumento do mercado interno brasileiro. Por isso, Caio Prado Jr. pontua que o ápice da subordinação da economia brasileira ao imperialismo se constituiu institucionalmente pela Instrução 113. Sua análise pode ser encontrada sintetizada no seguinte trecho de *Os empreendimentos Estrangeiros e o Desenvolvimento Nacional*:

Pelo caminho que vamos seguindo, o processo de industrialização do nosso País, em vez de resultar num decisivo acesso da economia brasileira, e acentuando ritmo de progresso dos padrões de vida do conjunto da população no País, irá dar simplesmente, como já está sendo o caso, em nova forma, embora mais complexa e menos aparente, de exploração imperialista, a par da outra que vem de longa data e que vem a ser de um país simples fornecedor de matérias-primas e de gêneros alimentares, ao comércio internacional. (PRADO JR., 1959, p. 5)

Para o imperialismo, a geração do lucro passa pela necessidade de controlar os espaços econômicos periféricos e exercer domínio sobre suas massas consumidoras (PRADO JR., 1957). Para Caio Prado Jr., a riqueza gerada na economia brasileira escoava⁴⁵ via as subsidiárias dos trustes aqui instalados para os países imperialistas. O processo de valorização do capital desses empreendimentos estrangeiros permanece subordinado à lógica de valorização em escala internacional, ou seja, as filiais deslocadas para o Brasil visavam unicamente o controle do mercado interno. (PRADO JR., 1957, p.196)

O capital formado com os lucros acumulados dos trustes internacionais se distribui e aplica por efeito de injunções para que o país criado daquele capital não contribui senão como fator singular entre muitos outros que lhe são completamente estranhos. Estabelece-se assim entre a acumulação e inversão, no que respeita a tal país, um hiato; e ambas se acham desse ponto de vista, isoladas uma da outra e ligadas unicamente no plano das finanças domésticas e das conveniências mercantes do truste internacional senhor do capital. O que implica, via de regra, ou pelo menos em certos momentos, forte drenagem aposta à formação e acumulação de capitais no país subdesenvolvido, que se farão, não em benefício de empreendimentos e atividades nacionais, mas no de uma organização internacional e alheios ao funcionamento orgânico da economia nacional. (PRADO JR., 1957, P. 218).

O ingresso dos trustes internacionais no mercado interno brasileiro com estruturas financeiras e tecnológicas capazes de desenvolver os setores mais dinâmicos da indústria (bens de consumo duráveis e bens de capital) acabou sendo por sua vez, um determinante a mais para ampliar suas posições de controle⁴⁶ (FERNANDES, 1975).

Para Caio Prado Jr., o tipo de indústria que se desenvolveu no Brasil em meados dos anos 50 é certamente um aprofundamento da subordinação com o capital internacional. Na visão do autor, a entrada dos trustes imperialistas por meio desse expediente legal, Instrução 113 da SUMOC, somado às políticas de desenvolvimentismo do Governo de Juscelino Kubitschek⁴⁷(1956-1961) – cuja base

⁴⁵ Esse raciocínio está presente nas obras de Paul Sweezy (1983) e Paul Baran (1986).

⁴⁶ “A lei da moderna empresa capitalista, quando atinge as proporções daquelas que estamos considerando e que são os imensos trustes internacionais, é crescer permanentemente, ou perecer e dar lugar a outra mais combativa eficiente.” (Prado Jr., 1959, p. 8)

⁴⁷ Pelos próprios discursos do Juscelino Kubitschek fica claro tal posição: “(...) os melhores investimentos estrangeiros são os que visam ao lucro e que estes são sempre os mais interessantes e os únicos verdadeiramente desejáveis para uma nação como o Brasil, uma grande nação como o Brasil. Necessitamos de capitais geradores, de capitais produtivos, de investimentos que venham a dinamizar o ativo de nosso país” (Kubitschek, 1957 apud Pinto, 2010, p. 20).

era formada também pelo capital internacional – organizaram um tipo de indústria que era débil e desarticulada como instrumento impulsionador do desenvolvimento.

O resultado do Plano de Metas, na visão do autor de *A Revolução Brasileira*, é que a indústria internacionalizada não significou “a integralização com os elos faltantes, de um largo entrosamento econômico (...)” (PRADO JR., 2008, p. 360). A natureza desse modelo de associação do processo de industrialização brasileira aos interesses do capital internacional é profundamente entreguista para Caio. e não conseguiu superar os laços coloniais de nossa estrutura histórica. Prado Jr. (1966, p. 25) descreve esse momento da seguinte forma:

Espúria — espúria além de qualquer dúvida — porque Juscelino Kubitschek se apresentava com seu programa de desenvolvimento e metas que implicava claramente, e pode-se mesmo dizer expressamente, a promoção dos interesses do grande capital brasileiro e internacional. Particularmente desse último, pois é na base do apelo aos grandes trustes internacionais e estímulo às iniciativas deles no Brasil que, fundamentalmente, se assentava o programa desenvolvimentista endossado pelo candidato. O que se comprovaria quando o presidente eleito viajaria pela Europa, antes da posse, entendendo-se com grandes grupos internacionais aos quais ofereceria, com promessas formais de largo favorecimento por parte de seu próximo governo, generosa participação nas atividades econômicas brasileiras. E depois de inaugurado o governo, foi o que serviu e em que não precisamos aqui insistir. Nunca se vira, e nem mesmo imaginara tamanha orgia imperialista no Brasil e tão considerável penetração do imperialismo na vida econômica brasileira

Desse processo de industrialização, associado e subordinado aos interesses dos trustes internacionais, Caio Prado Jr. formulou que o capital internacional não serve como instrumento para a superação do subdesenvolvimento e que acabou por acentuar a deformação do processo de industrialização. A partir dessa concepção do processo de industrialização durante o Governo de Juscelino Kubitschek, a obra caiopradiana possibilita discutir o tipo de indústria que aqui se constituiu em contraste com a de outros países, na qual a industrialização foi um fator central para impulsionar o desenvolvimento.

Para o autor, os trustes internacionais ao controlarem os setores dinâmicos da economia agravaram nossas dificuldades em obter equilíbrios nas nossas contas externas. Isto porque, os trustes internacionais exigem considerável liberdade de mobilização de seus lucros, isto é, na visão de Caio Prado Jr, o imperialismo

controlava, fixava as normas e o ritmo da industrialização brasileira⁴⁸ e este dependia do saldo comercial que as exportações da economia brasileira conseguiam gerar. É com base na dificuldade de realização do capital internacional que Caio Prado Jr assinala que o capital internacional não serve como instrumento para indução do desenvolvimento nacional. E, além disso, o autor afirma que:

Os novos capitais assim formados continuarão sendo estrangeiros, de propriedade das mesmas empresas que os geraram e acumularam, e que por isso, a qualquer momento poderão deslocar-se para outros de seus setores de atividade, isto é, para fora do país. É evidentemente embalar-se na mais ingênua das ilusões imaginar que as empresas estrangeiras que operam no Brasil, e para as quais nosso País não constitui senão uma entre muitas zonas de seus negócios, reinverterão sistematicamente aqui mesmo os novos capitais que vão gerando e acumulando à custa das atividades brasileiras. Não é isso que se dá, nem nunca se dará, pois a política financeira de qualquer empreendimento comercial é norteada unicamente por interesses estritamente comerciais que no caso das empresas estrangeiras que operam em países como o nosso, tem se centro nevrálgico e decisório muito distante de nós. (PRADO JR., 1958, p. 38)

No entanto, no período histórico delimitado por essa pesquisa, ao analisarmos os dados referentes ao balanço de pagamento do período não identificamos a intensificação do problema da realização do capital internacional (Anexo 1), isto se revela no fato do balanço de pagamentos apresentar saldo positivo nos dois ciclos. Porém, o que podemos pontuar é que, mesmo que a concepção caiopradiana sobre o processo de industrialização não se revelasse no curto prazo, é possível verificar já no início dos anos 80, período da qual se revelam com força os determinantes da fragilidade do processo de industrialização brasileira, uma drenagem de divisas que o capital internacional dispunha⁴⁹. Um dos motivos que possamos apontar para que no curto prazo não se revelasse a tese “estagnacionista” do processo de industrialização na visão de Caio Prado Jr. é que se ainda observarmos a entrada de capital internacional nas décadas de 50 e 60 – salvo os momentos de reversão das condições internacionais – são consideráveis. Por exemplo, como podemos ver na obra de Campos (2009, p.56): a entrada líquida

⁴⁸ Caio Prado Jr, 2008, p.327 capta a fragilidade do nosso desenvolvimento comandado pelos interesses imperialistas da seguinte forma: “Efetivamente, o nosso desenvolvimento econômico, enquadrado no sistema imperialista – e é isso que se propõe como o apelo ao concurso de empreendimentos imperialistas e que de fato se está no momento realizando no Brasil – pautar-se-á necessariamente pelos interesses dos trustes aqui instalados que se farão, como já acontece e será cada vez mais o caso, o elemento principal e fator decisivo de nossa economia. São trustes que fixarão as normas, o ritmo e os limites do desenvolvimento, para eles naturalmente determinados pelo montante dos lucros que a economia brasileira é capaz de proporcionar.”

⁴⁹ Uma análise mais detalhada sobre a drenagem das divisas internacionais nos anos 80 pode ser encontrada na obra de Campos (2009).

de IDE entre 1955-1973 foi de US\$ 15.414 milhões, isso representa um saldo 13 vezes maior que nos anos anteriores (1951-1954). Já os reinvestimentos são menores, somaram US\$ 10.447 milhões e as remessas foram de US\$ 11.696 milhões. Neste sentido, este período tem como saldo líquido de US\$ 14.164 milhões. Estes dados, nos dão condições de afirmar que esse período é central para compreensão da implementação da indústria pesada no Brasil e que, como veremos, esses investimentos guardam diferenças entre o ciclo de 1955 -1961 e o de 1968-1973.

Portanto, o que se pode reter até essa etapa da pesquisa é que para Caio Prado Jr., o modelo desenvolvimentista adotado que seria subordinado e associado aos interesses do capital internacional implica que seria incoerente “da nossa parte contar para o processo de industrialização com um consenso de empreendimentos internacionais, e ao mesmo tempo pretender privar esses empreendimentos das condições essenciais ao seu normal funcionamento” (PRADO JR., 1959, p. 9).

Esse padrão de desenvolvimento internacionalizado, para Caio Prado Jr., implicou em algumas características. Em primeiro lugar, a liderança dos trustes imperialistas gerava graves distorções ao nosso padrão de mercantilização da economia. Já que com o avanço da industrialização por substituição de importações, se necessitava de uma maior concentração de renda, revelando a discrepância das estruturas produtivas dos trustes imperialistas com as reais necessidades da população brasileira. Em segundo lugar, o controle dos setores estratégicos da indústria brasileira impedia a constituição de uma classe empresarial conectada ao espaço econômico nacional, produzindo uma diferenciação das forças produtivas da base técnica e financeira nacional em relação aos trustes internacionais, com isso os movimentos de desnacionalização se fazem mais frequentes nos anos 1950.

Ao passo que em terceiro lugar, embora os grandes trustes internacionais tenham controlado os setores estratégicos da economia brasileira, isso não implicava em transferência de tecnologia para a economia brasileira, uma vez que o deslocamento dos empreendimentos imperialistas significou apenas a procura por mercados internos. O que difere da visão daqueles que apoiavam a entrada do capital internacional e acreditavam que se internalizariam as tecnologias dos países

centrais nos países periféricos. Em quarto lugar, o concurso do capital internacional como instrumento para o desenvolvimento da indústria voltada para o mercado interno implicaria no reforço do desequilíbrio estrutural do balanço de pagamentos, já que o capital internacional possui íntima ligação com o sistema financeiro internacional e, portanto, depende de alta mobilidade para redirecionar-se para o país de origem (SAMPAIO, 1999b, p. 14-16).

Nesse sentido, quanto maior a entrada das inversões, maior será a necessidade de recursos externos para satisfazê-lo. Para Caio Prado, a entrada considerável do capital internacional para aproveitar as oportunidades de negócios aqui geradas e a riqueza acumulada nas mãos desses empreendimentos frente à constante dificuldade da economia brasileira em realizar os investimentos do capital internacional, significaria uma mudança no grau de instabilidade para os trustes internacionais realizarem seus investimentos. Assim, a partir desse momento, os trustes imperialistas frente a qualquer sinal de escassez de divisas produziram efeitos intensos de retirada de capital da economia brasileira que paralisaria a industrialização por substituição de importações (SAMPAIO JR., 1999b, p. 17-18). Nas palavras de Caio Prado Jr:

Esse déficit tende (...) a se agravar, porque a natural e fatal expansão das empresas imperialista instaladas no país, e, portanto, a ampliação de suas operações proporcionarão lucros cada vez maiores e portanto remessas mais vultuosas para o exterior. Ora, os crescentes déficits que isso determinará somente poderão ser cobertos com os saldos do comércio exterior – pois o expediente que vem sendo adotado, do recurso ao financiamento, empréstimo e moratória não pode evidentemente ser considerado permanente, e não resolverá nunca, em definitivo, a situação. Mas como, doutro lado, nada faz prever uma aplicação apreciável de nossa capacidade de exportação, antes pelo contrário, há que contar com uma retração do afluxo de capitais estrangeiros, uma vez que se fará cada vez mais difícil à finanças brasileiras dar cobertura cambial às remessas para o exterior que as empresas detentoras daquela capital pretenderão efetuar. E, pelo contrário, essas empresas procurarão, em frente às dificuldades crescentes da situação retirar do país o máximo possível de suas disponibilidades. (PRADO JR., 1966, p. 138)

Deste modo, explicita-se que a visão caiopradiana sobre as inversões estrangeiras desta fase é completamente diferente da visão cepalina. Para a CEPAL eram positivas as políticas governamentais que procurassem reorientar os fluxos de capital para o objetivo da industrialização. Para a CEPAL, a constatação era que as

poupanças⁵⁰ das economias periféricas eram majoritariamente baixas e que as iniciativas estrangeiras poderiam ser úteis para a superação da condição de país periférico. As diretrizes de coordenação⁵¹ entre o capital internacional, capital estatal e capital privado nacional do Plano de Metas eram orientadas nesse sentido de superação dos limites estruturais da economia brasileira e o objetivo central do plano era que a indústria fosse o meio para atingir o desenvolvimento. O diagnóstico, portanto, era que as tensões que bloqueavam o avanço do desenvolvimento se concentravam em alguns pontos da economia⁵², como por exemplo: na tecnologia, conhecimento, maquinário e no financiamento. Colistete chama atenção para o fato que o favorecimento dispendido ao capital internacional tinha como referência:

Desde que a reorientação das inversões contribuísse para a diversificação produtiva, transferência de formas de produzir modernas e, em última análise, para a superação dos traços estruturais da condição periférica, elas deveriam estar plenamente integradas ao projeto de industrialização cepalino. (COLISTETE, 1990, p. 74)

Dessa maneira, o padrão de desenvolvimento capitalista de Juscelino Kubitschek, para Caio Prado Jr, fez-se refém do ritmo e intensidade do capital internacional e de sua necessidade de mobilidade e valorização (Campos, 2009, 2015, 2017). Na realidade seus resultados foram opostos⁵³ aos pretendidos, isto é, o capital internacional ao ter o controle financeiro, tecnológico e cultural, tinha o pleno domínio do mercado interno brasileiro (CAMPOS, 2016, p. 19).

Assim, o autor ressalta que o mercado interno ficou “à mercê de caprichosos interesses estranhos” (PRADO JR., 1958, p. 39). Na visão de Caio Prado Jr, o governo de Juscelino Kubitschek promoveu a mais intensa articulação com o imperialismo e a instauração da Ditadura Civil-Militar, assim, foi a conquista da

⁵⁰ Na argumentação de Caio Prado Jr., essa constatação é completamente equivocada. Para o autor, a penetração dos imperialistas “multiplica suas atividades insinuando-se por toda parte, absorve e subordina direta ou indiretamente a seu domínio e interesses, um número sempre crescente de empreendimentos nacionais. (...) A poupança nacional vai sendo canalizada em parcelas cada vez maiores para empreendimentos direta ou indiretamente subordinados à finança internacional, e somos assim nós mesmo que estamos fornecendo uma boa parte do capital dos empreendimentos estrangeiros; nós que apelamos para esses empreendimentos, segundo se alega, porque somos pobres de capitais...” (Prado Jr., 1959, p. 5)

⁵¹ Por diretrizes de coordenação entendemos a ideia de coordenação e hierarquização dos interesses do capital internacional frente às necessidades nacionais.

⁵² Veremos no ponto seguinte que para Caio Prado Jr. o problema do desenvolvimento de economias coloniais, como a brasileira, não está estritamente conectado aos problemas da economia, mas sim, em problemas históricos.

⁵³ A intenção do Plano de Metas era que: “O Estado orientaria as áreas de expansão via planejamento e investimento em suas empresas estatais, como energia, infraestrutura; enquanto as empresas privadas nacionais, além de usufruírem do crescimento urbano-industrial em bens de consumo não duráveis, atenderiam, como subcontratas, parte da demanda industrial das empresas multinacionais.” (Campos, 2016, p. 18)

submissão definitiva da economia brasileira aos interesses do capital internacional. Como bem resumiu Campos:

(...) também apresentava como a tensão entre a possibilidade de ampliar o poder desse bloco [complexo multinacional] constituído por estratos de classe interna e capital internacional, ou de reagir a ele por meio do controle estatal, animado por um crescente apoio popular, e de setores empresariais domésticos que não se associam diretamente com as empresas multinacionais. (CAMPOS, 2009, p. 68)

Portanto, para Caio Prado Jr. o reflexo dessa estrutura industrial controlada pelo capital internacional resulta no afastamento completo das reais necessidades materiais e culturais do conjunto nacional, que, por sua vez, agravou a tendência estrutural ao estrangulamento do balanço de pagamentos⁵⁴. Uma das consequências para o autor do estilo⁵⁵ de desenvolvimento adotado pelo Plano de Metas foi à intensificação do desequilíbrio financeiro que logo se fez sentir no fim do governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961). Na sua visão: “ou realizamos a industrialização à custa de nossas próprias forças, ou confiamos a tarefa à iniciativa de empreendimentos imperialista, e apelas para os grandes trustes internacionais, abrindo-lhes o campo das atividades no Brasil. Não é possível harmonizar essas duas alternativas” (PRADO JR., 1959, p. 4).

O que se reflete, em consequência foi sua projeção pelo Golpe de 1964, que logo se impôs os interesses dos setores retrógrados⁵⁶. Isso porque, o capital internacional para dar continuidade ao modelo de “desenvolvimento” precisava contornar três principais obstáculos⁵⁷: o da demanda, o do financiamento e o povo⁵⁸.

⁵⁴ Ver Prado Jr. (2002).

⁵⁵ Já foi abordado que o modelo de desenvolvimento adotado pelo governo JK não impunha uma hierarquização dos interesses do capital internacional em relação aos interesses nacionais.

⁵⁶ O que se pretende demonstrar aqui é que a associação dos interesses do capital internacional com parte dos interesses da burguesia brasileira, ao serem colocados em xeque, principalmente com a aprovação da legislação que se pretendia controlar o movimento do capital internacional, acabou por resultar no que: “O complexo multinacional, ao perceber que seus interesses seriam difíceis de firmar pela conquista legal no Congresso e no Executivo, cuja aprovação popular era crescente em virtude das Reformas de Base, assumiu a conspiração como forma de atuação”. (Campos, 2009, p. 70)

⁵⁷ “A adversa conjuntura no início do Governo João Goulart (1961-1964) não se limitava apenas a uma crise econômica¹¹. Além da conclusão do bloco de investimentos do Plano de Metas, da crescente ociosidade de alguns setores industriais e da expansão inconclusa de outros, da restrição do mercado interno em função da elevada concentração de renda, ou da inadequação do sistema financeiro à indústria pesada, bem como o estrangulamento cambial, déficit público e da inflação, a crise encarnava dilemas totalizantes de nossa história. Com múltiplas dimensões, ela refletia profundas contradições na formação histórica brasileira, cuja crescente dependência externa e subdesenvolvimento eram desesperadamente inconciliáveis, levando necessariamente ao questionamento do complexo multinacional.” (Campos, 2016, p. 22)

⁵⁸ Os anos pré-1964 são marcados por consecutivos avanços na agenda nacional-popular: “A aprovação da Lei de Remessas de Lucro em 1962, que pretendia impor determinados controles às empresas estrangeiras, enquadrava-se nesse contexto. Os políticos eram pressionados de maneira semelhante à Campanha *O Petróleo*

No próximo ponto temos como objetivo mostrar a crise gestada por esse modelo de desenvolvimento e como o Golpe de 1964 “solucionou” os entraves para o avanço de nossa industrialização.

No afã de criar internamente os meios institucionais estabilizadores, as burguesias brasileiras defendiam um “ambiente de negócios” consistente para aglutinação de investimentos internacionais em “projetos desenvolvimentistas”; com isso, afixavam o empreendimento multinacional e, assim, tornavam-se os verdadeiros escudeiros da segurança e democracia. Na verdade, protegiam, por um lado, o espaço periférico da “ameaça comunista”, para desfrutar financeiramente das vantagens da associação dependente. Por outro lado, o subdesenvolvimento seria um elemento central do complexo multinacional, permitindo elevada geração de excedente à custa de superexploração da força de trabalho. (CAMPOS, 2016, p. 21)

2.4. “Modelo de Desenvolvimento” e o Imperialismo.

A dificuldade dos setores mais progressistas em captar a essência do modelo de desenvolvimento adotado, a partir do governo de Juscelino Kubitschek em decorrência de suas insuficiências teóricas, tornou-se patente quando conforme Prado Jr. (1966, p. 27) “uma simples passeata militar bastou para deitar por terra a aventura e dispersar sem maior esforço os iludidos pseudo-revolucionários”.

O resultado da associação dos interesses externos e internos que se concretizavam à medida que o governo de Juscelino Kubitschek ia avançando na industrialização pesada originou o “complexo multinacional”⁵⁹ que introduziu novos condicionantes de dominação pela internacionalização produtiva. Analisaremos adiante como a Ditadura Civil-Militar foi instrumental para dar continuidade e

é *Nosso*, que permitiu o monopólio estatal da Petróbrás em 1953. E mesmo as *Reformas de Base*, que anunciavam as reformas agrárias e urbanas, reforma tributária, reformas eleitoral e universitária, dentre outras, não significavam mera agenda governamental, ou estratégia de determinados lobbies do “empresariado nacionalista”, mas resultado de um logo amadurecimento político das classes populares. Por outro lado, do complexo nacional-popular (“pressões contra a ordem”), embora defendesse opções antiburguesas, não tinha força suficiente para ameaçar o status quo. Mesmo assim sua existência já implicava demasiado risco que não poderiam ser assimilados pelas burguesias.” (Campos, 2016, p. 22)

⁵⁹ A definição sintetizada de Complexo Multinacional pode ser encontrada em Campos (2016, p. 20): “Definimos, dessa forma, o complexo multinacional pelas seguintes características: i) o complexo é, por um lado, resultado da dependência externa e do subdesenvolvimento de longo prazo, em que o caráter mercantil, antissocial, e subordinado da burguesia brasileira, sedimenta tal relação; ii) essa característica perene de nossa formação interpõe-se, por outro lado, a um estágio peculiar de dominação do capital internacional na industrialização pesada a partir de 1956; iii) tal dominação tem no “imperialismo total” seu polo externo, que se manifesta internamente na junção de interesses estrangeiros ante as necessidades de desenvolvimento capitalista da burguesia brasileira; iv) o complexo responde de fora para dentro, tanto pela necessidade de extração de mais valor, quanto da difusão de uma promessa civilizatória antagônica ao socialismo, bem como pela segurança política, que, no limite, pode se substanciar em segurança militar, v-) a associação dependente em que se baseia o complexo, da mesma forma que viabiliza as rentabilidades dos principais negócios que se articulam à industrialização pesada, e, assim, sustentam a ampliação da base material do mercado interno, funde, de dentro para fora, interesses comuns que se solidificam no domínio político do Estado brasileiro, a serviço desse arco multinacional.

aprofundar o modelo de desenvolvimento do Plano de Metas e assim avançar na industrialização.

Definimos dessa forma que a internacionalização do mercado interno brasileiro dividiu-se em dois ciclos: o primeiro abordado anteriormente, na época do Governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), tendo como dispositivo central a Instrução N° 113 da Sumoc, onde o capital internacional criou capacidade produtiva nova – a gênese da indústria pesada; e o segundo ciclo, de 1968 a 1973, quando os investimentos diretos estrangeiros, sobretudo norte-americanos, acessaram uma base industrial consolidada (CAMPOS, 2009; 2016).

Os primeiros anos da década de 1960 são marcados pelo esgotamento do Plano de Metas (1956-1961), uma vez que sua estrutura não conseguiu subordinar e atenuar a autonomia do capital internacional. Frente a isso, o Estado brasileiro foi incapaz de produzir uma estratégia de desenvolvimento capaz de romper com a dependência externa e, portanto, não conseguiu “operar como fator e elemento decisivo na correção dos vícios e deformações de que padece o processo brasileiro de industrialização” (PRADO JR., 2008, p. 349). E, além disso se deu uma adversa conjuntura econômica e política do Governo João Goulart (1961-1964) que se expressou no plano econômico por uma grande instabilidade, estrangulamento externo, déficit público, queda dos investimentos e aumento da inflação.

A obra caiopradiana nos dá recursos teóricos para compreender que o crescimento econômico dos anos anteriores (1955-1961) contribuiu para um momento de ilusão para alguns setores que os problemas do subdesenvolvimento teriam cessado. Porém, a crise econômica dos anos 60, em parte resultado de uma reversão na conjuntura internacional, tornou os problemas históricos brasileiros em claro antagonismo aberto (SAMPAIO, 1999a). De um lado, setores da sociedade que queriam romper com os problemas remanescentes do passado colonial, e de outro, os que pretendiam obstar as reformas e as mudanças que se acumulavam no plano político e cultural, viabilizando uma saída contrarrevolucionária (SAMPAIO, 1999a; CAMPOS, 2009).

O golpe de 1964 foi a reestruturação do Estado Brasileiro, de acordo com os interesses do complexo multinacional, que protegeu institucionalmente as classes

urbanas abastadas e as classes dominantes agrárias, garantindo a segurança do imperialismo. O que Fernandes (2006) denominou por “modelo autocrático burguês” foi justamente essa reformulação do Estado brasileiro, que em seus alcances, para dar continuidade ao modelo de desenvolvimento eram necessárias reformas, ou melhor, contrarreformas que dessem conta dos limites estruturais do complexo industrial criados nos anos 1950⁶⁰.

Desta forma, para contornar os problemas do consumo, isto é, da incapacidade de o mercado brasileiro absorver bens de consumo duráveis de alta complexidade (Furtado, 1974; 1982), adotou-se um arrocho salarial que pretendia concentrar esse consumo em uma minoria da população brasileira (FURTADO, 1972, p. 85). Já do ponto de vista do financiamento, as reformas financeiras e institucionais da Ditadura Civil-Militar facilitariam a mobilidade do capital internacional. Dessa combinação se configurou, o que viria a se chamar PAEG (Programa de Ação Econômica do Governo). Dessas contrarreformas no campo da economia se configuraria o então chamado “modelo milagroso de desenvolvimento”. Nas palavras de Caio Prado Jr. esse período:

“(...) só foi escancarar as portas para o capital imperialista, concedendo-lhes facilidades de negócios e atrativos sem precedentes e muito além de tudo com que antes se poderia sonhar, e a “poupança externa” (como eufemicamente os nossos economistas ortodoxos apelidam o capital imperialista) afluirá pressurosa.” (PRADO JR., 1966, p. 241)

Tal processo organizado pelo Golpe Civil-Militar reestabeleceu as condições exigidas pelo capital internacional, permitindo que a economia brasileira pudesse se conectar ao sistema financeiro internacional, atendendo assim as necessidades dos trustes internacionais aqui estabelecidos (CAMPOS; RODRIGUES, 2014).

Ao lado dessas transformações, queremos chamar atenção para o fato que esse segundo ciclo industrial (1968-1973) foi determinado por outro tipo de IDE, diferente do primeiro ciclo do Plano de Metas (1956-1961). O primeiro ciclo (1956-1961) assentou-se na criação de capacidade produtiva nova (bens de produção e intermediários), o que possibilitou taxas de crescimento e diversificação inédita da

⁶⁰ Ver em Campos (2016, p. 27): “O amadurecimento do Plano de Metas impunha a necessidade de novas importações de bens de produção que, pelos condicionantes da crise econômica que mencionamos anteriormente, não tinham condições de se manter sobre as mesmas bases. A queda no ritmo de acumulação mostrava-se, por um lado, na superestimação das capacidades produtivas em setores de bens de consumo; por outro, em uma espécie de subaproveitamento dos setores de bens de produção.”

economia na indústria brasileira. Já no segundo ciclo (1968-1973), o capital internacional dinamizou a economia brasileira acessando uma base produtiva já existente, promovendo desnacionalizações e importações de insumos intrafirma (CAMPOS, 2019, p. 56). É notável que “entre 1956 e 1960 33% das novas filiais estabelecidas no Brasil foram por compra de industriais locais; entre 1966 e 1970, tal IDE chegou a 52%, e no último triênio da série foi quase 70%” (Ibid., p. 56). O que pode ser demonstrado na Tabela 6.

Tabela 6 – Novas Filiais Norte-Americanas Estabelecidas por Aquisições

Período	Take-overs (%)	N.º Total
Antes de 1945	0	28
1946-50	9	11
1951-55	22	22
1956-60	33	36
1961-65	38	16
1966-70	52	46
1971-72	61	18
1973-75	66	65
Total	42	242

Fonte: NEWFARMER, R. (1978, apud Campos, 2009, p. 57)

Além disso, alguns dados expressam a tendência da diminuição da intenção do IDE (1968-1973) em relação ao avanço na industrialização por substituição de importações e sim, de internalizar matérias-primas e insumo industriais. Vejamos por exemplo:

A participação da importação no total do produto interno era de 8,8% para o ano de 1949; em 1951 atingiu 14% - tendo, entretanto, uma queda significativa entre 1957 e 1965, de 7,2% para 3,4% -, ao passo que, a partir da segunda metade dos anos 60, mesmo com os níveis do PIB real semelhantes aos da época do Plano de Metas, a participação começou a se elevar, visto que em 1966 foi de 4,5%, em 1972 chegou a 8,6% e em 1972 já tinha atingindo o mesmo patamar de 1949. (CAMPOS, 2009, p. 57)

Tais observações sobre o modelo de desenvolvimento brasileiro e sua forma de crescimento na Ditadura Civil-Militar, quer dizer muito mais ao caráter imprimido à economia brasileira (PRADO JR., 2008, p. 345). Com as reformas do PAEG, e sobretudo pela reforma financeira, o governo brasileiro permitiu o acesso ao financiamento das subsidiárias dos trustes internacionais aqui instalados, desta

forma, facilitou-se o acesso das transnacionais aos empréstimos externos privados (CAMPOS, 2009, p. 171). Para os trustes internacionais, a tomada do capital internacional se mostrou atrativo, visto que se facilitou que estes obtivessem financiamento por meio de intermédios com suas matrizes ou entidades financeiras (FURTADO, 1992). Campos (2009, p. 72) ressalta que “Durante o período de 1968 e 1973, 54% dos empréstimos externos tinham na corporação não financeira privada participações elevadas, o que sugere que grandes partes desses recursos eram efetivadas na relação matriz-filial”.

As reformas da Ditadura Civil-Militar criaram benefícios para os setores dos grandes trustes internacionais, reabrindo perspectivas mercantis imensas (PRADO JR., 2008, p. 347). Para o autor, isso revela a fragilidade desse segundo ciclo industrial, já que na verdade é sustentado por uma conjuntura mercantil favorável, isto é, por um lado, configura-se uma situação de “larga liquidez” internacional proporcionada pelo financiamento via euromercado e, por outro lado, por uma opção política que fora aqui adotada. Nesse sentido, Caio Prado Jr. Destaca que os fundamentos financeiros e dinâmicos que se apoiavam a nossa industrialização brasileira eram completamente alheios ao funcionamento de nossa sociedade (PRADO JR., 2008, p. 347).

Em suas considerações finais de *História Econômica do Brasil*, em especial seu *Post-Scriptum* de 1976, fica claro que esse modo precário de constituição e desenvolvimento da indústria constitui “a grande debilidade e o vício profundo do nosso processo de industrialização” (PRADO JR., 2008, p. 331). E que na verdade a trajetória do desenvolvimento industrial brasileiro não apresentou “nenhum sinal significativo de mudança essencial e fundamental das arcaicas estruturas herdadas de nosso passado colonial” (PRADO JR., 2008, p. 355).

Prosseguindo a análise, no próximo capítulo procuraremos discutir, em síntese, como a expansão industrial de 1955 a 1973 para Caio Prado Jr. apoiou-se em dois fundamentos históricos que perpassam por toda nossa evolução histórica. Em primeiro lugar nossa dependência histórica de recursos externos, que se aproveita de uma conjuntura interna favorável para explorar e remeter esses capitais

para seus países de origem, e por outro lado, pela precariedade do processo de mercantilização da economia brasileira (SAMPAIO, 1999a).

2.5. Impasses da Industrialização dependente.

Nossa intenção até aqui foi apresentar, que sob a visão de Caio Prado Jr., o processo de formação e desenvolvimento das indústrias realizadas pelos trustes internacionais se alicerça em dois fundamentos problemáticos, o primeiro, é o de que entre 1955 a 1973 a industrialização se conecta a um cenário de liquidez internacional, e o segundo, envolve a economia brasileira em novas obrigações financeiras.

A interpretação caiopradiana sobre esse período pode ser enquadrada naquilo que foi formulado como “ciclo”, isto é, uma economia que é “tão somente a repetição monótona de ciclos econômicos sucessivos e essencialmente invariáveis, determinados por ocasionais conjunturas do mercado internacional e sem margem alguma para diversificação” (PRADO JR., 2002, p. 80). Neste sentido, considerando o imperialismo do ponto de vista geral, a economia brasileira se insere como produtora de gêneros primários, cuja venda proporciona a realização dos lucros dos trustes que dominam seu mercado interno. Portanto, para Caio Prado Jr todo o funcionamento de nossa economia se subordina assim ao processo comercial em que os trustes imperialistas ocupam o centro. Desta forma, essa característica do processo de organização da produção apresenta-se como uma repetição do sistema colonial brasileiro, embora em uma forma mais complexa, porém continua sendo marcada por momentos de expansão, auge e decadência.

O que se busca aqui é mostrar que para Caio Prado Jr essa dependência da economia brasileira em relação a uma conjuntura internacional no decorrer dos séculos muda somente de aparência, e a industrialização por substituição representaria então somente uma nova forma de dependência, porém com a mesma natureza íntima de repetição cíclica daquela encontrada no passado colonial. Isto é, as distorções provocadas pelo processo de industrialização lideradas pelo capital internacional, a redução do campo de atuação para as burguesias brasileiras, a falta de competitividade industrial em decorrência de nosso atraso tecnológico e o aumento na incerteza de nossas contas externas, como bem analisou Caio Prado Jr,

implicaram na baixa organicidade entre os trustes internacionais com a industrialização por substituição de importações, já que estavam limitados à oportunidades de negócios (SAMPAIO, 1999b, p. 20).

Para mostrar que a industrialização repõe nossos velhos dilemas, para Caio Prado Jr, é necessário o estudo mais íntimo dessa dependência histórica da economia brasileira em relação ao capital internacional. Na obra *Formação Econômica do Brasil*, o autor busca revelar as especificidades da formação econômica do Brasil e “por força do concreto”⁶¹ o autor mostra que todo povo possui um sentindo que deve ser devidamente estudado para compreender sua evolução histórica, isto é, para compreender a evolução da vida material, a vida social e o povoamento da sociedade brasileira, é necessário desvendar seu sentindo histórico. (PRADO JR., 2002; 2011)

Neste sentido, ao analisar o processo histórico de formação do Brasil, o autor apreende e teoriza o sentindo da colonização. Para Prado Jr. (2011, p. 29) o sentindo da estrutura histórica brasileira seria definido pela conformação de um espaço econômico voltado atender interesses comerciais exteriores. A experiência brasileira é caracterizada por “forças externas” e por sua função internacional, isto é, pela persistência ao longo dos séculos de seu papel fornecedor de gêneros primários valorizados nos mercados internacionais. Desta forma a economia brasileira se desenvolve e conforma por um “espírito” mercantil e, portanto, as economias periféricas e de origem colonial acabam colocando sua realidade à mercê de cálculos oportunistas das forças exógenas (PRADO JR., 2002, p. 81).

Ademais, como também mostrou Caio Prado Jr., mesmo com o processo de independência política o Brasil continuou aprisionado na relação de dominação em relação aos países centrais (PRADO JR., 2002, p.77). Tal concepção é a chave explicativa para compreender que dado à posição ocupada pela economia brasileira no sistema internacional, implicou em sua vulnerável penetração do capital internacional e dependente de conjunturas mercantis favoráveis. Assim a transição da economia mundial para a rede imperialista fez com que o Brasil se integrasse sem oferecer resistências ou conflitos.

⁶¹ Expressão usada por Antônio Cândido In: Maria Angela D’Incao (org).

A situação de dependência e subordinação orgânica e funcional da economia brasileira com relação ao conjunto internacional de que participa, é um fato que se prende às raízes da formação do país (...). Economia de exportação, constituída para o fim de fornecer gêneros alimentícios e matérias primas tropical aos países e populações das regiões temperadas da Europa e mais tarde também da América, ela se organizara e funcionara em ligação íntima e estreita dependência do comércio ultramarino em função do qual se formou e desenvolveu. Será essencialmente uma economia colonial, no sentido mais preciso, em oposição ao que denominaríamos de economias nacionais, que seria a organização da produção em função das necessidades próprias da população que dela participa. Essa é a circunstância principal que tornará o Brasil tão vulnerável à penetração do capital financeiro internacionais quando o capitalismo chega a esta fase de seu desenvolvimento. O país far-se-á imediatamente e como se automaticamente, sem resistência alguma, em fácil campo para suas operações. (PRADO JR, 2008, p.270)

Trata-se então que ao longo do século XX o capitalismo alcança sua fase imperialista e no pós-guerra, o Imperialismo se expande e difunde pelos grandes trustes. Desta forma, como bem investigado por Caio Prado Jr (1957; 1966), a constituição e desenvolvimento da indústria por substituição de importações, é na verdade a instrumentalização do desenvolvimentismo pelos trustes internacionais, com o intuito de expandir sua lógica de valorização em escala mundial (CAMPOS, 2016; 2018).

“(...) capital internacional não diz respeito ao mero “capital estrangeiro” identificado apenas com a origem. Trata-se de entendê-lo nessa fase como complementar à lógica de reprodução ampliada do capital, procurando pontuar os seus vínculos precários que se estabelecem com a zona de destino. Em segundo lugar, é também capital internacional porque se associa com interesses nativos e com ele defendem uma rentabilidade esperada que remunera um arco de negócios, cuja fronteira nacional se define apenas como conjuntura de apostas e não um espaço estruturante para a construção de um desenvolvimento capitalista autodeterminado. (CAMPOS, 2015, p. 28)

Assim, o Brasil é incluído no sistema internacional do Imperialismo no pós-guerra, a implantação das filiais dos grandes trustes internacionais e seu movimento de expansão fornece para o capital internacional um espaço econômico atrativo com taxas de urbanização, concentração de renda e receptividade política. É sobre essa nova forma de exploração da economia brasileira que Caio Prado Jr. chama atenção em seus livros como *História Econômica do Brasil*, *Esboços dos Fundamentos da Teoria Econômica* e *História e Desenvolvimento*, além de inúmeros artigos publicados na *Revista Brasiliense*.

O autor revela que a própria lógica de valorização do capital internacional nos internos da economia brasileira já manifesta seu caráter mercantil e volátil, dado a baixa organicidade do capital internacional em relação à economia brasileira e sua crescente exigência de liberdade e mobilidade. O capital internacional tem como suposto sua valorização em escala mundial, isto é, a lógica de inversão dos trustes internacionais passa pela necessidade do ritmo e capacidade da economia brasileira em realizar os lucros aqui gerados em moeda de curso internacional. Conforme complementou Sampaio (1999):

A extrema instabilidade das economias capitalista periféricas torna-as extremamente vulneráveis a processos de reversão estrutural, pois a falta de controle sobre os parâmetros que molda a conjuntura mercantil deixa a base produtiva permanentemente exposta aos efeitos desestabilizadores provocados por mudanças abruptas no contexto internacional. (SAMPAIO, 1999a, p. 113)

Dessa maneira, como bem colocou Caio Prado Jr., aqui se revela o sentindo mais íntimo da persistência do sentindo da colonização, já que para realizar esses lucros em moeda internacional é necessário que a economia brasileira gere saldos comerciais com o exterior. E a grande pergunta de Caio Prado Jr. é de onde vêm esses saldos? O autor responde: da histórica produção de gêneros primários exportáveis.

O capital formado com os lucros acumulados dos trustes internacionais se distribui e aplica por efeito de injunções para que o país criado daquele capital não contribui senão como fator singular entre muitos outros que lhe são completamente estranhos. Estabelece-se assim entre a acumulação e inversão, no que respeita a tal país, um hiato; e ambas se acham desse pinto de vista, isoladas uma da outra e ligadas unicamente no plano das finanças domésticas e das conveniências mercantes do truste internacional senhor do capital. O que implica, via de regra, ou pelo menos em certos momentos, forte drenagem aposta à formação e acumulação de capitais no país subdesenvolvido, que se farão, não em benefício de empreendimentos e atividades nacionais, mas no de uma organização internacional e alheios ao funcionamento orgânico da economia nacional. (PRADO JR., 1957, p. 218).

Além disso, a viabilidade de remunerar o capital internacional gerado nos internos da economia brasileira, dado sua dependência com o setor exportador, apresenta consideráveis instabilidades decorrentes dos consecutivos estrangulamentos externos mesmo que novos fluxos de capitais internacionais possam dar um alívio momentâneo, o que na realidade agrava ainda mais o problema (PRADO JR., 1962, p. 3).

Em suma, o desenvolvimento dos países subdesenvolvidos, na medida em que se promove pelo concurso de inversões estrangeiras (...), é essencialmente precário e autolimitante, pois aquelas inversões determinam elas mesmas circunstâncias que tendem a restringi-las, e que são as novas obrigações delas derivadas e que reduzem ainda mais a capacidade de pagamentos externos do país em que se efetuam. Encontra-se, portanto o problema do desenvolvimento dos países subdesenvolvidos, dentro do sistema atual do capitalismo internacional, engajado num círculo vicioso. (PRADO JR., 1957, p. 207)

Para Caio Prado Jr. a instabilidade econômica herdada de nossa estrutura colonial não é superada pelo desenvolvimento industrial e mais, os desequilíbrios gerados pelo processo de industrialização controlado pelos trustes internacionais por se concentrarem em atividades mais dinâmicas e estratégicas para o desenvolvimento industrial acabam prejudicando também as atividades nacionais minimamente estáveis. A organização e desenvolvimento da industrialização brasileira em função dos interesses efêmeros do capital internacional deixa a economia brasileira aos desígnios ocasionais de conjunturas internacionais, completamente estranhos à vida nacional.

Essa tendência, como as demais que se voltavam então ativamente para a renovação socioeconômica do país e a elevação dos padrões populares para níveis condizentes com o mundo moderno – o grande e fundamental problema brasileiro, pendente ainda, e certamente o mais agudo – será momentaneamente abafada pelo regime ditatorial de força, implantado essencialmente para aquele fim pelo golpe de 1964. (...) Interrompeu-se com isso, esmagado pela violência – a maior de que o Brasil já foi teatro -, o processo em andamento, substituído pelo objetivo pseudodesenvolvimentista que levaria o Brasil num abrir e fechar de olhos (...) para o nível e as delícias de grande potência (em benefício de quem?). (PRADO JR, 1979, p.8)

O ciclo de industrialização que se instituiu por meio desse “modelo de desenvolvimentismo” realizou-se sob instáveis perspectivas. O governo brasileiro ao acomodar (1956-1961) e ao oficializar como estratégia principal (1968-1973) a necessidade da liderança dos empreendimentos imperialistas no processo de industrialização brasileira produziu um resultado adverso.

Já para Leão (2000, p. 224), a interpretação de Caio Prado Jr. está equivocada uma vez que o autor subestimou a capacidade da industrialização em superar nossos problemas coloniais e, além disso, coloca que o autor ao superestimar a compreensão do “traço absoluto colonial” acaba não entendendo as

implicações da industrialização brasileira e do “capital estrangeiro”⁶² em relação ao papel de ruptura com nossos padrões coloniais. Já Coutinho (1989, p. 126) vai além e, aponta que o marxismo de Caio Prado Jr. tem um estoque de categorias marxistas não muito rico e que por essas e outras razões o autor ao analisar os fatos novos da economia brasileira acaba novamente superestimando a volta do passado colonial (COUTINHO, 1989, p. 128).

Contudo, entendemos que o ponto de partida de Caio Prado Jr. é diferente dos mencionados anteriormente e da mesma forma seus “limites”. A preocupação sobre o tema do desenvolvimento para Caio Prado Jr. parte de uma chave analítica que:

(...) o desenvolvimento e o crescimento econômico constituem temas essencialmente históricos e, ao contrário do tratamento que lhes vem sendo dado (...) não podem ser incluídos em modelos de abstração, e devem ser tratados na base da especificidade própria e das peculiaridades de cada país ou povo a ser considerado. Esse é pelo menos o ponto de partida necessário da investigação da questão do desenvolvimento. (PRADO JR., 2002, p. 16)

Já do ponto de vista dos limites é possível apontar que o autor não capta o sentindo mais total da dominação imperialista que se operou no pós-guerra. Isto é, a conceituação formulada por Caio Prado Jr é mais precisa ao captar os movimentos cíclicos da evolução histórica das economias periféricas e acaba sendo insuficiente para dar conta dos processos internos da acumulação (SAMPAIO, 1999a, p. 68).

Por isso, focaliza de modo insuficiente as próprias transformações do homem de negócios, de sua mentalidade e comportamento econômicos, bem como as relações do capital mercantil com o capital industrial (...). O círculo vicioso persiste, mas não por sua conta. A investigação histórica deverá ir mais longe e aprofundar-se para explicá-lo (FERNANDES, 2002, p. 10).

O que verdadeiramente se pode apontar é que Caio Prado Jr foi preciso ao apontar que a industrialização realizou-se em bases precárias, por uma conjuntura internacional favorável e, uma demanda de produtos que satisfazem as necessidades de uma pequena parcela da população. Portanto, o que subsiste

⁶² Já foi pontuado que o conceito de “capital estrangeiro” é insuficiente na análise caiopradiana para descrever o processo de industrialização. Para o autor, a definição de capital internacional deve estar distante de “confusões que são frequentes quando se fala de capital “estrangeiro” “. (Prado Jr., 1955b, p. 88). Para o autor, o conceito de capital internacional se “mistura muitas vezes em coisas bem distintas: a saber, a técnica estrangeira, o equipamento industrial ou outro (máquinas e etc que precisamos trazer de fora), e finalmente a natureza específica do capital estrangeiro que se pretende trazer para cá” (Idem, Ibidem).

como dado permanente é o caráter especulativo e, desta forma, o que importa é que Caio Prado Jr coloca o “dedo da ferida”⁶³ e enfatiza que prevalece o nexo colonial que muitos pesquisadores consideram superados. “Enfim, a riqueza de Caio Prado consiste em ter qualificado a especificidade do estado de incerteza perante o desconhecido que é característico das economias capitalistas de origem colonial que não superaram sua posição subalterna na economia mundial” (SAMPAIO, 1999a, p.111).

Para Caio Prado Jr, a despeito das aparências, os trustes internacionais ao liderarem as atividades produtivas voltadas para o mercado interno implicou no ressurgimento de relações mercantis, isto é, sua análise aponta que a industrialização por substituição de importações ressalva a importância do setor exportador no processo de valorização do capital dos grandes trustes internacionais. E dessa relação se percebe a íntima ligação do imperialismo com nosso velho sistema colonial. Nas palavras do autor:

Observamos aqui muito bem a ligação do imperialismo com nosso velho sistema colonial fundado na exportação de produtos primários, pois é dessa exportação que provêm os recursos com que o imperialismo conta para realizar os lucros que são a razão de ser de sua existência. Considerada do ponto de vista geral do imperialismo, a economia brasileira se engrena no sistema dele como fornecedor de produtos primários, cuja venda nos mercados internacionais proporciona os lucros dos trustes que dominam aquele sistema. Todo funcionamento da economia brasileira, isto é, as atividades econômicas do país e suas perspectivas futuras se subordinam assim, em última instância, ao processo comercial em que os trustes ocupam hoje o centro. Embora numa forma mais complexa, o sistema colonial brasileiro continua em essência o mesmo do passado, isto é, em organização fundada na produção de matérias-primas e gêneros alimentares demandados nos mercados internacionais. É com essa produção e exportação consequente que fundamentalmente se mantém a vida do país, pois é com a receita daí proveniente que se pegam as importações essenciais à nossa subsistência e os dispendiosos serviços dos bem-remunerados trustes imperialistas aqui instalados e com que se pretende contar para a industrialização e desenvolvimento econômico do país. (PRADO JR.,2008, p. 328)

⁶³ Expressão usada por Florestan Fernandes no Prefácio ao livro *História e Desenvolvimento*, 2002. A explicação para o uso dessa expressão por Florestan: “Ele enfatiza a permanência de um nexo colonial que muitos investigadores consideram extinto. Na verdade, a internacionalização do modo de produção capitalista requer esse componente, porque as multinacionais, com sua tecnologia, instituições, ideologia e sistema de poder, se implantam nos países hospedeiros e nele restabelecem a dominação direta, a partir de dentro e insensível à soberania da “Nação Emergente”. No conjunto, a forma de dominação é ultra-complexa, diferenciada e flexível, abrangendo múltiplos nexos de controle à distância. Eles ocultam a recuperação e a reciclagem do elemento arcaico, no qual repousam a capitulação do parceiro empresarial mais fraco e a chamada “rendição silenciosa” da Nação satelizada”.

2.5. Conclusão

A conclusão de Caio Prado Jr. é que a economia brasileira por meio da industrialização à mercê dos interesses do imperialismo não conseguiu superar suas demandas históricas, isto é, não se libertou da dependência externa e da subordinação ao Imperialismo (SAMPAIO Jr., 1999a; 1999b). As adversidades do Brasil durante a época da constituição e desenvolvimento da industrialização tem como ponto fundamental a necessidade crescente do capital internacional frente à capacidade da economia brasileira em gerar divisas, o que significaria para Caio Prado Jr, uma elevação na dependência financeira e uma mudança no grau de incerteza da economia brasileira.

Como os empreendimentos imperialistas não abrem mão de realizarem a riqueza acumulada em moeda de curso internacional, sua presença implica contradições: A primeira seria que os empreendimentos imperialistas, ao se instalarem na economia brasileira desenvolveram duas funções: a produção para o mercado interno e o externo, de maneira independente, isto é, nos países subdesenvolvidos o mercado externo e o mercado interno são esferas radicalmente distintas, que respondem a lógicas diferentes de crescimento (SAMPAIO, 1999a, p. 110-111). Em segundo lugar, os mercados voltados para as necessidades internas não conseguiram competir com o mercado internacionais, devido sua incerteza estrutural, dado sua baixa organicidade e em função do ritmo dos trustes internacionais (SAMPAIO, 1999a, p. 111). Em último lugar, os rumos da economia brasileira tornaram-se então refratária dos interesses do capital internacional, cujo desenvolvimento é descontínuo e incerto.

Para Caio Prado Jr., o desenvolvimento capitalista só se estabelece em um espaço econômico que possuiu “força autônoma”, isto é, que seja capaz de autodeterminar todas as etapas do circuito de valorização. As características de uma sociedade assim, de acordo com Sampaio (1999a, p. 82) são duas: “a subordinação de uma acumulação à lógica do capital industrial; e a reprodução de uma relação capital e trabalho equilibrada. Tendo isso como direção, o autor aponta que para evitar o equívoco teórico é necessário “(...) não confundir capitalismo com tecnologia desenvolvida e, portanto, conceber que a internacionalização do mercado interno

brasileiro via os trustes internacionais, acumulação de capital avança não como um fim e sim, com um meio.” (PRADO JR., 1966, p. 154-155).

Por fim, ao passo que os trustes exploram as oportunidades de negócios aqui geradas e intensificam os desequilíbrios crônicos de nosso balanço de pagamentos, o capital industrial não encontra fundamentos estáveis para firmar-se como ponto de acumulação de capital, assim, a organização da economia brasileira fica dependente de interesses que se centralizam fora de nossas necessidades nacionais, isto é, ao saber das “contingências da luta de monopólios e grupos financeiros internacionais concorrentes” (PRADO JR., 2008, p. 281).

Por esse motivo que a interpretação de Caio Prado Jr sobre a industrialização pesada brasileira se resume a um ciclo de oportunidades mercantis de extrema vulnerabilidade, e assim, a base da qual se realizam os interesses desses trustes são expostas a permanentes efeitos desestabilizadores provocados por reversões nos contextos internacionais (PRADO JR., 1966, p. 247). Como bem resumiu o autor:

A economia brasileira conta com inúmeros episódios desse tipo. Consiste mesmo essencialmente numa sucessão deles, uma conjuntura internacional favorável a um produto qualquer que o país é capaz de fornecer impulsiona o funcionamento dela e dá impressão ilusória de riqueza e prosperidade. Mas basta que aquela conjuntura se desloque, ou se esgotem os recursos naturais disponíveis para que o fim específico a que se destina a organização assim montada, para que a produção decline e tenda a se aniquilar, tornando impossível a manutenção da vida e das atividades que alimentava. Em cada um dos casos em que se organizou um ramo da produção brasileira (açúcar, ouro, e diamantes, algodão, café, borracha, cacau e tantos outros de menor expressão), não se teve em vista outra coisa que a oportunidade especulativa momentânea que se apresentava. Para isso, imediatamente, se mobilizavam os elementos necessários: povoa-se, ou se repovoa uma certa área do território mais conveniente, com dirigentes e trabalhadores da empresa que assim se instala – verdadeira turma de trabalho -, e dessa forma se organiza a produção. Não se irá muito, além disso, nem as condições em que se dispôs tal organização o permitem. E continuar-se-á até o esgotamento final ou dos recursos naturais disponíveis, ou da conjuntura econômica favorável. Depois é a estagnação e o declínio das atividades. E o que sobre da população que não puder emigrar em busca de outros meios regulares e adequados de subsistência. (PRADO JR., 1966, p. 247-248)

Considerações Finais

Ao chegarmos ao fim deste trabalho, depois de analisarmos pela obra caiopradiana as características dos grandes trustes imperialistas, da sua busca progressiva pelo lucro e sua inexorável necessidade de realização em moeda de curso internacional. Pode-se concluir que Caio Prado Jr. apontou com precisão que seria uma “ilusão” confiar que o capital internacional traria o desenvolvimento ao país.

Dessa forma, podemos sugerir então, que o autor, muito antes que todos os determinantes da crise da industrialização tivessem se manifestado, já apresentava que o processo de industrialização que se deu na economia brasileira seria simplesmente expressão da política internacional de vendas de organizações estranhas às nossas necessidades, cujos centros financeiros e de tomada de decisão estavam completamente fora do alcance da economia brasileira, localizadas, portanto, nos países centrais. Para o autor, foi desse impulso e da iniciativa desses trustes imperialistas que se desenvolveu o processo de industrialização do Brasil.

Além disso, o trabalho tratou de alguns aspectos da obra caiopradiana fundamentalmente relacionados. Por um lado, enfatizasse que Caio Prado Jr entende o fenômeno da internacionalização do mercado interno brasileiro nessa fase do pós-guerra como manifestação das especificidades desse estágio imperialista. Por outro, enfatizasse que, como bem mostrou o autor, através da nossa formação econômica é possível compreender o processo de deformação produzido pela industrialização nos marcos da transição do Brasil-colônia para o Brasil-nação de amanhã, em outras palavras, a nossa própria realidade periférica e colonial herdadas pelas economias periféricas colocavam a economia Brasileira à mercê do cálculo mercantil dos trustes imperialistas.

Escrevendo no mesmo momento que ocorriam os fatos analisados, para Caio Prado Jr, o processo de industrialização brasileira resultado de um longo processo de diferenciação da economia brasileira no sentido de superação de nosso passado colonial, ao restabelecer uma nova relação com o capital internacional durante a industrialização no Plano de Metas, se reforçou a

subordinação da economia brasileira aos interesses do capital financeiro internacional. A economia brasileira ficaria refém dos cálculos oportunistas dos empreendimentos imperialistas e, portanto, da concorrência internacional desses grandes trustes e por fim, acabaria repondo o mesmo sentido de nossa formação colonial.

Finalmente podemos concluir que a industrialização por substituição de importações nos termos do processo de desenvolvimento brasileiro tratou-se então de um obstáculo à superação do subdesenvolvimento. Desta forma, o mesmo elemento que de forma progressiva e lenta estaria levando à superação de nossa dependência externa e subdesenvolvimento acabaria se convertendo para a renovação dessa dominação só que em um novo patamar, expresso pelo Golpe de 1964. Neste sentido, Caio Prado Jr aponta que somente com a devida interpretação dessas características de nossa evolução histórica seria possível não cair em ilusões sobre o relativo progresso realizado durante esse ciclo industrial, que alçou categoria de “Milagre Econômico”.

Referências Bibliográficas

- BARRATT BROWN, Michael. *A economia política do Imperialismo*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.
- BARAN, Paul. *A economia política do Desenvolvimento*. São Paulo: Abril Cultural, 1986.
- BUKHARIN, Nicolai Ivanovitch. *A Economia Mundial e o Imperialismo*. São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- CAMPOS, Fábio Antonio de. *A Arte da Conquista: o capital internacional no desenvolvimento capitalista brasileiro (1951-1992)*. Campinas: 2009. Tese (Doutorado) – Instituto de Economia – Universidade Estadual de Campinas.
- _____. Instrução 113 da SUMOC e a Internacionalização do Capitalismo Brasileiro. In: *X Congresso Brasileiro de História Econômica e XI Conferência Internacional de História de Empresas*, 2013, Juiz de Fora - MG. Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica (ABPHE), 2013
- _____. Imperialismo e internacionalização dos mercados Latino-Americanos nos anos 1950. *Economia ensaios*, p. 7-34, 2015.
- _____. Complexo multinacional e 'Lei de Remessas de Lucro' (1956-1973). *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, v. 45, p. 10-35, 2016.
- _____. Imperialismo e herança mercantil na industrialização brasileira. In: Fábio Campos. (Org.). *Introdução à Formação Econômica do Brasil: herança colonial, industrialização dependente e reversão neocolonial*. 1ed. Marília-SP: Editora Lutas Anticapital, 2018a, v., p. 35-76.
- _____. Imperialismo e colapso da formação econômica brasileira. In: Fábio Campos. (Org.). *Introdução à Formação Econômica do Brasil: herança colonial, industrialização dependente e reversão neocolonial*. 1ed. Marília-SP: Editora Lutas Anticapital, 2018b, v., p. 57-71.
- CAMPOS, Fábio Antonio de; RODRIGUES, F. H. L. . Transnacionalização do Capital e os Limites do Desenvolvimentismo: um diálogo com Celso Furtado sobre a Experiência Brasileira (1956-1982). *História econômica & história de empresas*, v. 17, p. 377-414, 2015.
- CAMPOS, Fábio Antonio de; SABADINI, Maurício de Souza. Hilferding e o nexó imperialista entre capital financeiro e exportação de capital. In: *XIX Encontro Nacional de Economia Política*, 2014, Florianópolis SC. (Neo)desenvolvimentismo em questão. Florianópolis: Centrográfica e Editora, 2014. v. 1. p. 82-82.
- COLISTETE: Mestrado em Ciência Econômica (Conceito CAPES 6). Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, Brasil. Título: *O Desenvolvimentismo e seus*

críticos: as idéias da CEPAL e Caio Prado Jr. sobre o capital estrangeiro nos anos 50, Ano de Obtenção: 1990

COUTINHO, C. N. "Uma visão 'não-clássica' para o capitalismo" In: D'INCAO, M. A. *História e ideal: ensaios sobre Caio Prado Júnior*. São Paulo: Editora UNESP/Brasiliense, 1989.

DOBB, M. *Teoria do Valor e Distribuição desde Adam Smith*. Editorial Presença, 1973

FAJNZYLBER, F. *Estratégia industrial em empresas internacionais: posição relativa da América Latina e do Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1971a.

_____. *Sistema Industrial e Exportação de Manufaturados: análise da experiência brasileira*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1971b.

_____. A Empresa internacional na industrialização da América Latina In: SERRA, J. (Org.) *América Latina – ensaios de interpretação econômica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

_____. Oligopólio, empresas transnacionais e estilos de desenvolvimento, *Estudos CEBRAP*, n.19, 1977.

_____. *La Industrialización trunca de América Latina*. Buenos Aires: Centro de Economía Transnacional/Editorial Nova Imagem, 1983.

FARO, C. e SILVA, S. L. "A Década de 50 e o Programa de Metas" In: GOMES, A. C. (Org.) *O Brasil de JK*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/ CPDOC, 2002.

FERNANDES, Florestan. *Capitalismo Dependente e classes sociais na América Latina*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

_____. *A Revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. Ed. São Paulo: Global, 2006.

_____. *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. 6. Ed. São Paulo: Gaudí Editorial, 2009.

FURTADO, Celso Monteiro. *Um Projeto para o Brasil*. 5ed. Rio de Janeiro: Editora Saga, 1969.

_____. *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1974.

_____. *Análise do Modelo Brasileiro*. 7ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

_____. *Brasil: a construção interrompida* – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

- GILPIN, R. *U.S. Power and the multinational corporation: the political economy of foreign direct investment*. New York: Basic Books, 1975.
- GRAMSCI, A. *Americanismo e fordismo*. São Paulo: Hidra, 2007.
- HOBBSBAWM, Eric. *Da revolução industrial inglesa ao imperialismo*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.
- _____. *A era dos impérios 1875-1914*. 19 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.
- HILFERDING, Rudolf. *O Capital Financeiro*. São Paulo: Abril Cultural, 1985.
- HYMER, S. *Empresas multinacionais: a internacionalização do capital*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- LENIN, Vladimir Ilitch. *O Imperialismo: fase superior do capitalismo*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- _____. Prefácio. In: Bukharin, N.; *Economia Mundial e Imperialismo*. São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- MAGDOFF, H. *A era do Imperialismo: a econômica política externa dos Estados Unidos*. São Paulo: Editora Hucitec, 1978.
- MARX, Karl. *O Capital: Crítica da Economia Política. Livro I*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- _____. *O Capital: Crítica da Economia Política. Livro III*. São Paulo: Boitempo, 2017.
- _____. *O manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Penguin Classics/ Companhia das Letras, 2012.
- _____. *Crises Econômicas do capitalismo*. São Paulo, Ched Editora, 1982.
- MICHALET, C., A. *O Capitalismo mundial*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983
- PANITCH, L. e GINDIN, S. "Capitalismo global e império norte-americano". In: PANITCH, L. e LEYS, C. *Socialist Register 2004: O novo desafio imperial*. Bueno Aires: CLACSO, 2006.
- PRADO Jr, Caio. *A Revolução Brasileira*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1966.
- _____. *Formação do Brasil Contemporâneo*. Companhia das Letras, 2011.
- _____. Nacionalismo Brasileiro e Capitais Estrangeiros. São Paulo: *Revista Brasiliense*, p:80-93, 1955
- _____. Capitais Estrangeiros. São Paulo: *Revista Brasiliense* 11. Pp: 14-24, maio-junho, 1957.

- _____. Os Empreendimentos Estrangeiros e o Desenvolvimento Nacional. São Paulo: *Revista Brasiliense*, 23: pp 1-10, maio – junho, 1959.
- _____. O Projeto de Lei de Remessas de Lucro. São Paulo: *Revista Brasiliense*, 41: pp 1-11, 1962a.
- _____. As remessas de Lucros e a Libertação Econômica do Brasil. São Paulo: *Revista Brasiliense*, 39, pp 1-09, 1962b
- _____. Capitais Estrangeiros e Capitais Nacionais. São Paulo: *Revista Brasiliense* 18. Pp 33-42, Julho – Agosto, 1958.
- _____. *Esboço dos Fundamentos da Teoria Econômica*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1957.
- _____. *História e Desenvolvimento: A Contribuição da Historiografia para a Teoria e a Prática do Desenvolvimento Brasileiro*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2002.
- SAMPAIO Jr, Plínio Soares de Arruda. *Entre a Nação e Barbárie: Uma leitura das contribuições de Caio Prado Jr, Florestan Fernandes e Celso Furtado à crítica do capitalismo dependente*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999a.
- _____. Os Impasses da Formação. In: José Luiz Fiori. (Org.). *Estados e Moedas no Desenvolvimento das Nações*. 1ed.São Paulo: Editora Vozes, 1999b, v. 1, p. 20-45.
- _____. Apresentação. In: Caio Prado Jr.; Florestan Fernandes. (Org.). *Clássicos da Revolução Brasileira*. 1ed.São Paulo: Editora Expressão Popular, 2000, v. 1, p. 1-3.
- _____. Etapa Superior do Imperialismo, Reversão Neocolonial e Revolução Brasileira. In: Malta, M.; Castelo Branco, R.. (Org.). *Encruzilhadas da América Latina no Século XXI*. : Editora Pão e Rosas, 2010, v. , p. -.
- SWEEZY, Paul Marlor. *Teoria do desenvolvimento capitalista: princípios da economia política marxista*. 2 Ed. São Paulo: Nova Cultural, 1986.
- RÊGO, R. M. L. *Sentimento do Brasil: Caio Prado Júnior – continuidades e mudanças no desenvolvimento da sociedade brasileira*. Campinas: Editora da Unicamp, 2000.
- RICUPERO, B. *Caio Prado Jr. e a nacionalização do marxismo no Brasil*. São Paulo: Editora 34, 2000.

Anexos

Anexo 1 Balço de Pagamentos do Período (US\$ Milhões em preços correntes)

Discriminação	1955	1956	1957	1958	1959	1960	1961	1962	1963	1964	1965	1966	1967	1968	1969	1970	1971	1972	1973
Balança comercial (FOB)	319	407	106	66	72	-24	111	-90	112	343	655	438	213	26	318	232	-344	-241	7
Exportação de bens	1423	1482	1392	1243	1282	1269	1403	1214	1406	1430	1595	1741	1654	1881	2311	2739	2904	3991	6199
Importação de bens	-1104	-1075	-1285	-1177	-1210	-1293	-1292	-1304	-1294	-1086	-941	-1303	-1441	-1855	-1993	-2507	-3247	-4232	-6192
Serviços e rendas (líquido)	-344	-419	-393	-327	-407	-498	-389	-402	-326	-317	-446	-548	-566	-630	-713	-1092	-1300	-1452	-2119
Serviços	-230	-278	-265	-219	-256	-304	-206	-203	-182	-129	-191	-271	-278	-333	-377	-473	-572	-743	-1027
Receita	117	149	193	162	156	187	130	79	91	113	147	126	157	185	256	313	359	404	594
Despesa	-347	-427	-458	-381	-412	-491	-336	-282	-272	-242	-338	-398	-435	-519	-632	-786	-931	-1147	-1621
Rendas	-114	-141	-128	-108	-151	-194	-183	-199	-144	-188	-255	-277	-288	-297	-337	-619	-729	-709	-1093
Receita	6	3	7	4	3	5	5	5	6	5	14	14	28	19	34	64	61	152	351
Despesa	-120	-144	-135	-112	-154	-199	-188	-204	-150	-193	-269	-291	-316	-315	-371	-683	-790	-861	-1443
Transferências unilaterais correntes ^{1/}	-10	-11	-13	-4	-10	4	15	39	43	55	75	79	77	22	31	21	14	5	27
TRANSAÇÕES CORRENTES	-35	-23	-300	-265	-345	-518	-263	-453	-171	81	284	-31	-276	-582	-364	-839	-1630	-1688	-2085
CONTA CAPITAL E FINANCEIRA	34	190	309	425	345	493	390	472	210	134	-35	47	49	680	936	1281	2173	3793	4111
Conta capital ^{2/}	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Conta financeira	34	190	309	425	345	493	390	472	210	134	-35	47	49	680	936	1281	2173	3793	4111
Investimento direto	79	139	178	128	158	138	147	132	87	86	154	159	115	135	207	378	448	441	1148
Investimento brasileiro direto	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-2	-12	-14	-1	-19	-33
Participação no capital	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-2	-12	-14	-1	-19	-33
Empréstimo intercompanhia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Investimento estrangeiro direto	79	139	178	128	158	138	147	132	87	86	154	159	115	137	219	392	449	460	1181
Participação no capital	79	139	178	128	158	138	147	132	87	86	154	159	115	137	219	392	449	460	1181
Empréstimo intercompanhia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Investimentos em carteira	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	53	30	40	139	261
Investimento brasileiro em carteira	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-4
Ações de companhias estrangeiras	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-4
Títulos de renda fixa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Investimento estrangeiro em carteira	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	53	30	40	139	265
Ações de companhias brasileiras	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	53	30	40	79	194
Títulos de renda fixa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	60	71
Derivativos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ativos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Passivos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros investimentos	-45	51	131	297	187	355	243	340	123	48	-189	-112	-66	545	676	873	1685	3213	2702
Outros investimentos brasileiros	0	0	0	0	0	-57	-26	-20	-15	78	-221	-217	-107	-69	-22	-127	-196	-247	-590
Outros investimentos estrangeiros	-45	51	131	297	187	412	269	360	138	-30	32	105	41	614	698	1001	1881	3460	3292
ERROS E OMISSÕES	13	16	-170	-190	-25	11	51	-137	-76	-217	-31	-25	-35	-1	-41	92	-7	433	355
RESULTADO DO BALANÇO	12	183	-161	-30	-25	-14	178	-118	-37	-2	218	-9	-262	97	531	534	537	2538	2380